

Vincent Cheung

Sermão do Monte

O SERMÃO DO MONTE

VINCENT CHEUNG

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por

EDITORA MONERGISMO

Caixa Postal 2416

Brasília, DF, Brasil - CEP 70.842-970

Telefone: (61) 8116-7481 - Sítio: www.editoramonergismo.com.br

1ª edição, 2011

1000 exemplares

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto

Revisão: Vanderson Moura da Silva

Capa: Raniere Maciel Menezes



PROIBIDA A REPRODUÇÃO POR QUAISQUER MEIOS,
SALVO EM BREVES CITAÇÕES, COM INDICAÇÃO DA FONTE.

Todas as citações bíblicas foram extraídas
da *Nova Versão Internacional* (NVI), © 2001,
publicada pela Editora Vida,
salvo indicação em contrário.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cheung, Vincent

O Sermão do Monte / Vincent Cheung, tradução Felipe Sabino de Araújo Neto – Brasília,
DF: Editora Monergismo, 2011.

Versão Kindle

Título original: *The Sermon on the Mount*

1. Comentário bíblico

2. Bíblia

3. Teologia

CDD 230

SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA	4
PREFÁCIO	6
1. O REINO DO CÉU	7
O REI (MATEUS 4.23-25)	7
OS SEUS SERVOS (MATEUS 5.1-12)	10
A SUA INFLUÊNCIA (MATEUS 5.13-16)	48
2. A LEI E OS PROFETAS	57
LEI (MATEUS 5.17-20)	57
ASSASSINATO (MATEUS 5.21-26)	73
ADULTÉRIO (MATEUS 5.27-30)	80
DIVÓRCIO (MATEUS 5.31-32)	83
JURAMENTOS (MATEUS 5.33-37)	89
RETALIAÇÃO (MATEUS 5.38-42)	97
AMOR (MATEUS 5.43-47)	102
PERFEIÇÃO (MATEUS 5.48)	105
HIPOCRISIA (MATEUS 6.1-18)	106
MATERIALISMO (MATEUS 6.19-34)	118
JULGAMENTO (MATEUS 7.1-6)	122
BUSCA (MATEUS 7.7-11)	126
SUMÁRIO (MATEUS 7.12)	128
3. CONCLUSÃO	131
OS DOIS CAMINHOS (MATEUS 7.13-14)	131
DUAS ÁRVORES (MATEUS 7.15-20)	133
DOIS CONSTRUTORES (MATEUS 7.21-27)	137

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Os capítulos 5 ao 7 do Evangelho de Mateus provavelmente passaram a ser chamados de “O Sermão do Monte” pela primeira vez nos escritos do grande teólogo norte-africano Agostinho de Hipona (354-430 d.C.). Embora seja talvez uma das seções mais conhecidas de toda a Bíblia, é também uma das partes menos entendidas do ensino de Jesus Cristo.[\[1\]](#)

John Stott disse o seguinte no prefácio ao seu comentário sobre “o grande sermão do grande Rei”,[\[2\]](#) como o chama John MacArthur: “O Sermão do Monte exerce um fascínio sem par. Ele parece encerrar a essência do ensino de Jesus. Ele torna a justiça atrativa; envergonha o nosso fraco desempenho; gera sonhos de um mundo melhor”.[\[3\]](#)

Sem dúvida, centenas de comentários já foram escritos sobre o Sermão do Monte, de todas as perspectivas, mas, mesmo considerando-se apenas aqueles que podem ser classificados como ortodoxos, penso que Cheung aborda alguns assuntos de uma forma que não encontramos em nenhum outro. Seu rigor lógico e teológico, bem como sua argumentação persuasiva, presentes em todas as suas obras,[\[4\]](#) tornam algumas passagens difíceis abundantemente claras para o leitor atento. Além disso, a sua visão sobre divórcio e novo casamento, totalmente coerente com o ensino bíblico, não é fácil de achar hoje em dia,[\[5\]](#) muito menos em comentários específicos sobre o Sermão do Monte.

O Sermão do Monte não constitui uma lista de obrigações que devemos seguir a fim de sermos bem-aventurados, para que possamos então herdar o Reino de Deus.[\[6\]](#) Como continuamente enfatizado por Cheung ao longo deste livro, o Sermão é uma *descrição* dos que são bem-aventurados, e não uma *prescrição* para aqueles que desejam ser bem-aventurados.[\[7\]](#) Ou, como diz Rousas J. Rushdoony, “nosso Senhor, nas Beatitudes, *descreve* o homem pactual, o homem da graça... Esses são os bem-aventurados”.[\[8\]](#)

D. A. Carson diz o seguinte em seu comentário: “Estou profundamente convencido que a igreja de Cristo precisa estudar continuamente o Sermão do Monte”.[\[9\]](#) E é só assim que poderemos descobrir que, longe de ser algo utópico,[\[10\]](#) como muitos “cristãos” descrevem esta seção da Bíblia, o Sermão do Monte é uma descrição real das características daqueles que já fazem parte do Reino de Deus, do Reino dos Céus.

Que Deus nos confira graça para considerarmos atentamente não somente esta, mas todas as porções da sua santa, suficiente, infalível e inerrante Palavra!

Felipe Sabino de Araújo Neto

08 de abril de 2011

PREFÁCIO

Para mim, preparar um projeto de um livro frequentemente envolve extenso estudo em materiais acadêmicos a respeito do assunto em questão. Portanto, embora pretenda escrever somente uma exposição introdutória ao Sermão do Monte, minha preparação incluiu um período prolongado de imersão no texto bíblico e em literatura relevante. Preocupado por completo com o Sermão, estive constantemente lendo, pensando e orando sobre ele.

Visto que estou me ocupando com o Sermão do Monte como cristão, e visto que entendo ser a Escritura a própria palavra e voz de Deus, não ousei abordar o Sermão com uma neutra indiferença; antes, as palavras de Cristo penetraram meus próprios pensamentos e motivações, expondo minhas próprias falhas e defeitos, e me fazendo lembrar da minha constante dependência da misericórdia do Pai, do sacrifício de Cristo e do poder do Espírito para minha justificação e santificação diante de Deus. Assim como foi pela graça divina somente que fui convertido, também é pelo poder divino somente que estou operando minha salvação com temor e tremor (Filipenses 2.12), de forma que não há lugar para vanglória.

Embora eu tenha acumulado muita informação sobre o Sermão, fez-se necessário excluir deste livro a maioria dos detalhes, de sorte que eu pudesse manter um texto estruturado e fluente. De certo modo, isso é uma lástima, pois gostaria que meus leitores aprendessem o máximo possível do Sermão, aliás, o máximo possível sobre qualquer tópico teológico ou passagem bíblica. Todavia, um único livro não pode satisfazer cada objetivo, e enquanto “primeira consideração” sobre o Sermão do Monte, o que escrevi aqui deve ser adequado.

1. O REINO DO CÉU

Jesus foi por toda a Galileia ensinando nas sinagogas deles, pregando as boas novas do Reino e curando todas as enfermidades e doenças entre o povo. Notícias sobre ele se espalharam por toda a Síria, e o povo lhe trouxe todos os que estavam padecendo vários males e tormentos: endemoninhados, epiléticos e paralíticos; e ele os curou. Grandes multidões o seguiam, vindas da Galileia, Decápolis, Jerusalém, Judeia e da região do outro lado do Jordão.

Desde o próprio início do Evangelho de Mateus, uma ênfase primordial é demonstrar que Jesus cumpre as promessas e vaticínios bíblicos, que o que a comunidade do pacto estava esperando durante séculos tinha agora aparecido na pessoa dele, e que, assim como João Batista veio para anunciar o Reino do céu e o rei desse, também Jesus veio para inaugurar o Reino do céu como o *rei desse*. O conteúdo do Sermão do Monte tanto reflete como reforça tal ênfase. Para o nosso propósito, daremos apenas uma rápida olhada nas passagens imediatamente precedentes ao Sermão, para percebermos que o ministério e a mensagem de Cristo se ajustam a tal contexto e conduzem ao próprio Sermão.

Primeiro, Mateus mostra que Jesus satisfaz aos requerimentos da lei. Quando João Batista hesita em batizar Jesus, em Mateus 3.14, Jesus não nega ser diferente de todos os outros que vinham até João para serem batizados, mas diz: “Deixe assim por enquanto; convém que assim façamos, para cumprir toda a justiça” (v. 15).^[11] Depois do batismo, Jesus completa um jejum de quarenta dias no deserto e vence várias tentações do diabo (4.1-11). Desta maneira, Cristo demonstra perfeita obediência cerimonial e moral à lei de Deus.

A obra de redenção de Cristo não inclui somente aceitar voluntariamente o extremo sofrimento (Filipenses 2.8), algo que os teólogos chamam de sua obediência passiva; antes, para remir os eleitos de Deus, Cristo teve que se sobressair onde Adão fracassou, de modo que teve que demonstrar obediência ativa perfeita às leis e preceitos de Deus igualmente. Paulo explica: “Logo, assim como por meio da desobediência de um só homem muitos foram feitos pecadores, assim também, por meio da obediência de um único homem muitos serão feitos justos” (Romanos 5.19). Como judeu “nascido debaixo da lei” (Gálatas 4.4), Jesus se identifica com o povo de Deus do concerto ao se colocar debaixo da lei; contudo, diferente de qualquer outra pessoa, ele atende perfeitamente aos requerimentos da lei. Jesus demonstra perfeita obediência ativa e perfeita obediência passiva, de forma que Deus se apraz nele perfeitamente: “Este é o meu Filho amado, em quem me agrado” (Mateus 3.17).

Em segundo lugar, Mateus revela que Jesus cumpre as predições dos profetas. Tudo o que eles falaram sobre as características e as circunstâncias em torno do Messias é cumprido no segundo (4.12-16). Desde o início mesmo de seu livro, o evangelista dá vários exemplos de como Jesus realiza essas profecias. Então, posto que o Messias predito seria “o rei dos judeus” (Mateus 2.2), tendo seu próprio reino celestial (João 18.36), e posto que Jesus satisfaz todos os vaticínios a respeito desse Messias profetizado, isso significa que se trata dele, e que ele é o rei.

Assim como João Batista veio como arauto para anunciar a vinda do rei e seu Reino, Jesus veio como esse rei para anunciar a vinda do seu Reino. Portanto, Jesus frequentemente fala do

“Reino dos céus” (4.17), pregando “as boas novas do Reino” (v. 23). Ele escolhe e chama pessoas para que o sigam e se tornem seus súditos. Um propósito principal do Sermão do Monte é explicar as características daqueles que pertencem ao seu Reino (5.3,10).

O “Reino dos céus” e o “Reino de Deus” são sinônimos.[\[12\]](#) Por exemplo, onde Mateus 4.17 diz: “Arrependam-se, pois o *Reino dos céus* está próximo”, o versículo paralelo em Marcos 1 diz: “O *Reino de Deus* está próximo. Arrependam-se e creiam nas boas novas!” (v. 15). E onde Mateus 8.11 diz: “Eu lhes digo que muitos virão do oriente e do ocidente, e se sentarão à mesa com Abraão, Isaque e Jacó no *Reino dos céus*”, Lucas 13.28 diz: “Ali haverá choro e ranger de dentes, quando vocês virem Abraão, Isaque e Jacó, e todos os profetas no *Reino de Deus*, mas vocês excluídos”.

Dentro do Evangelho de Mateus, os dois termos são usados intercambiavelmente em 19.23,24: “Então Jesus disse aos discípulos: ‘Digo-lhes a verdade: Dificilmente um rico entrará no *Reino dos céus*. E lhes digo ainda: É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no *Reino de Deus*’”. Os termos são usados também intercambiavelmente nos relatos paralelos do próprio Sermão do Monte, de forma que onde Mateus diz: “Bem-aventurados os pobres em espírito, pois deles é o *Reino dos céus*” (5.3), Lucas diz: “Bem-aventurados vocês, os pobres, pois a vocês pertence o *Reino de Deus*” (6.20).[\[13\]](#)

O “reino” envolve a ideia de um território sobre o qual um rei governa. Visto que Deus governa sobre todas as coisas através de Cristo (Mateus 28.18), nesse sentido amplíssimo, o Reino de Deus é universal. Contudo, a Escritura frequentemente usa o termo numa acepção mais restrita. O próprio Sermão indica que o Reino dos céus não inclui todas as pessoas. Por exemplo, as Beatitudes (5.3-10) especificam as características daqueles a quem o Reino dos céus pertence, implicando que aqueles que não possuem tais características não herdarão o Reino. Depois, 7.21 mostra que nem todos os que pensam que entrarão no Reino dos céus entrarão de fato. Na realidade, esse grupo inclui “muitas” pessoas, indicando que “muitos” serão excluídos do Reino.

Outras passagens bíblicas não somente reforçam a ideia de que o Reino dos céus exclui muita gente, mas igualmente esclarecem que tipo de gente ele inclui, bem como o que significa “entrar no Reino”. Por exemplo, Mateus 18.9 contrasta “entrar na vida” com “ser lançado no fogo do inferno”. Da mesma forma, Marcos 9.43 e 45 contrastam “entrar na vida” com “ir para o inferno” e “ser lançado no inferno”. Em outras palavras, entrar na vida é o oposto de entrar no inferno. Então, no versículo 47, a Escritura faz o mesmo contraste, mas intercambia “entrar na vida” com “entrar no Reino de Deus”. Em Mateus 19.16 e 23, parece que “ter a vida eterna” e “entrar no Reino dos céus” são intercambiáveis. Jesus diz em João 3.3 e 3.5 que, se alguém não “nascer de novo”, não pode “ver” ou “entrar” no Reino de Deus. Portanto, quando Jesus lista as características daqueles a quem o Reino dos céus pertence, ele está listando as características de pessoas “nascidas de novo”, de sorte que parece haver uma relação salvífica entre o rei e os seus súditos.

Os teólogos amiúde se referem aos aspectos “já” e “ainda não” do Reino. Através disso eles querem dizer que, embora o Reino já tenha chegado em Jesus Cristo, sua plena manifestação está no futuro. Com Hebreus 2.8 diz: “Ao lhe sujeitar todas as coisas, nada deixou que não lhe estivesse sujeito. Agora, porém, ainda não vemos que todas as coisas lhe estejam sujeitas”. Portanto, conquanto Jesus diga que “chegou a vocês o Reino de Deus” (Mateus 12.28), ele também ensina seus discípulos a orar: “Venha o teu Reino” (6.10), à medida que eles continuam a aguardar “sua

manifestação e seu Reino” (2 Timóteo 4.1, NIV).[\[14\]](#)

Conforme Jesus realiza o seu ministério, ele prega as “boas novas do Reino” (Mateus 4.23). Esse ministério de pregação continuaria mediante os apóstolos, de modo que Paulo também descreve seu próprio trabalho como pregar “o Reino” (Atos 20.25), declarando a presença e autoridade do Reino celestial e seu rei, e chamando as pessoas a se submeterem e se tornarem súditos.

Conforme Jesus prega essa mensagem do Reino e realiza muitos milagres de cura, vastas multidões começam a segui-lo. Entretanto, em relação a muitos adoradores, Deus diz: “Este povo me honra com os lábios, mas o seu coração está longe de mim” (Mateus 15.8); semelhantemente, muitos daqueles que aparentam seguir a Jesus não são na realidade discípulos sinceros e adoradores verdadeiros. Jesus advertirá seus ouvintes sobre isso em breve, mas primeiro ele começa o Sermão descrevendo aqueles que entrarão no Reino dos céus.

Vendo as multidões, Jesus subiu ao monte e se assentou. Seus discípulos aproximaram-se dele, e ele começou a ensiná-los, dizendo:

*Bem-aventurados os pobres em espírito,
pois deles é o Reino dos céus.*

*Bem-aventurados os que choram,
pois serão consolados.*

*Bem-aventurados os humildes,
pois eles receberão a terra por herança.*

*Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça,
pois serão satisfeitos.*

*Bem-aventurados os misericordiosos,
pois obterão misericórdia.*

*Bem-aventurados os puros de coração,
pois verão a Deus.*

*Bem-aventurados os pacificadores,
pois serão chamados filhos de Deus.*

*Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça,
pois deles é o Reino dos céus.*

Bem-aventurados serão vocês quando, por minha causa, os insultarem, os perseguirem e levantarem todo tipo de calúnia contra vocês. Alegrem-se e regozijem-se, porque grande é a sua recompensa nos céus, pois da mesma forma perseguiram os profetas que viveram antes de vocês.

À proporção que as multidões começam a se reunir ao redor de Jesus, ele sobe numa encosta e se assenta. Alguns comentaristas veem paralelos importantes entre isso e a forma com que Moisés entregou a lei de Deus no Monte Sinai, mas é difícil e inadequado fazer muito caso disso.

Não obstante, os versículos 1 e 2 de modo algum são inúteis – eles nos dizem que Jesus senta-se para assumir a posição tradicional do mestre numa sinagoga ou escola, e onde a NVI tem “ele começou a ensiná-los”, traduções mais literais trazem “ele abriu sua boca, e ensinou-lhes” (KJV) ou “abrindo sua boca, começou a ensiná-los” (NASB)[\[15\]](#) – uma expressão idiomática judaica que enfatizava a autoridade e solenidade do discurso que se segue.

Assim, o Sermão começa com Jesus assumindo uma posição de autoridade, e termina com a audiência impressionada com sua autoridade: “Quando Jesus acabou de dizer essas coisas, as multidões estavam maravilhadas com o seu ensino, porque ele as ensinava como quem tem autoridade, e não como os mestres da lei” (7.28,29).

Há algumas indicações de progressões e divisões lógicas dentro do Sermão. Baseado no conteúdo do Sermão, nossa exposição será dividida em três grandes seções: Mateus 5.1-16, na qual Jesus, o monarca do Reino dos céus, parece descrever as características daqueles que são os súditos desse; Mateus 5.17 — 7.12, na qual Jesus declara as verdadeiras interpretações e implicações da lei,

e a relação dela com seus súditos; e Mateus 7.13-27, na qual Jesus faz distinção entre seus seguidores verdadeiros e os falsos.

Essas divisões são confirmadas pelo uso que Jesus faz do recurso retórico de “*inclusio*”, onde as mesmas palavras ou expressões são usadas no princípio e no final de cada seção, de maneira que “o Reino dos céus” delimita a seção que chamamos as Beatitudes, e “a Lei e os Profetas” delimita a segunda grande seção. Sem dúvida, pelo menos um dos principais temas do Sermão é “o Reino dos céus”, posto que o termo aparece de modo proeminente em cada uma das três seções.

As Beatitudes (5.3-10) são assim chamadas porque nelas Jesus começa cada declaração com uma benção, e “beatitude” é derivada do latim *beatus*, significando “bem-aventurado”. A palavra grega traduzida como “bem-aventurado” é *makarios*, traduzida como “feliz” em algumas traduções. “Feliz” pode ser enganoso, pois, embora tal palavra seja frequentemente entendida como uma descrição do estado subjetivo de uma pessoa, *makarios* refere-se ao estado objetivo de uma pessoa, como em “condição feliz”. Como John Stott explica: “Ele não está declarando como poderiam se sentir..., mas sim o que Deus pensa delas...”.^[16] R. T. France sugere traduções menos ambíguas tais como “afortunado” e “próspero”.^[17]

Visto que as beatitudes descrevem as qualidades e privilégios objetivos dos verdadeiros seguidores de Cristo, a ênfase não é “faça X, e você conseguirá Y”, mas sim, “aqueles que possuem a qualidade espiritual X são afortunados e prósperos, pois possuem ou possuirão Y”. Como R. T. France explica: “Assim, as beatitudes delineiam as atitudes dos verdadeiros discípulos, aqueles que aceitam as demandas do Reino de Deus, em contraste com as atitudes do ‘homem do mundo’; e eles apresentam isso como o melhor caminho da vida, não somente em sua bondade intrínseca, mas em seus resultados”.^[18]

Bem-aventurados os pobres em espírito... (v. 3)

Jesus diz que o Reino dos céus pertence aos “pobres” – não aqueles que são pobres nas coisas materiais, mas aqueles que são “pobres *em espírito*”. Dado que aqueles que são pobres nas coisas materiais frequentemente estão muito cômicos da sua total dependência de Deus para as suas necessidades, e dado que algumas das palavras hebraicas para “pobre” podem também denotar “modesto” e “humilde”, o termo “pobre” passou a ser muito associado àqueles que olham para Deus em reverência e humildade, com um coração contrito e arrependido (Salmos 40.17, 69.32,33; Isaías 41.17, 57.15, 61.1).

Como o “pobre” é identificado assim com aqueles que não estão apenas carentes da ajuda de Deus, mas com aqueles que *reconhecem* que dela precisam, o “pobre em espírito” não se refere somente àqueles espiritualmente destituídos, o que incluiria a todos, mas também se refere àqueles que *reconhecem* que são espiritualmente destituídos e, desta sorte, aqueles que clamam a Deus por ajuda e misericórdia. D. A. Carson escreve:

Pobreza de espírito é o reconhecimento pessoal de falência espiritual. É a confissão consciente da indignidade diante de Deus. Como tal, é a forma mais profunda de arrependimento... Dentro de tal contexto, pobreza de espírito se torna uma confissão geral da necessidade que um homem tem de

Jesus está falando sobre aqueles que têm uma consciência aguda da sua necessidade espiritual, mas, mais que isso, eles são aqueles que exercitam dependência consciente e confiança em Deus para satisfazer essas necessidades. A *essas* pessoas pertence o Reino dos céus.

Visto que o Reino dos céus pertence aos pobres em espírito, e visto que os pobres em espírito são aqueles que reconhecem que não têm nada de si pelo que possam recomendar a si mesmos a Deus para sua aprovação, essa beatitude exclui a salvação pelas obras, e só é consistente com a justificação pela fé. Os pobres em espírito são aqueles que conhecem e admitem sua depravação, clamando a Deus por misericórdia, sabendo que em si mesmos não há esperança para conquistar a aprovação divina. A sua confiança é em Deus somente, não em si próprios.

Isso é contrário ao que os não cristãos pensam. De um jeito ou de outro, os não cristãos têm confiança em sua própria bondade e suficiência. Eles não reconhecem nem a santidade de Deus nem a depravação do homem; antes, julgam que o padrão de Deus é relativamente baixo, e que a natureza do homem é essencialmente boa. Alguns até mesmo alegam terem sido cristãos por muitos anos, apesar de nunca terem reconhecido a completa pecaminosidade deles. Outros falam sobre a depravação do homem, mas se ofendem caso você aplique o conceito a eles; estão prontos a reconhecer que todos os homens são pecaminosos, conquanto não seja apontado que isso os inclui. Para outros, ainda, o máximo que eles estão dispostos a admitir quando diz respeito à depravação do homem é que “ninguém é perfeito”. Essa gente toda nem sequer começou a entrar no Reino do céu.

Hoje muitos pecadores endurecidos e impenitentes pensam que Jesus está do seu lado. Jesus não salva até assassinos e prostitutas, como as Escrituras ensinam? Sem dúvida ele o faz, mas que tipo de assassinos e prostitutas ele salva? Ele não salva os assassinos e prostitutas que insistem em permanecer assassinos e prostitutas, mas salva somente aqueles que, pela graça soberana de Deus, reconhecem sua pecaminosidade e resolvem parar de ser assassinos e prostitutas. Ele não salva assassinos que pensam que é moralmente correto assassinar, e não salva as prostitutas que acham que estão cheias de mérito. Em vez disso, ele salva apenas aqueles que são “pobres em espírito” – aqueles que reconhecem que não têm nada, e imploram por sua misericórdia.

Naturalmente, muitos daqueles que apelam ao tratamento gracioso de Jesus para com os pecadores não têm nenhum interesse em se tornar cristãos, porém, dizem o que dizem somente para silenciar os cristãos que lhes dizem que se arrependam. Só que eles não guardam semelhança alguma com os pecadores que Jesus aceita na Escritura. Por exemplo, os homossexuais de hoje não apelam à misericórdia de Deus para perdôá-los do pecado de homossexualidade, para regenerá-los e livrá-los do seu estilo de vida perverso. Antes, afirmam que Deus os aceita como homossexuais, que Deus aprova o seu estilo de vida, que a homossexualidade não é em absoluto pecaminosa, e exigem que os cristãos honrem seus desejos e relacionamentos depravados como bons e legítimos. Como Paulo escreve: “Embora conheçam o justo decreto de Deus, de que as pessoas que praticam tais coisas merecem a morte, não somente continuam a praticá-las, mas também aprovam aqueles que as praticam” (Romanos 1.32). Esse povo todo está longe do Reino do céu e no caminho para o sofrimento sem fim no inferno.

As pessoas que Jesus descreve nas Beatitudes são bem diferentes das pessoas deste mundo.

Os dois grupos são tão diferentes quanto a luz o é das trevas, quanto o Reino do céu o é do reino do inferno, e quanto Cristo o é de Satanás. No lugar de chamar toda a humanidade a se tornar uma só, Jesus diz aos seus discípulos: “Não sejam iguais a eles” (Mateus 6.8). Assim como é estúpido e perigoso imitar o pensamento e o comportamento dos doidos, é ainda mais estúpido e perigoso imitar o pensamento e o comportamento dos não cristãos. Não há nada admirável acerca deles; não há nada bom a respeito deles. Todo não cristão é imundo e desprezível, assim como éramos imundos e desprezíveis antes de Deus soberanamente nos converter.

Assim, Jesus não chama a sua igreja a pensar e se comportar como o mundo. Como Stott escreve: “Não há um parágrafo no Sermão do Monte em que não se trace este contraste entre o padrão cristão e o não cristão. É o tema subjacente e unificador do Sermão; tudo o mais é uma variação dele.”^[20] Antes, Jesus chama a sua igreja a ser a “contracultura”^[21] – a usar todos os meios bíblicamente aprovados para distinguir nós mesmos dos não cristãos, opor à sua agenda, e destruir sua cultura antiescriturística (2 Coríntios 10.3-5).

Em nosso ensino e evangelismo, por um lado, devemos incentivar a pobreza de espírito, a consciência e reconhecimento da indigência espiritual fora da misericórdia e riquezas de Deus; por outro lado, devemos subverter o pensamento e comportamento não cristãos. E, quando pregamos o evangelho, devemos conscientemente desafiar os padrões morais, etiquetas sociais e teorias psicológicas antibíblicas.

Atualmente muitos crentes professos abordam os pecadores com um evangelho egocêntrico. Eles lhes dizem: “Deus tem um grande plano para a sua vida”, “Você é alguém especial”, “Você é valioso para Deus”, e mesmo “Deus precisa de você”. Alguém pensaria que esses cristãos professos são os *head-hunters* da corporação de Deus, não obstante o retrato bíblico do nosso trabalho evangelístico parecer-se mais com o ato de catar o lixo e tirá-lo do caminho, para que Deus possa, por sua misericórdia e poder soberanos, transformá-lo em objetos úteis. Paulo escreve que os inconversos são “inúteis”, que nenhum deles é bom, “nem um sequer” (Romanos 3.12). Dessa maneira, embora Onésimo fosse “inútil” antes de sua conversão, ele se tornou “útil” após se converter (Filemon 11).

Por conseguinte, os pregadores bíblicos não proclamam uma mensagem de autoestima e autossuficiência, mas uma mensagem de urgente arrependimento. Ambos João e Jesus dizem ao povo: “Arrependam-se, pois o Reino dos céus está próximo” (Mateus 3.2, 4.17). De modo similar, Pedro prega: “Arrependam-se, pois, e voltem-se para Deus, para que os seus pecados sejam cancelados” (Atos 3.19), e Paulo declara aos filósofos: “agora [Deus] ordena que todos, em todo lugar, se arrependam” (Atos 17.30).

Um dos mitos mais tolos e danosos atualmente é o de que Jesus ensina tolerância para com várias religiões e estilos de vida. Contudo, o fato de Jesus dizer aos seus ouvintes para se “arrependerem” significa que há *algo errado* com eles, e ele não hesita em lhes dizer que há algo errado com eles. Inquestionavelmente Jesus se associa com pecadores e rejeitados, mas nunca prega uma mensagem de “eu aceito você como você é — não mude jamais”. Antes, veio até eles com uma mensagem que diz: “Não volte a pecar, para que algo pior não lhe aconteça” (João 5.14), e “Agora vá e abandone sua vida de pecado” (João 8.11).

Na realidade, Jesus é a menos tolerante dentre as pessoas todas. Em virtude de nossa própria

pecaminosidade, muitas vezes queremos escusar alguns dos pecados em nós mesmos e nos outros, ou pelo menos vê-los com certa leniência. Quanto a Jesus, ele diz: “Mas eu lhes digo que, no dia do juízo, os homens haverão de dar conta de toda palavra inútil que tiverem falado” (Mateus 12.36). Quantas milhares de palavras inúteis você falou *esta semana*, para não dizer toda a sua vida? Se os não cristãos consideram *este* Jesus tolerante, então com certeza os cristãos já são bem tolerantes. Todavia, a igreja deve ser uma “contracultura”, de sorte que, em vez de se conformar ao padrão de moralidade e decoro do mundo, devemos imitar a intolerância de Cristo.

Em dias nos quais até os supostamente versados eruditos bíblicos lutam para afirmar que o cristianismo é tolerante, eu não tenho interesse em fazer o mesmo — a Bíblia nunca ensina tolerância segundo a definição dada pelos não cristãos. Pelo contrário, as Escrituras exigem que imitemos a intolerância de Cristo contra o pecado, a incredulidade e as falsas religiões, e usemos todos os meios bíblicamente aprovados para se opor, minar, depreciar e destruir todas as ideias e agendas antibíblicas.

As pessoas ficam aterrorizadas com tal ensino, e os menos inteligentes têm sugerido a mim que isso é o mesmo tipo de pensamento que leva ao terrorismo islâmico. A isso, podemos oferecer pelo menos duas réplicas.

Primeiro, essa é uma objeção irracional. Mesmo que a crença X leve a um Y indesejável (isto é, indesejável de acordo com quem faz a objeção, tal como a de terrorismo), não se segue daí que a crença X seja automaticamente falsa. A objeção parte do princípio de que qualquer crença que leve ao terrorismo deve ser falsa — mas de acordo com quem? Antes, o raciocínio apropriado deve afirmar que, *se* o islamismo é verdadeiro (isto é, se ele é genuinamente uma revelação da parte de Deus), e se ele leva ao terrorismo, então o terrorismo deve ser bom, correto e justificado.

Em que pese o islã deveras promover o terrorismo, seria irracional rejeitá-lo por esse motivo. Antes, eu o rejeito porque ele é uma falsa religião, e por ser uma falsa religião, ele não pode justificar o terrorismo como sendo bom e correto. O islã não é errado porque o terrorismo é errado; ao revés, o terrorismo é errado porque o islã é errado. Muita gente julga se algo é ou não verdadeiro se pensa que o resultado é ou não bom, porém, isso inverte a ordem própria de raciocínio — deveria julgar se o resultado é bom ou não analisando se o que leva a ele é verdadeiro ou não.

Em segundo lugar, eu não disse que deveríamos usar todos os meios possíveis ou disponíveis para promover o cristianismo; antes, declarei que deveríamos usar todos os meios *bíblicamente aprovados* para promover o evangelho e minar a incredulidade. Isso efetivamente exclui a violência e o terrorismo como meios legítimos de promover a causa cristã, como Paulo escreve:

Pois, embora vivamos como homens, não lutamos segundo os padrões humanos. As armas com as quais lutamos não são humanas; ao contrário, são poderosas em Deus para destruir fortalezas. Destruímos argumentos e toda pretensão que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levamos cativo todo pensamento, para torná-lo obediente a Cristo (2 Coríntios 10.3-5).

A intolerância bíblica produz vigilância espiritual e agressão intelectual nos crentes, e não violência ou terrorismo. Para fazer progredir o Reino de Cristo e demolir o reino de Satanás, usamos meios bíblicamente aprovados e métodos divinamente autorizados, não armas e bombas. Dessa

forma, enquanto a intolerância cristã promove verdade e justiça, a intolerância islâmica produz terror e destruição. Nosso evangelho tem o poder espiritual para fazer o que nenhuma arma física pode fazer — transformar autenticamente os corações e mentes das pessoas. O islã é impotente para realizar o mesmo, de modo que precisa recorrer a meios brutais, mas, mesmo assim, isso somente pode mudar um tipo de pecadores em outro tipo de pecadores, ambos condenados ao inferno.

A verdade é que aqueles que defendem a tolerância com frequência são intolerantes. Sua definição de tolerância só permite o que eles arbitrariamente reputam como tolerável, de maneira que, com efeito, não respeitam todas as opiniões, mas desprezam o que *eles consideram* ideias intolerantes e odiosas. Embora eu admita livremente que desprezo todas as ideias não cristãs e recuso fingir que respeito todas as opiniões, eles também não respeitam todas as opiniões, mas a diferença é que eles mentem sobre isso, fingindo serem pessoas tolerantes.

Retornando ao nosso ponto inicial, nossa mensagem não deve se conformar às visões antibíblicas sobre a natureza humana, porém, em vez disso, devemos dizer aos nossos ouvintes: “Há de fato algo errado com você, e você deve abandonar os seus pecados e vir a Cristo para salvação. De outra forma, não existe nenhuma esperança para você, e você sofrerá o tormento sem fim no inferno.” Mesmo muitos cristãos professos têm perdido a “pobreza de espírito”, de modo que dizem “estou rico, adquirir riquezas e não preciso de nada”, ao que Cristo replica, “não reconhece, porém, que é miserável, digno de compaixão, pobre, cego, e que está nu” (Apocalipse 3.17). Qual é então a solução? Você deve vir a Cristo, para que ele possa lhe dar as verdadeiras riquezas, a verdadeira vestimenta e a verdadeira sabedoria (v. 18); isto é, você deve se “arrepender” (v. 19). Até aí, você provavelmente ainda está fora do Reino dos céus, mesmo que seja membro de uma igreja na terra.

Bem-aventurados os que choram... (v. 4)

Porquanto ninguém pode vir a Cristo se o Pai primeiramente não mudar o seu coração, alguém pobre em espírito é igualmente alguém cujo coração Deus já amoleceu; portanto, quem reconhece sua pecaminosidade e desamparo diante de Deus naturalmente lamentará sua condição depravada (5.4). Esse lamento não é uma tristeza geral nem um distúrbio emocional, mas uma forte tristeza e repulsão mental, resultante da percepção da nossa própria impiedade. O justo não chafurda em depressão carnal e egocêntrica, mas lamenta seus pecados porque se preocupa com o que Deus pensa, e agora que começou a enxergar o pecado como ele é, está aprendendo também como sua impiedade ofende a esse Deus santo.

Uma pessoa pode lastimar seus atos pecaminosos por ter sido surpreendida, mesmo que realmente não reconheça a condenação bíblica contra tais atos. Portanto, ela pode estar seguindo uma religião ou filosofia antibíblica, e se entristecer por seu fracasso em se sobressair nesse sistema não cristão. Deus não confortará esses falsos lamentadores, pois Cristo está se referindo a um tipo de tristeza que vem do verdadeiro arrependimento e humildade, e não o tipo que procede de uma falsa piedade e frustrações pessoais. Em outras palavras, essa é uma piedosa tristeza, não uma tristeza mundana: “A tristeza segundo Deus não produz remorso, mas sim um arrependimento que leva à salvação, e a tristeza segundo o mundo produz morte” (2 Coríntios 7.10). Como exclama Paulo: “Miserável homem que eu sou! Quem me libertará do corpo sujeito a esta morte?” (Romanos 7.24).

O justo – aquele que Deus convenceu, declarou culpado e converteu — não chora somente por causa dos seus pecados, mas também pelos pecados dos outros, especialmente aqueles dentro da comunidade do pacto, ou a igreja. Quando Deus revelou sua santidade a Isaías, o profeta ficou tão subjugado que gritou: “Ai de mim! Estou perdido! Pois sou um homem de lábios impuros e vivo no meio de um povo de lábios impuros; os meus olhos viram o Rei, o SENHOR dos Exércitos!” (Isaías 6.5). Ele não somente deplora sua própria pecaminosidade, mas também a pecaminosidade daqueles ao redor dele.

Da mesma forma, Jeremias chora consideravelmente sobre os pecados do seu povo nos Livros de Jeremias e Lamentações, e em conformidade com as suas profecias, Deus expulsou da terra o povo. Mais tarde, quando Daniel se dirige a Deus concernente à promessa de retorno do povo, também falada por meio de Jeremias, ele novamente chora sobre os pecados do seu povo: “Ó Senhor, Deus grande e temível, que manténs a tua aliança de amor com todos aqueles que te amam e obedecem aos teus mandamentos, nós temos cometido pecado e somos culpados. Temos sido ímpios e rebeldes, e nos afastamos dos teus mandamentos e das tuas leis” (Daniel 9.4,5). Depois, também chora sobre os castigos correspondentes que seu povo recebeu por causa dos seus pecados (vv. 11-14).

Dentro do contexto do Sermão do Monte em geral e das Beatitudes em particular, Jesus provavelmente inclui ainda o choro por crentes produzido pela opressão e perseguição vinda dos incrédulos (5.10-12). Jesus diz que aqueles que choram são “bem-aventurados” – não que o ato de chorar em si agrade a Deus, mas Jesus está se referindo a um tipo de gente, e listando suas características. Isto é, ele não diz: “Chorem para que possam ser confortados”, mas sim, “Bem-aventurados *os que* choram – eles são bem-aventurados porque receberão conforto divino”. Como este mundo odeia a Deus e os seus servos (Lucas 2.17; João 15.18,19), ele com frequência oprimirá e perseguirá aqueles que pregam e praticam os preceitos de Deus, causando muito sofrimento ao povo de Deus, que chora sob tal pressão e confia nesse para receber conforto e livramento. Esse choro pode ser por diversas coisas, desde tendências sociais ímpias até a perseguição aberta patrocinada pelo governo contra o cristianismo.

Jesus está novamente promovendo um pensamento contracultural. Assim como muitas pessoas espiritualmente indigentes acham que são espiritualmente ricas, em vez de chorar por sua pecaminosidade, muitos se orgulham de seus pecados. Criminosos de colarinho branco se vangloriam de se aproveitarem de brechas legais para o próprio proveito deles, bandidos de rua se gabam de serem durões e filiados a gangues, adúlteros e fornicadores se orgulham de suas escapadas sexuais e, em vez de terem vergonha e receio, os homossexuais têm o “orgulho gay”.

Eles não possuem nenhum temor de Deus. Se de algum modo falam sobre Deus, frequentemente pensam que esse aprova o que estão fazendo. Ou, por vezes, dizem com loquacidade: “Deus me perdoará — é o seu trabalho!”. Entretanto, as Escrituras nunca ensinam que Deus está obrigado a perdoar a todo mundo — nem mesmo *um só que seja*, aliás. Ele decidiu perdoar apenas aqueles a quem concede arrependimento genuíno; fora isso, seu “trabalho” é precisamente condenar esses pecadores impenitentes e irreverentes ao sofrimento sem fim no inferno.

Não somente esse povo se jacta de seus feitos vergonhosos, mas aprova outros que fazem o mesmo (Romanos 1.32), estimulando-os a seguir em seus caminhos ímpios. Mesmo alguns que chamam a si mesmos de cristãos aplaudem aqueles que desafiam abertamente a Escritura. Para citar alguns exemplos recentes, os membros de uma proeminente sociedade evangélica votaram para

manter certos teólogos que sustentavam visões heréticas com respeito à inerrância da Escritura e à natureza de Deus, e várias denominações grandes chegaram ao ponto de ordenar homossexuais para conduzir o povo.

Eles se orgulham de serem tão “mentes abertas” para o diabo, mas Paulo condena essa atitude: “Por toda parte se ouve que há imoralidade entre vocês, imoralidade que não ocorre nem entre os pagãos, ao ponto de um de vocês possuir a mulher de seu pai. E vocês estão orgulhosos! Não deviam, porém, estar cheios de tristeza e expulsar da comunhão aquele que fez isso?” (1 Coríntios 5.1,2). Em vez de nos orgulharmos dos pecadores impenitentes entre nós, em vez de nos orgulharmos por tolerá-los, e em vez de darmos nossa aprovação a hereges, criminosos e depravados, deveríamos confrontá-los, e expulsar aqueles que recusarem a se arrepender.

Todavia, hoje só um pequeno número de igrejas confronta e expulsa aqueles que afirmam o teísmo aberto, rejeitam a inerrância bíblica, praticam a adivinhação e a necromancia, bem como aqueles que cometem aborto, adultério, fornicação, sodomia e blasfêmia. Pior do que isso, a tendência é deixar essas pessoas governarem e ensinarem os crentes em nossas igrejas. Embora “o justo decreto de Deus” seja que “as pessoas que praticam tais coisas merecem a morte”, muitos cristãos professos julgam que tais pessoas merecem ser promovidas (Romanos 1.32).

Assim como o justo e o ímpio têm atitudes muito diferentes para com o pecado, Deus ordenou destinos muito diferentes para os dois. Ele derramará sua ira contra aqueles que toleram o pecado em si mesmos e nos outros (Romanos 1.18, 32). Como Jesus diz: “Ai de vocês, que agora riem, pois haverão de se lamentar e chorar” (Lucas 6.25). Você se orgulha de fazer algo que as Escrituras condenam? Você pode se orgulhar agora, só que em breve o próprio Deus o humilhará, e você pode rir agora, mas em breve ele mesmo o fará chorar.

Alguns insistem que Deus quer sobretudo que elas sejam felizes, e essa suposição tornou-se para elas um princípio orientador na hora de tomar decisões. Isto é, posto que Deus quer que elas sejam felizes, então a vontade divina deve ser a de que sigam o curso de ação que maximize a felicidade delas. Mesmo alguns supostamente ministros cristãos simpatizam com tal visão. Essa maneira de pensar é então usada para justificar seus casamentos ilegítimos, divórcios, relações homossexuais, ambições cúpidas e ainda várias reuniões sociais e relacionamentos antibíblicos e vãos.

No entanto, a Bíblia não ensina a busca da felicidade como princípio orientador; no lugar disso, ela ensina a busca da santidade:

A vontade de Deus é que vocês sejam santificados: abstenham-se da imoralidade sexual. Cada um saiba controlar o seu próprio corpo de maneira santa e honrosa, não dominado pela paixão de desejos desenfreados, como os pagãos que desconhecem a Deus. Neste assunto, ninguém prejudique seu irmão nem dele se aproveite. O Senhor castigará todas essas práticas, como já lhes dissemos e asseguramos. Porque Deus não nos chamou para a impureza, mas para a santidade. Portanto, aquele que rejeita estas coisas não está rejeitando o homem, mas a Deus, que lhes dá o seu Espírito Santo (1 Tessalonicenses 4.3-8).

Portanto, os pregadores não deveriam dizer: “Deus quer que você seja feliz; portanto, pode

fazer tudo o que desejar”, mas sim: “Deus quer que você seja santo; portanto, deve fazer tudo o que ele ordena; caso contrário, O Senhor o punirá.” Aqueles que ignoram os preceitos de Deus para buscar a felicidade podem rir agora, porém, Jesus promete que mais tarde hão de lamentar e chorar.

Por outro lado, aqueles que choram agora serão confortados (Mateus 5.4). Como Isaías profetizou:

O Espírito do Soberano, o SENHOR, está sobre mim, porque o SENHOR ungiu-me para levar boas notícias aos pobres. Enviou-me para cuidar dos que estão com o coração quebrantado... para consolar todos os que andam tristes, e dar a todos os que choram em Sião uma bela coroa em vez de cinzas, o óleo da alegria em vez de pranto, e um manto de louvor em vez de espírito deprimido... (Isaías 61.1-3)

Em Lucas 4, Jesus lê essa passagem e anuncia: “Hoje se cumpriu a Escritura que vocês acabaram de ouvir” (Lucas 4.21).

A única resposta apropriada à nossa pecaminosidade é o choro profundo, e o único conforto verdadeiro ao nosso choro é a obra expiatória de Jesus Cristo. Dessa forma, quando Isaías clama: “Estou perdido! Pois sou um homem de lábios impuros e vivo no meio de um povo de lábios impuros” (Isaías 6.5), a passagem continua: “Logo um dos serafins voou até mim trazendo uma brasa viva, que havia tirado do altar com uma tenaz. Com ela tocou a minha boca e disse: ‘Veja, isto tocou os seus lábios; por isso, a sua culpa será removida, e o seu pecado será perdoado’” (v. 6-7). E quando Paulo exclama: “Miserável homem que eu sou! Quem me libertará do corpo sujeito a esta morte?” (Romanos 7.24), ele imediatamente responde: “Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor!” (v. 25).

Assim como é a graça de Deus que nos convence da nossa pecaminosidade, assim também é a graça de Deus que nos converte e consola. Alguns dos antigos hinos são tão ricos em teologia reformada que envergonham muitos sermões de hoje. O bem conhecido “Graça Maravilhosa” foi escrito por John Newton, alguém que tinha passado por uma vida totalmente pecaminosa e turbulenta mas, depois, passou pelo que chamou de um “grande livramento”. Ele escreveu: “Foi a graça que ensinou meu coração a temer, e a graça meus temores aliviou!” É a graça de Deus que primeiro nos convence sobre a depravação humana e o julgamento divino, levando-nos ao temor e desespero, antes de a mesma graça divina nos resgatar de tal temor e desespero por meio da fé em Jesus Cristo.

Bem-aventurados os mansos... (v. 5, ARA)

Uma pessoa que reconhece sua indigência espiritual e que chora sobre sua própria pecaminosidade é também uma pessoa mansa (Mateus 5.5). A palavra “mansos” é algumas vezes traduzida como “humildes”[\[22\]](#) ou “gentis”, de modo que a REB diz: “Bem-aventurados os gentis”. Contudo, mansidão não implica fraqueza. Visto ser essa bem-aventurança uma alusão ao Salmo 37, uma forma confiável de descobrir o que mansidão significa é examinar como a ideia aparece dentro do contexto desse Salmo.

Todos os versículos no Salmo 37 dão uma contribuição tão relevante para o nosso

entendimento de mansidão que sou tentado a reproduzi-lo integralmente, mas, dado que ele contém quarenta versículos, restringir-me-ei aos primeiros versículos de maneira separada e a outros especialmente relevantes. Você pode pegar quase qualquer estrofe desse Salmo que ele lhe dará uma boa representação de com o que a mansidão se parece; todavia, eu recomendo que você o leia por inteiro.

Não se aborreça por causa dos homens maus e não tenha inveja dos perversos; pois como o capim logo secarão, como a relva verde logo murcharão. Confie no SENHOR e faça o bem; assim você habitará na terra e desfrutará segurança. Deleite-se no SENHOR, e ele atenderá aos desejos do seu coração. Entregue o seu caminho ao SENHOR; confie nele, e ele agirá: ele deixará claro como a alvorada que você é justo, e como o sol do meio-dia que você é inocente. Descanse no SENHOR e aguarde por ele com paciência; não se aborreça com o sucesso dos outros, nem com aqueles que maquinam o mal (Salmo 37.1-7).

Esses e outros versículos neste Salmo sugerem que há sobre a terra dois povos muito diferentes e que podem ser distinguidos – os justos e os ímpios. Os ímpios não têm nenhum respeito por Deus, nem confiam nele. Em vez disso, eles maquinam para conseguir o que querem e lutam por isso, mesmo que tal signifique oprimir outras pessoas e violar as leis divinas (v. 14), e esses iníquos frequentemente obtêm o sucesso material e político almejado.

O Salmo começa dizendo ao justo para não se importar com ou ter inveja dos ímpios e de seu sucesso, pois não importa o quanto alcancem, o êxito deles é apenas superficial e temporário. Dessa maneira, o Salmo diz ao justo para não imitar os ímpios – ao invés de lutar e maquinar como fazem os ímpios, o justo deve confiar em Deus para realizar seus desejos e defender sua causa (v. 4, 6). Em face do fracasso, da dificuldade e da opressão, eles devem “esperar com paciência” (v. 7) que Deus aja em seu favor e os vindique.

É nesse contexto que encontramos o versículo 11, que diz: “Mas os mansos herdarão a terra e se deleitarão na abundância de paz” (ARA).[\[23\]](#) Outros versículos nos fornecem informação adicional sobre as características dos “mansos” e as promessas aplicáveis a eles. Os justos são aqueles que “confiam no Senhor e fazem o bem” (v. 3), “aguardam por ele com paciência” (v. 7), “desviam-se do mal e fazem o bem” (v. 27), “esperam no Senhor e seguem a sua vontade” (v. 34), e “nele se refugiam” (v. 40). O Salmo promete que Deus abençoará, protegerá, favorecerá e vindicará esses justos, e que Deus lhes dará uma herança eterna (v. 18); por outro lado, os ímpios serão “destruídos” (v. 38).

Eis o contexto no qual devemos entender a beatitude, “Bem-aventurados os mansos” (Mateus 5.5). Apropriadamente, o Léxico de Thayer diz o seguinte:

Mansidão para com Deus é aquela disposição de espírito na qual aceitamos como sendo bom seu tratamento para conosco e, portanto, sem disputa ou resistência. No Antigo Testamento, os mansos são aqueles que dependem totalmente de Deus e não de suas próprias forças para defendê-los contra a injustiça. Desta sorte, a mansidão para com os maus significa ter conhecimento de que Deus está permitindo as ofensas que eles infligem, que

ele os está usando para purificar Seus eleitos, e que Ele os livrará a seu tempo. Docilidade ou mansidão é o oposto de autoafirmação e autointeresse. Ela advém da confiança na bondade de Deus e do controle dessa situação. A pessoa dócil não está ocupada consigo de forma alguma. Isso é uma obra do Espírito Santo, não da vontade humana (Gl 5.23).[\[24\]](#)

Portanto, mansidão tem mais a ver com nossa fé e autocontrole resultantes do nosso conhecimento de Deus e de nosso relacionamento com ele, do que com uma incapacidade real de fazer o contrário.

Por exemplo, quando Abraão e Ló decidiram-se separar, Abraão não competiu com Ló para conseguir um território melhor para si, mas permitiu que ele fizesse a primeira escolha (Gênesis 13.8-12). Mais tarde, Ló perdeu tudo o que tinha, mas, porque Abraão confiava em Deus, ele tornou-se ainda mais rico e poderoso.

Outro exemplo vem da vida de Moisés. Ele tinha um senso de que Deus o havia chamado para libertar o seu povo (Atos 7.25), porém, no começo ele não confiou em Deus para cumprir esse chamado. Antes, foi tão impetuoso que assassinou um egípcio que estava maltratando alguém do seu povo (7.24). Após quarenta anos no exílio, grande parte dessa impetuosidade dele se foi, e ele até hesitou quando Deus o chamou para retornar ao Egito. Tratava-se de um homem transformado – no lugar de depender da sua própria força, ele repetidamente implorou a Deus para ser com ele e o seu povo, dizendo: “Se não fores conosco, não nos envies” (Êxodo 33.15), e “Senhor, se de fato me aceitas com agrado, que o Senhor nos acompanhe. Mesmo sendo esse um povo obstinado, perdoa a nossa maldade e o nosso pecado e faze de nós a tua herança” (34.9). Ele foi tão transformado que a Escritura testifica: “Era o varão Moisés mui manso, mais do que todos os homens que havia sobre a terra” (Números 12.3, ARA). Ele era o mais manso, mas certamente não o mais fraco.

Jesus mesmo foi nosso exemplo supremo de mansidão. Ele disse: “Tomem sobre vocês o meu jugo e aprendam de mim, pois sou manso e humilde de coração, e vocês encontrarão descanso para as suas almas” (Mateus 11.29). Embora lhe tenha sido prometido um reino, ele venceu a tentação de obtê-lo mediante um método sem dor, mas demoníaco (João 6.15, 18.36). Mais exatamente, ganhou a aprovação de Deus através da obediência, paciência e perseverança. Ele cavalgou para Jerusalém a fim de morrer por seus eleitos, cumprindo a profecia: “Eis que o seu rei vem a você, humilde [ou “manso”] e montado num jumento, num jumentinho, cria de jumenta” (Mateus 21.5).[\[25\]](#)

Devemos seguir os exemplos desses personagens bíblicos. Paulo nos instrui a adornar nossas vidas com mansidão, entre outras coisas: “Portanto, como povo escolhido de Deus, santo e amado, revistam-se de profunda compaixão, bondade, humildade, mansidão e paciência” (Colossenses 3.12), e lista a mansidão como um fruto do Espírito: “Mas o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, paciência, amabilidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio. Contra essas coisas não há lei” (Gálatas 5.22-23).

Porque “Deus se opõe aos orgulhosos, mas concede graça aos humildes” (1 Pedro 5.5), Pedro escreve: “Portanto, humilhem-se debaixo da poderosa mão de Deus, para que ele os exalte no tempo devido” (v. 6). Isso reforça as exortações no Salmo 37 contra o invejar e imitar os ímpios, bem como à confiança em Deus, esperando pacientemente que ele nos livre e nos vindique “no tempo devido”.

A pessoa mansa possui a rara força espiritual de refrear o eu e confiar em Deus; ela é dócil

para com os outros porque não precisa nem se preocupa em lutar e maquirar para que possa se apoderar daquilo que satisfaz a seus desejos egoístas. Antes, submete o exercício de suas habilidades a Deus, e se coíbe de usar formas antibíblicas para ter sucesso neste mundo. Ela confia em Deus para ser elevada, de sorte que não tenta pisar em outros simplesmente para exaltar a si própria.

Como acontece com outras características descritas nas Beatitudes, a mansidão bíblica contradiz o modo como os incrédulos pensam e se comportam. Alguns deles igualam a mansidão à fraqueza, e dessa forma rejeitam-na e desprezam-na explicitamente. Embora isso denuncie um mau entendimento sobre a mansidão bíblica, até mesmo muitos cristãos professos pensam da mesma maneira, de modo que para eles ser manso é ser fraco. É verdade que uma pessoa mansa refreia a si própria e se submete a Deus, de sorte que tende a ser menos agressiva ou segura de si no que diz respeito a proteger seus próprios interesses; contudo, porque tem se dedicado a servir a Deus, ela pode ser muito agressiva e segura de si no que diz respeito a defender a causa e a verdade de Deus.

A pessoa mansa não se contém por ser tímida, mas porque confia em Deus para a vindicar e elevar. Com efeito, o justo é mais corajoso que o ímpio, porquanto confia em Deus e nele se fortalece: “O ímpio foge, embora ninguém o persiga, mas os justos são corajosos como o leão” (Provérbios 28.1). Ele é ousado em declarar o governo de Deus e proclamar a palavra desse. Isso não vale para o ímpio – tudo o que este tem é a si próprio, e tudo para o qual ele vive é para ele mesmo, pondo em ação assim todos os seus esforços, vendendo até a sua alma, só que tudo o que ganha é insuficiente e passageiro.

Então, outros incrédulos não rejeitam nem desprezam explicitamente a mansidão bíblica, porém, produzem uma falsa versão dela em suas vidas. Isto é, eles simulam em suas vidas uma ou mais distorções e concepções equivocadas da mansidão bíblica, e aí creem falsamente que desenvolveram o seu caráter ou mesmo espiritualidade.

Eles podem ter a ideia que a mansidão bíblica envolve constante humilhação própria, mas as Escrituras preconizam uma correta visão de si mesmo. Romanos 12.3 diz: “Ninguém tenha de si mesmo um conceito mais elevado do que deve ter; mas, ao contrário, tenha um conceito equilibrado, de acordo com a medida da fé que Deus lhe concedeu”. Sem dúvida, com frequência o problema é uma visão excessivamente exaltada de si mesmo, e destarte Paulo adverte sobre isso aqui. Contudo, nesse mesmo versículo ele deixa implícito que há uma visão de si mesmo que você “deveria” ter, e que tal coisa esteja de acordo com o “conceito equilibrado” e “a medida da fé que Deus lhe concedeu”. A mansidão de veras envolve certo nível de auto-humilhação (Marcos 12.38-40; Lucas 14.7-11), mas não de uma forma forçada ou insincera, nem ao ponto de ser repugnante ou irritante. Muitas vezes há pouca diferença entre a falsa mansidão de alguém e a arrogância e desonestidade de outrem.

Em todo caso, as cosmovisões não cristãs não podem fornecer o alicerce intelectual para a verdadeira mansidão bíblica. Visto que os não cristãos não afirmam ou adoram a Deus como ele se revelou nas Escrituras, eles não podem então confiar nesse Deus para favorecê-los ou vindicá-los. Na visão deles, não existe nenhuma providência divina que faz com que todas as coisas cooperem para o bem do justo. Posto não aceitarem a vida futura como revelada na Escritura, só podem focalizar esta vida, e suas prioridades estão ligadas somente a esta vida. Como não existe nenhum juízo final, há pouco o que fazer para os impedir de lutarem e maquirarem, mesmo à custa de outros, para obterem o que reputam sucesso nesta vida. Naturalmente, mesmo se conseguirem o que querem, dado que a morte é o fim para eles, tudo é, em última análise, fútil. Como diz Jesus: “Pois, que

adianta ao homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma?” (Marcos 8.36).

Por outro lado, conquanto os preceitos morais de Deus por vezes tornem os crentes “como ovelhas destinadas ao matadouro” (Romanos 8.36), visto que Deus é soberano e fiel, podemos com confiança declarar que “somos mais que vencedores, por meio daquele que nos amou” (v. 37). Verdadeiramente Jesus, nesta beatitude, afirma que os mansos “herdarão a terra” (Mateus 5.5) – um final inesperado pelas perspectivas das cosmovisões não cristãs, mas uma promessa já enunciada no Antigo Testamento.

Ainda que expressões como “herdarão a terra” e “receberão a terra” amiúde aludam a entrar e ocupar a “terra prometida”, nesta beatitude o significado não é completamente territorial ou material. Isso porque a ideia passou a ser uma metáfora do povo de Deus obtendo o cumprimento total das promessas divinas, bem como da consumação total do Reino de Deus (Hebreus 4). Isto é, como “a vindicação final dos mansos”, Deus cumprirá todas as suas maravilhosas promessas a eles, e “Ihes dará o alto lugar que eles não sonhariam para si mesmos”.[\[26\]](#)

Não obstante, a promessa não é completamente espiritual ou metafórica. Como exemplo supremo de mansidão e gentileza, Jesus de fato herdou a terra toda, dizendo: “Foi-me dada toda a autoridade nos céus e na terra” (Mateus 28.18). Além disso, alguns teólogos julgam ser essa beatitude coerente com as muitas passagens bíblicas por todo o Antigo e Novo Testamento que afirmam a visão pós-milenista de escatologia.

Por exemplo, Habacuque 2.14 diz: “Mas a terra se encherá do conhecimento da glória do SENHOR, como as águas encham o mar”. Contrário à visão escatológica de muitas pessoas, as Escrituras não dizem que Cristo virá para subjugar seus inimigos em seu retorno, e só então reinará sobre a terra. Antes, ela ensina que Cristo está *agora* reinando sobre toda a terra à destra de Deus, e que tendo se assentado à destra de Deus, “ele está *esperando* até que os seus inimigos sejam colocados como estrado dos seus pés” (Hebreus 10.13). Paulo escreve: “é necessário que ele reine *até que* todos os seus inimigos sejam postos debaixo de seus pés” (1 Coríntios 15.25).

Embora eu deva adiar uma exposição detalhada do pós-milenismo para outro cenário, parece que esta beatitude é consistente com a expectativa pós-milenista, fundada em inúmeras promessas bíblicas de que o justo desapropriará o ímpio pelo poder do evangelho, antes da volta de Cristo.[\[27\]](#)

Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça... (v. 6)

O povo de Deus é aqueles estão convencidos de sua pobreza espiritual; eles estão convencidos de seus próprios pecados e dos pecados do seu povo, de forma que choram por sua impiedade; e exibem mansidão, humildade e gentileza genuína por causa da obra de Deus em suas vidas. Além do mais, a obra de conversão efetuada neles por Deus produziu um novo desejo básico, de modo que, apesar de antes serem inimigos da justiça, agora eles “têm fome e sede de justiça” (Mateus 5.6).

Um dos principais ensinamentos de Paulo é que ninguém pode alcançar justiça perfeita por suas boas obras; em vez disso, é Deus quem soberanamente justifica uma pessoa ao imputar a justiça de Cristo em sua conta. Portanto, malgrado o cristão ficar aquém da perfeita obediência às leis divinas, não possuindo assim justiça pessoal perfeita, em Cristo ele tem justiça legal perfeita diante de Deus,

e é sobre tal base que esse aceita o crente.

Porque esse é um ensino bíblico tão pervasivo e importante, é fácil comprovar esse conceito de justiça em cada lugar onde as Escrituras usam a palavra. No entanto, nem sempre elas empregam tal palavra com esse significado de justiça legal imputada. Mateus parece usar a palavra primariamente em referência a uma justiça que satisfaz os requerimentos das leis de Deus, e em termos das boas obras e comportamento reais. Mateus está se referindo principalmente a um relacionamento correto com Deus baseado na obediência às leis dele.

Por exemplo, em Mateus 3.15, Jesus diz a João para batizá-lo a fim de “cumprir toda a justiça”. É óbvio que “justiça” aqui não faz qualquer referência a uma justiça legal ou imputada, mas sim à justiça pessoal de Cristo, visto como obedeceu a todos os requerimentos de Deus.

Portanto, dentro do próprio Sermão, a palavra é usada várias vezes para denotar justiça pessoal, não justiça imputada. Mateus 5.10 refere-se àqueles que são perseguidos por causa de sua justiça. Pelo contexto das Beatitudes isso alude claramente às ações justas e ao estilo de vida do povo de Deus, não a uma justiça imputada a tal povo.

Como Pedro escreve: “Se vocês suportam o sofrimento por terem feito o bem, isso é louvável diante de Deus” (1 Pedro 2.20), e “Todavia, mesmo que venham a sofrer porque praticam a justiça, vocês serão felizes” (3.14).[\[28\]](#) Jesus e Pedro estão se referindo à perseguição advinda do fato de nossas ações e estilo de vida justos ofenderem aos incrédulos. Eles não estão se referindo à justiça imputada que está associada com a nossa justificação, mas sim à justiça pessoal com a qual interagimos com este mundo, e tal se associa com a nossa santificação.

Mateus 5.20 diz que nossa justiça deve exceder a justiça dos fariseus, e na sequência o Sermão explica como obedecer de verdade às leis de Deus em várias áreas. Depois Mateus 6.1 nos diz para não realizarmos nossas “obras de justiça” diante de outras pessoas para sermos vistos por elas, mostrando claramente que a justiça aqui se refere à nossa justiça pessoal, e não à nossa posição legal diante de Deus.

Definitivamente, Mateus é de todo consistente com Paulo, pois, como mencionei, a primeiríssima beatitude já exclui todas as formas possíveis de alcançar a salvação que não pela total dependência da misericórdia de Deus, isto é, pela justificação pela graça mediante a fé em Cristo. A questão é mostrar o que essa palavra significa em nosso contexto, de maneira que saibamos que tipo de justiça o povo de Deus deseja.

Por outro lado, Jesus está essencialmente *descrevendo* as características do povo “nascido de novo”; ele não está essencialmente dizendo a pessoas sobre como nascer de novo. Ele não está dizendo, “se vocês quiserem nascer de novo, então devem desejar a justiça pessoal”, mas sim, “aqueles que nasceram de novo desejam a justiça pessoal”. Dessa maneira, ele não está ensinando salvação por meio de boas obras, mas está nos dizendo que atitude o povo nascido de novo tem para com aquelas.

Assim como o povo de Deus não somente chora sobre os seus pecados individuais, mas também sobre o estado geral de pecaminosidade da humanidade, sobretudo a pecaminosidade dentro da comunidade do pacto, o povo de Deus não deseja apenas a justiça pessoal individual, mas ainda uma justiça mais ampla – ou seja, deseja ver a justiça feita na sociedade. Ele deseja ver a justiça

estabelecida na igreja e no mundo.

Esse desejo é mais que uma preferência branda – a beatitude diz que eles “têm fome e sede” por ela. Fome e sede referem-se às nossas necessidades e desejos mais básicos. Elas estão relacionadas à nossa própria sobrevivência, de modo que não são opcionais, e não podemos ser descuidados ou indiferentes para com elas. De forma similar, o povo de Deus tem fome e sede de justiça pessoal. É uma necessidade básica, e não simplesmente uma preferência.

Essa fome por justiça é outra qualidade que distingue os cristãos dos não cristãos. Os cristãos e os não cristãos têm apetites espirituais bem diferentes, de sorte que desejam coisas exatamente opostas.

Os cristãos “desejam de coração o leite espiritual puro” (1 Pedro 2.2), e a beatitude diz que eles têm fome e sede de justiça. Jonathan Edwards escreve: “O primeiro efeito do poder de Deus no coração, mediante a regeneração, é dar ao coração uma prova ou senso divino; fazê-lo saborear a amabilidade e doçura da excelência suprema da natureza divina”.[\[29\]](#) E Henry Scougal diz: “A dignidade e excelência da alma devem ser mensuradas pelo objeto do seu amor”.[\[30\]](#)

Livros sobre homilética frequentemente instam para que o ministro torne a doutrina bíblica interessante aos ouvintes, mas as Escrituras não ensinam que tal coisa seja responsabilidade sua. Se calhar de o ministro ser um orador ou escritor cativante, ele pode ter uma vantagem prática, só que aquelas o consideram responsável apenas pelo conteúdo e clareza (2 Timóteo 4.2; Colossenses 4.4); isto é, a pregação e a escrita do ministro devem ser bíblicas e inteligíveis. Se os ouvintes não estiverem interessados, é culpa deles – os cristãos devem ter um apetite voraz pelas coisas de Deus.

Se você é um cristão, então gosta de ler livros sobre assuntos teológicos e ouvir sermões sobre passagens bíblicas – está em sua natureza regenerada gostar disso tudo. Ademais, você tem fome de fazer justiça e ver a justiça feita. Como Jesus diz: “A minha comida é fazer a vontade daquele que me enviou e concluir a sua obra” (João 4.34). Se você é um cristão, então tem um apetite básico para fazer a vontade de Deus.

Em contraste, os não cristãos têm um apetite muito perverso quando se trata das coisas espirituais. Em vez de seguir os mandamentos de Deus e tratar suas palavras como o seu “alimento” (Jó 23.12, ARC), cada não cristão “segue seu próprio curso, como um cavalo que se lança com ímpeto na batalha” (Jeremias 8.6). Ele tem um “coração que traça planos perversos, pés que se apressam para fazer o mal” (Provérbios 6.18).

Os não cristãos não somente preferem a impiedade, mas a perseguem. Procuram avidamente oportunidades, e aparecem com novas ideias e maneiras de pecar: “Até na sua cama planeja maldade; nada há de bom no caminho a que se entregou, e ele nunca rejeita o mal” (Salmo 36.4). Quanto ao seu apetite espiritual, eles não têm fome do conhecimento e justiça de Deus, mas “se alimentam de maldade, e se embriagam de violência” (Provérbios 4.17).

Inquestionavelmente, o apetite pela impiedade em alguns não cristãos é mais óbvio que em outros, e se sucumbirmos às falsas definições do mundo de certo e errado, alguns deles parecerão muito decentes. Porém, quando adotamos as verdadeiras definições de certo e errado tal como declaradas nas Escrituras, notaremos que, de um modo ou de outro, todos os não cristãos têm um apetite insaciável por impiedade.

Com frequência, esse apetite por impiedade é muito descarado, como quando os não cristãos cometem atos de fraude, violência, imoralidade sexual e assim por diante. Muitos deles até mesmo exigem que o governo e a igreja sejam lenientes com seus estilos de vida perversos. Outros não cristãos têm fome de impiedade, mas as formas de tal fome são menos óbvias, como quando imitam de maneira hipócrita a fé e o amor cristão. Assim, muitos não cristãos alegam falsamente ser cristãos, e muitos deles realmente se despertam e vão à igreja. Entretanto, eles não vão por desejarem adorar a Deus, mas porque o ato de cantar hinos relaxa-os e faz com que se sintam espirituais. Eles desejam ser entretidos, e não trabalhar em prol do benefício da comunidade da igreja. Ou, eles não vão porque querem ouvir a palavra de Deus, mas porque querem se socializar, e talvez fazer alguns contatos de negócios.

Não importa como se apresentem, eles verdadeiramente não têm fome por justiça e santidade, mas encobrem sua impiedade e egoísmo com roupagem cristã. Em outras palavras, embora aleguem buscar a Deus, a espiritualidade deles é centrada no eu, é um falso cristianismo.

Àqueles que genuinamente têm fome e sede de justiça por causa de um coração regenerado, Jesus promete que “serão satisfeitos” (Mateus 5.6). Assim como o justo e o ímpio desejam coisas opostas, Deus ordenou destinos opostos para eles: “O desejo dos justos resulta em bem; a esperança dos ímpios, em ira” (Provérbios 11.23).

A Bíblia diz: “O que os justos desejam lhes será concedido” (Provérbios 10.24). Pessoas descuidadas têm entendido incorretamente essa e declarações similares na Bíblia. Por exemplo, o Salmo 37.4 diz: “Deleite-se no SENHOR, e ele atenderá aos desejos do seu coração”, mas isso não significa que Deus dará tudo a alguém, visto que quem se deleita de verdade no Senhor não abrigará desejos egoístas e satânicos.

Aqueles que autenticamente são povo de Deus têm fome e sede de justiça, e “o que os justos desejam lhes será concedido”. Efésios 2.10 diz: “Porque somos criação de Deus realizada em Cristo Jesus para fazermos boas obras, as quais Deus preparou antes para nós as praticarmos”. Em outras palavras, assim como Deus preordenou salvar aqueles a quem escolheu, ele também preordenou as boas obras que devemos realizar,^[31] de sorte que, assim como ele produz em nós fome por justiça na conversão, ele igualmente satisfaz essa fome com boas obras que ele “preparou antes para nós as praticarmos”.

Apesar de o foco primário dessa beatitude ser provavelmente a justiça pessoal, e não a justiça universal ou social, um cristão de fato deseja uma justiça mais ampla do que a de nível individual. Ele deseja ver a justiça realizada na igreja e no mundo. As armas e ferramentas que Deus nos deu para combater a impiedade não são principalmente físicas ou políticas, mas espirituais. Por conseguinte, malgrado os cristãos poderem participar de atividades políticas, a fim de promover leis que mantenham alguma semelhança de justiça na nação, eles não devem depender do governo para conter o pecado e a injustiça; antes, devem enfocar a pregação e o ensino da palavra de Deus à igreja e ao mundo, pois o pecado é, em primeiro lugar, uma questão do coração, o qual somente uma conversão espiritual pode transformar.

Visto que alguns cristãos desejam estabelecer a justiça em si mesmos, na igreja e no mundo, parece que a promessa “serão satisfeitos” é novamente consistente com a escatologia pós-milenista, de modo que haverá um cumprimento definido e amplo dessa promessa antes do retorno de Cristo,

mesmo que o cumprimento final deva aguardar o seu retorno.

Bem-aventurados os misericordiosos... (v. 7)

Nesse ponto, alguns comentaristas sugerem que Jesus deixa a ênfase em nosso relacionamento com Deus e passa para a ênfase em nosso relacionamento com outras pessoas: “Bem-aventurados os misericordiosos, pois obterão misericórdia” (Mateus 5.7). De imediato, precisamos salientar que essa beatitude não ensina uma política “na mesma moeda”, de dar e receber misericórdia da parte de Deus; isto é, não é possível que o versículo esteja dizendo que alguém merece a misericórdia que recebe ao dar uma correspondente medida de misericórdia.

Primeiro, quando se trata da graça e misericórdia de Deus, as Escrituras claramente ensinam algures em contrário a uma política “na mesma moeda”. Segundo, já observamos que Jesus está *descrevendo* as características das pessoas nascidas de novo, e não *prescrevendo* as condições para se nascer de novo. Com toda a certeza, é impossível que a beatitude esteja ensinando que devemos obter a misericórdia de Deus para nos salvar do pecado, demonstrando primeiramente misericórdia para com os outros, visto que, se pudéssemos demonstrar essa genuína misericórdia para com eles, então isso significa que já somos salvos e convertidos.

Em outras palavras, Jesus não está dizendo, “se vocês forem misericordiosos, então serão bem-aventurados, pois então receberão misericórdia”. Mais exatamente, ele está dizendo, “o povo de Deus é gente misericordiosa – ‘os misericordiosos’ – e pessoas misericordiosas são bem-aventuradas, pois receberão misericórdia”. Jesus *os identifica* como “os misericordiosos” – ele não está descrevendo algo que eles tinham alcançado ou merecido por serem misericordiosos. As Escrituras ensinam que alguém só é misericordioso porque Deus o transformou e o tornou misericordioso, de sorte que uma pessoa misericordiosa é uma pessoa que já foi convertida por Deus. Ela não foi salva por ser misericordiosa, mas é misericordiosa por ser salva.

Sobre o relacionamento entre graça e misericórdia, Terry Johnson escreve:

A maioria dos comentaristas traça uma distinção entre graça, a qual lida com o pecado em si, provendo o perdão da culpa, e a misericórdia, que lida com os resultados ou consequências do pecado. Ou, colocando de outra forma, a graça preocupa-se com o perdão do pecado, ao passo que a misericórdia se preocupa com a libertação da dor, alienação, miséria e sofrimento causados pelo pecado.[\[32\]](#)

Por exemplo, em Lucas 10.37, o samaritano que cuidou do viajante machucado é corretamente descrito como “aquele que mostrou misericórdia” (NASB). Todavia, mesmo se a distinção acima for legítima, devemos ter em mente que as duas são “frequentemente sinônimos”,[\[33\]](#) de modo que precisamos ser cuidadosos e precisos na exegese, para que não tiremos conclusões falsas das passagens que contêm tais termos.

Os não cristãos não possuem misericórdia bíblica, nem a podem verdadeiramente imitar. É

óbvio que alguns dentre eles são mais destituídos de misericórdia, conforme diz o Salmo 109.16: “Pois ele jamais pensou em praticar um ato de bondade, mas perseguiu até a morte o pobre, o necessitado e o de coração partido”. Eles consideram as necessidades dos outros irrelevantes, e a misericórdia ineficiente. Hitler era uma pessoa assim, mas exemplos menos extremos que esse estão por toda parte em nossa sociedade, aparecendo na forma de políticos, homens de negócio, sacerdotes católicos, cônjuges adúlteros e pais abusadores. E, caso concordemos, as crianças podem ser algumas das pessoas mais cruéis no mundo, sendo seu estrago limitado apenas por sua falta de capacidade ou recursos.[\[34\]](#)

Outros não são tão notórios, porém, mesmo quando colocam uma boa máscara, são cruéis e depravados de coração, assim como éramos antes de Deus soberanamente nos converter. Com efeito, alguns não cristãos podem parecer bem misericordiosos e generosos, mas qual é o fundamento intelectual e moral para as suas ações? Os não cristãos podem apenas ter motivos egoístas e humanistas, de forma que fazem o que fazem para o bem deles e dos outros, não para glorificar a Deus ou expressar gratidão a ele, mas para afirmar autonomia de Deus e glorificar a humanidade. Portanto, embora algumas vezes imitem a misericórdia cristã exteriormente, eles permanecerão interiormente perversos e desobedientes.

Além do mais, mesmo os que parecem ser atos externos de misericórdia dos não cristãos são muitas vezes contrários às Escrituras. Por exemplo, a igreja coleta dinheiro por meio da doação voluntária de seus membros, e distribui parte desse valor para recipientes legítimos, tais como viúvas e órfãos que não tenham outras fontes de ajuda. Em contraste, um governo secularizado cujas leis se baseiem numa filosofia antibíblica coleta dinheiro mediante impostos de confisco, e distribui grande parte desse valor para recipientes ilegítimos, tais como pessoas que se recusam a trabalhar. O que era chamado “ajuda” tornou-se “bem-estar”, e tem se tornado cada vez mais popular, a ponto de ser chamado “direito”, como se algo fosse devido a eles.

Contrário a esse sistema perverso, a Escritura não define misericórdia como algo que demande nossa ajuda a todos os que aparentem ser necessitados, independentemente do motivo de sua situação. Em vez disso, a igreja deve ajudar somente aqueles verdadeiramente necessitados, não aqueles que são simplesmente preguiçosos e irresponsáveis. Por exemplo, Paulo ensina que nem toda viúva está qualificada para o socorro da igreja, mas apenas se ela tiver certa idade, tiver sido fiel ao seu marido e for conhecida por suas boas obras (1 Timóteo 5.9-10).[\[35\]](#) Outrossim, ele escreve: “Quando ainda estávamos com vocês, nós lhes ordenamos isto: Se alguém não quiser trabalhar, também não coma” (2 Tessalonicenses 3.10).

Só essas duas regras já excluem do recebimento de ajuda muitas ou mesmo a maioria das pessoas, mas as igrejas que seguem essa e outras instruções bíblicas correlatas certamente serão chamadas de duras e sem misericórdia até por muitos cristãos professos. Quando os cristãos, seguindo instruções escriturísticas, recusam-se a acomodar-se às definições humanistas de bondade e cortesia, eles são amiúde acusados de renegar o ensino e exemplo de Cristo. Ao invés de permitirem que essa gente saia impune com tal acusação, os cristãos deveriam repreendê-la por sua ignorância e desobediência às Escrituras. A autêntica misericórdia é aquela que é definida, ordenada e gerada por Deus, bem como exercida e expressa para a glória divina. Porém, a misericórdia humanista não é de maneira alguma misericórdia; antes, procede de um coração desobediente que procura “salvar” a humanidade à parte de Deus.

Bem-aventurados os puros de coração... (v. 8)

A próxima beatitude diz: “Bem-aventurados os puros de coração, pois verão a Deus” (Mateus 5.8). Jesus está se referindo a uma pureza mais profunda que uma conformidade exterior com os preceitos de Deus; ele está falando de uma pureza no “coração”.

Muitos teólogos e comentaristas fazem uma falsa distinção entre o coração e a mente; eles parecem pensar que o coração é a personalidade toda, ou o aspecto mais profundo da personalidade de uma pessoa, enquanto a mente é somente outro aspecto do coração. Outros asseveram que o coração consiste da mente (ou intelecto), vontade e emoção; não obstante, as Escrituras nunca declaram ou deixam implícita essa lista.

É um grave erro listar a vontade e emoção como se fossem partes diferentes da mente dentro da pessoa humana, como se a vontade e a emoção fossem coisas não mentais. Mais corretamente, posto que a vontade e a emoção são meramente funções da mente – ou seja, a mente é quem decide e se emociona – elas são mentais por definição. Porquanto é esse o caso, dizer então que o coração consiste da mente, vontade e emoção é apenas uma forma canhestra de dizer que o coração é a mente. [\[36\]](#)

Por ora, se ignorarmos as possíveis diferenças funcionais entre o uso do “coração” e a “mente”, mas focalizarmos os aspectos ontológicos de ambos os termos, então eles são intercambiáveis. Isto é, *mesmo se* os termos tiverem ênfases diferentes quando usados na Escritura, eles referem-se à mesma parte da pessoa humana. Portanto, ser puro no coração é ser puro na mente, bem como em todas as funções que essa realiza; ter um coração impuro, pois, é ter uma mente impura, e destarte também pensamentos, crenças, motivos, desejos e emoções impuras.

O termo ou conceito de um “coração puro” ocorre diversas vezes em vários lugares na Bíblia, e Jesus, naturalmente, está usando o termo de uma forma que é consistente com o seu significado bíblico. Com isso em mente, o Salmo 24 oferece um contexto rico a partir do qual podemos entender o tipo de pessoa que é pura em seu coração: “Quem poderá subir o monte do SENHOR? Quem poderá entrar no seu Santo Lugar? Aquele que tem as mãos limpas e o coração puro, que não recorre aos ídolos nem jura falsamente” (v. 3-4).

Aquele que é puro de coração “não recorre aos ídolos”.[\[37\]](#) Sua “pureza” consiste de uma devoção resoluta a Deus; ele pertence a “aqueles que o buscam” (v. 6). Não existem “ídolos” – coisas abomináveis e distraidoras – para obscurecer seu foco em Jesus Cristo. Aos de “mente dividida”, Tiago diz: “purifiquem o coração” (Tiago 4.8).

Como mencionado, nas Beatitudes Jesus está descrevendo aqueles a quem pertence o Reino dos céus. O povo de Deus consiste daqueles cujas disposições básicas Deus transformou de tal maneira que, malgrado ainda lutarem contra o pecado, são “puros de coração”, e na proporção em que essas pessoas permitem que ídolos e distrações permaneçam em suas vidas, sofrem elas de falta de certeza. Em consequência, Terry Johnson escreve:

Pergunte a si mesmo: “o meu amor por Deus é puro? Tem ele o meu coração

todo? Tem ele minha lealdade absoluta? Ou meu coração está dividido?” Nossos corações devem ser puros, unos e probos. Você ama mais ao dinheiro? Aos esportes? Ao poder? Ao prazer? Somente os puros verão a Deus. Ninguém mais.[\[38\]](#)

A devoção pura a Deus – serviço fiel a ele sem mistura ou engano – também condiciona a maneira como nos relacionamos com outras pessoas, e assim continua o Salmo 24.4, dizendo que aquele que é puro de coração não “jura pelo que é falso” (NIV) – ele não “jura falsamente” (NASB). O puro de coração tratará as pessoas com sinceridade, sem engano ou motivos ocultos. Devemos então perguntar a nós próprios as seguintes questões:

Estou vivendo uma vida limpa, pura e santa? Ou estou paulatinamente permitindo a corrupção em minha vida? Comecei a tolerar a desonestidade? O orgulho? A luxúria? A cobiça? Estou cedendo às mentiras, mesmo que sejam apenas mentiras inofensivas? Estou cedendo ao roubo, mesmo que sejam apenas roubos minúsculos? Estou cedendo a flertes “inocentes”, fofocas “inócuas” ou pornografia “leve”?[\[39\]](#)

Se até crentes lutam para manter a pureza no coração, então os incrédulos sequer podem dar início a ela – seus corações são completamente corruptos e depravados. Jesus diz: “Pois do interior do coração dos homens vêm os maus pensamentos, as imoralidades sexuais, os roubos, os homicídios, os adultérios, as cobiças, as maldades, o engano, a devassidão, a inveja, a calúnia, a arrogância e a insensatez. Todos esses males vêm de dentro e tornam o homem ‘impuro’” (Marcos 7.21-23).

Como o coração do homem está completamente arruinado, não tem ele poder ou desejo de mudar, de sorte que é Deus quem deve iniciar no homem alguma mudança. Deus efetua tal mudança somente naqueles a quem escolheu, e faz isso dando-lhes fé em Cristo. Como Pedro diz quando se referindo aos cristãos gentios: “[Deus] purificou os seus corações pela fé” (Atos 15.9). Isso é o que Deus prometeu pelo profeta Ezequiel: “Aspergirei água pura sobre vocês e ficarão puros; eu os purificarei de todas as suas impurezas e de todos os seus ídolos. Darei a vocês um coração novo e porei um espírito novo em vocês; tirarei de vocês o coração de pedra e lhes darei um coração de carne” (Ezequiel 36.25-26).

Quanto aos réprobos, eles nunca poderão ser puros de coração. Alguns deles de bom grado se entregam a pensamentos e imaginações perversas, suas mentes estão cheias de ídolos, mentiras e cobiças por várias coisas. Eles amam o que Deus odeia, e odeiam o que Deus ama. Outros tentam imitar a pureza interior verdadeira, mas, porquanto nunca foram transformados por Deus através da fé em Cristo, tudo o que parecem conseguir não está relacionado a ou baseado em um sincero desejo de glorificar e agradar a Deus. Portanto, seus esforços em alcançar pureza de coração fora de Cristo são apenas tentativas adicionais de autossalvação, algo que Deus detesta.

Àqueles que são verdadeiramente puros de coração, Jesus promete que eles “verão a Deus”. Devemos observar logo que Jesus não está necessariamente nos prometendo uma sensação ou experiência empírica na qual fisicamente “olhamos para” Deus. Mesmo no português, além de

“conhecer ou perceber pela visão”, a palavra “ver” pode denotar, entre outras coisas, “conhecer, saber”, “observar, notar, perceber”, “reconhecer, compreender”, “imaginar, fantasiar”, “reputar, considerar, julgar”, e “ter elementos para perceber ou chegar à conclusão de (algo)”.[\[40\]](#)

Para dar um exemplo oriundo das Escrituras, Jesus diz em João 3.3: “Digo-lhe a verdade: Ninguém pode ver o Reino de Deus se não nascer de novo”. Ele não quer dizer que o reino está empiricamente invisível aos incrédulos e que depois, subitamente, passará a ser empiricamente visível àqueles a quem Deus regenera. Antes, seu significado corresponde a algo que ele diz quase imediatamente na sequência, no versículo 5: “Digo-lhe a verdade: Ninguém pode entrar no Reino de Deus se não nascer da água e do Espírito”. Baseado no contexto, é muito mais natural e apropriado considerar o significado de “ver” no versículo 3 como sendo algo como “descobrir”, “entender” ou “chegar a conhecer”.

Outro exemplo provém de João 12.40, que é uma citação de Isaías: “Cegou os seus olhos e endureceu-lhes o coração, para que não vejam com os olhos nem entendam com o coração, nem se convertam, e eu os cure”. Nesse contexto, fica óbvio que as palavras “cegou os seus olhos” não se referem a uma cegueira física, mas, em vez disso, têm o significado exato de “endureceu-lhes o coração”. Que eles não podem “ver com os olhos” se refere ao fato de não poderem “entender com o coração”. Por outro lado, “ver” aqui não alude a algo empírico, mas a algo intelectual.

Se temos ao menos um conhecimento geral da Escritura, entenderemos logo que a promessa “eles verão a Deus” não pode se referir a uma sensação ou experiência empírica; isto é, Jesus não pode estar prometendo que os “puros de coração” “verão” a Deus fisicamente. E isso se dá porque “Deus é espírito” (João 4.24), de modo que ele é invisível (Colossenses 1.15; 1 Timóteo 1.17; Hebreus 11.27). Todavia, há um sentido no qual as pessoas “veem” a Deus, como quando Manoá, pai de Sansão, exclamou: “Vimos a Deus!” (Juízes 13.22). Porém, quando examinamos o contexto no qual Manoá faz essa declaração, prontamente entendemos que ele não contemplou fisicamente a Deus em sua essência divina, mas viu apenas “o Anjo do SENHOR”.

Dessa forma, sempre que personagens bíblicos “veem” a Deus num sentido físico, eles estão sempre se referindo a uma manifestação ou revelação divina que ele próprio gerou – Deus, em sua essência, permanece invisível. Isso é congruente com nossa afirmação de que Deus é incognoscível caso ele mesmo não opte por se revelar, como quando João escreve: “Ninguém jamais viu a Deus, mas o Deus Unigênito, que está junto do Pai, o tornou conhecido” (João 1.18). Isto é, você não pode ir a algum lugar para “ver” a Deus, contudo, ele nos falou por seus profetas e apóstolos, e revelou a si mesmo por meio da encarnação de Cristo.

O que, então, significa “ver” a Deus? João escreve: “Aquele que faz o bem é *de Deus*; aquele que faz o mal não *viu a Deus*” (3 João 11), como que dizendo que quem faz o bem deveras viu a Deus. Obviamente, no sentido de que aquele que perpetra o mal não viu a Deus, e aquele que faz o bem viu a Deus, e no versículo, ter “visto a Deus” faz paralelo com ser “de Deus”. Portanto, em vez de fazer referência a uma sensação ou experiência empírica, “ver” a Deus é uma expressão que se refere a um relacionamento com Deus e a uma revelação de Deus. Ver a ele, então, é compreendê-lo com a mente e ser transformado por ele. A palavra “ver” é usada com conotações intelectuais e relacionais, e não no sentido empírico, de sorte que D. A. Carson apropriadamente equipara “ver a Deus” com “comunhão com Deus”.[\[41\]](#)

Dessa maneira, a promessa de Jesus não é “se vocês se tornarem puros de coração o suficiente, eu deixarei que deem uma olhada em Deus”, mas sim, “aqueles dentre vocês que são puros de coração – os cristãos – são bem-aventurados, pois Deus se lhes revelará e fará com que o conheçam!”. Sem dúvida, os cristãos já conhecem a Deus em alguma medida, de modo que já o “viram” em certo sentido. Entretanto, assim como as outras características descritas nas outras beatitudes não alcançarão perfeição até a consumação final do reino de Deus, essas promessas contidas nas beatitudes não serão completamente cumpridas até aquele tempo. Assim como Deus aperfeiçoará o coração do seu povo quando Cristo voltar, também assim ele lhes concederá uma revelação mais plena de si mesmo. Como as Escrituras dizem: “sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele, pois o veremos como ele é” (1 João 3.2), e “agora, pois, vemos apenas um reflexo obscuro, como em espelho; mas, então, veremos face a face. Agora conheço em parte; então, conhecerei plenamente, da mesma forma como sou plenamente conhecido” (1 Coríntios 13.12).[\[42\]](#)

Bem-aventurados os pacificadores... (v. 9)

Então, Jesus diz: “bem-aventurados os pacificadores, pois serão chamados filhos de Deus” (Mateus 5.9). A “paz” aqui é uma paz objetiva e relacional, não subjetiva e emocional; isto é, ela tem a ver com relacionamentos pacíficos.

A bênção não é para aqueles que meramente amam ou desejam a paz, não é para aqueles que meramente têm uma disposição amigável ou sociável, nem é para aqueles que aceitam ou toleram passivamente a injustiça. Pelo contrário, assim como Cristo abençoa os que não aceitam meramente a justiça, mas sim os que têm fome dela, assim também ele abençoa os que pacificam. Em outras palavras, sua bênção é para aqueles que ativamente fazem relacionamentos pacíficos acontecer. Como diz o Salmo 34.14: “Afastede-se do mal e faça o bem; busque a paz com perseverança”. Visto que fazer a paz envolve intervenções ativas em conflitos relacionais difíceis, e visto que tal coisa vai contra a disposição pecaminosa do homem, isso não é uma fraqueza, mas uma força espiritual pela qual o pacificador vence o mal com a bondade e a sabedoria.

Deus mesmo apresenta o exemplo supremo de fazer paz ao decretar o plano de redenção. Paulo escreve:

Pois ele é a nossa paz, o qual de ambos fez um e destruiu a barreira, o muro de inimizade, anulando em seu corpo a Lei dos mandamentos expressa em ordenanças. O objetivo dele era criar em si mesmo, dos dois, um novo homem, fazendo a paz, e reconciliar com Deus os dois em um corpo, por meio da cruz, pela qual ele destruiu a inimizade (Efésios 2.14-16; também Colossenses 1.19-20).

Declarado positivamente, o objetivo do pacificador é a reconciliação entre duas partes; declarado negativamente, seu objetivo é dar término à hostilidade entre elas.

A humanidade consiste de criaturas rebeldes que odeiam a Deus e desprezam a sua vontade; elas lhe são inimigas. Mas aí Deus alcança os eleitos e estabelece paz com eles através da obra

redentora de Cristo. Para reconciliar os pecadores eleitos com Deus, Cristo tomou sobre si um corpo humano, e morreu uma morte violenta na cruz. A verdadeira paz vem mediante a satisfação da justiça divina, não mediante a ignorância dela. A paz não envolve uma aceitação ou tolerância passiva, mas um papel ativo na correção das coisas. Isso significa igualmente que fazer a paz pode ser amiúde muito custoso.

A beatitude diz que os pacificadores serão chamados “filhos de Deus”. Isso não se refere somente à doutrina da adoção, pela qual Deus estabelece um relacionamento filial com aqueles a quem escolheu, mas é também uma expressão na qual ser os “filhos de” alguém ou algo quer dizer portar a semelhança ou as características de alguém ou algo.

Por exemplo, 1 Samuel 2.12 diz: “Os filhos de Eli eram filhos de Belial” (ACF). Em termos de consanguinidade eles eram os filhos de Eli, só que tinham as características do falso deus Belial e, desse modo, a segunda parte do versículo explica que eles “não conheciam ao SENHOR”. A NVI parafraseia, e diz: “Os filhos de Eli eram ímpios”. Paulo chama os não cristãos de os “filhos da desobediência” (Efésios 2.2, 5.6; Colossenses 3.6, ACF) – no que obviamente não estava se referindo às relações de sangue que tinham, mas ao caráter deles.

Deus realmente estabelece um relacionamento filial com seus eleitos por meio da obra redentora de Cristo, e seus filhos exibem uma semelhança familiar com o seu Pai; logo, tal como o Pai é o supremo pacificador, seus filhos igualmente o imitam ao amar e fazer a paz, bem como ao facilitar a reconciliação.

Há várias formas pelas quais os filhos de Deus devem ser pacificadores neste mundo.

Primeiro, eles participam na reconciliação dos eleitos com Deus ao pregar o evangelho. Assim como o Pai dá o supremo exemplo supremo de fazer a paz, também Deus Filho dá o supremo exemplo de pregar a paz, tanto que ele é chamado “o Príncipe da Paz” (Isaías 9.6). Pedro diz que Deus enviou a Jesus Cristo para pregar “as boas novas de paz” (Atos 10.36), e Paulo escreve: “Ele veio e anunciou paz a vocês que estavam longe e paz aos que estavam perto” (Efésios 2.17).

Mas o evangelho da paz não é uma mensagem de conciliação ou transigência. Embora instruindo seus leitores a vestirem “toda a armadura de Deus” (Efésios 6.13), Paulo escreve que eles devem ter os “pés calçados com a prontidão do evangelho da paz” (v. 15). Ele vê o cristão como um soldado, pregando o evangelho no contexto de uma guerra espiritual. Nesta guerra, o evangelho da paz é como que o calçado pelo qual um soldado avança e mantém sua posição (v. 13-14).

Quando Isaías considera aqueles que “trazem boas novas”, ele diz que esses proclamam “paz”, “boas novas” e “salvação”, mas não se trata de uma mensagem que sugira uma trégua entre Deus e os homens; antes, trata-se de uma mensagem que diz: “O seu Deus reina!” (Isaías 52.7). A mensagem do evangelho facilita a reconciliação ao proclamar o governo de Deus, não por concordar com a ilusão do homem acerca de sua própria liberdade e bondade. Em outras palavras, a paz verdadeira não é promovida por conciliação ou transigência, mas pela conquista dos corações dos homens pela Palavra de Deus, isto é, o evangelho da paz.

Deus incumbiu os cristãos do “ministério da reconciliação”, para pregarem “a mensagem da reconciliação”:

Tudo isso provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo e nos deu o ministério da reconciliação, ou seja, que Deus em Cristo estava reconciliando consigo o mundo, não levando em conta os pecados dos homens, e nos confiou a mensagem da reconciliação. Portanto, somos embaixadores de Cristo, como se Deus estivesse fazendo o seu apelo por nosso intermédio. Por amor a Cristo lhes suplicamos: Reconciliem-se com Deus (2 Coríntios 5.18-20).

A mensagem da reconciliação não ensina que Deus perdoa a todos os seres humanos indiscriminadamente, mas que ele perdoa somente aqueles a quem ele soberanamente concede arrependimento dos pecados e fé em Cristo.

Em vez de ignorar seu conflito com os homens, Deus prefere resolvê-lo. Em vez de fazer a paz suspendendo seu padrão de justiça, ou se rendendo ou fazendo concessões à humanidade, Deus faz a paz apenas sob os seus termos. De um jeito ou de outro, ele recusa deixar as coisas sem resolução – uma pessoa, ou crerá em Cristo e será salva, ou sofrerá o tormento sem fim no inferno.

Segundo, além da reconciliação dos eleitos com Deus através do evangelho, fazer paz também se aplica a todos os relacionamentos humanos. Deus ordena que os cristãos vivam em paz entre si; todavia, os cristãos raramente vivem em perfeita harmonia porque ainda são pessoas pecadoras vivendo num mundo pecador. Portanto, mesmo cristãos verdadeiros podem algumas vezes ser egocêntricos, briguentos e até desonestos. Acrescendo a isso o fato de que muita gente em nossas igrejas não são sequer cristãos, mas falsos conversos, disputas e discórdias dentro da comunidade do pacto acontecerão.

Deus fez provisões para isso na Escritura; ele estabeleceu procedimentos pelos quais os cristãos podem e devem resolver suas disputas e discórdias. Como Jesus ensina em Mateus 18:

Se o seu irmão pecar contra você, vá e, a sós com ele, mostre-lhe o erro. Se ele o ouvir, você ganhou seu irmão. Mas se ele não o ouvir, leve consigo mais um ou dois outros, de modo que “qualquer acusação seja confirmada pelo depoimento de duas ou três testemunhas”. Se ele se recusar a ouvi-los, conte à igreja; e se ele se recusar a ouvir também a igreja, trate-o como pagão ou publicano (v. 15-17).

O padrão geral é começar o processo de reconciliação por uma confrontação privada entre as partes diretamente envolvidas, expandindo a situação e tornando-a mais pública a cada passo em que o ofensor continuar a negar sua responsabilidade ou se recusar a arrepender-se e pedir perdão. Se recusar ouvir mesmo “a igreja” (provavelmente referindo-se aos presbíteros da igreja),[\[43\]](#) então toda a comunidade do pacto deve expulsar e evitar esse ofensor, pelo menos até que finalmente se arrependa.

Muitas igrejas hoje receiam obedecer a Deus nesta área de resolução de conflitos, bem como na de disciplina e excomunhão eclesiástica, quando necessárias. Tanto líderes como membros da igreja muitas vezes preferem ter incrédulos julgando os seus casos num tribunal secular, como se fossem melhores na resolução de um conflito bíblico! Aos coríntios, Paulo escreve: “Digo isso para

envergonhá-los. Acaso não há entre vocês alguém suficientemente sábio para julgar uma causa entre irmãos? Mas, ao invés disso, um irmão vai ao tribunal contra outro irmão, e isso diante de descrentes!” (1 Coríntios 6.5-6). Muitos membros de igreja são tolos e desobedientes, recusando iniciar o processo de confrontação e reconciliação que Cristo ensina, e muitos líderes são pessoas inúteis e fracas, recusando ouvir e julgar as disputas entre o seu povo.

Além disso, observamos que a reconciliação não implica conciliação, rendição, ignorar o problema ou fingir que a ofensa não existe; antes, Deus ordena a reconciliação pela resolução da questão, com o tratamento explícito da contenda. Algumas vezes os cristãos acham que estão sendo inflexíveis quando exigem o arrependimento do ofensor, mas Jesus diz: “Se o seu irmão pecar, repreenda-o e, *se ele se arrepender*, perdoe-lhe” (Lucas 17.3).

Há muito mais a dizer sobre as passagens acima e outras relacionadas. Por ora, a questão que desejo enfatizar é que a paz bíblica não implica esconder nossos problemas, mas pacificar exige reconciliação, o que requer uma confrontação explícita com a disputa e as partes envolvidas. Fora isso, devemos resolver tais disputas usando apenas preceitos e princípios bíblicos, pois, assim como Deus faz paz somente nos termos dele, seus filhos também devem fazer paz somente nesses termos, e não nos próprios termos deles ou naqueles dos ofensores.

Terceiro, além de exigir a reconciliação com os eleitos e depois entre os eleitos, Deus também quer que o seu povo viva em paz com os de fora da comunidade do pacto, tanto quanto possível. Como cristãos, vivemos neste mundo com e entre muitos incrédulos, e temos muitas interações com eles. Nossa própria pecaminosidade remanescente já causa problemas suficientes, porém, a grande impiedade dos não cristãos sobrecarrega a sociedade com ainda mais querelas e discórdias. Muitos conflitos surgirão entre cristãos e não cristãos simplesmente porque ambos são seres humanos pecadores vivendo neste mundo, todavia, muitos outros conflitos surgirão por causa dos sistemas de crença fundamentalmente diferentes entre si que os cristãos e não cristãos possuem.

As Escrituras ensinam: “Esforcem-se para viver em paz com todos” (Hebreus 12.14), mas ela também reconhece que nem tudo está dentro do nosso controle, de sorte que Paulo escreve, “se possível, quanto depender de vós, tende paz com todos os homens” (Romanos 12.18, ARA). As palavras “se possível” sugerem que nem sempre é possível manter relacionamentos pacíficos, e as palavras “quanto depender de vós” significam que nem sempre depende de você manter a paz nesses relacionamentos.

Algumas pessoas falam como se Jesus e os apóstolos vivessem em paz com todo o mundo, e como se nos fosse possível agir assim hoje. Isso é falso – eles não agiam assim, isso não é possível sempre, tampouco é coisa que depende sempre de nós. Mesmo quando fazemos todo esforço para manter a paz num relacionamento, a outra parte pode desconsiderar os princípios bíblicos, as leis humanas e a decência comum ao lidar com você.

Nesses casos, podemos ainda tentar fazer paz, às vezes suportando injustiça ou sofrendo perda, contudo, há ocasiões nas quais é apropriado trazer a questão diante do tribunal do Estado. É verdade que Paulo diz que não deveria haver processos entre os crentes (1 Coríntios 6.7), e que o motivo é o fato de devermos seguir primeiro os procedimentos ditados por Cristo a nós, o qual disse que deveríamos tratar como “pagão” o membro impenitente da igreja (Mateus 18.17), o que quer dizer que a questão pode agora ser levada para um tribunal secular se necessário ou apropriado. Em

todos os casos, devemos procurar minimizar o conflito e realizar a reconciliação sem comprometer os princípios bíblicos.

Os não cristãos não podem ser pacificadores. Sem dúvida, alguns deles não se importam em absoluto com fazer a paz, mas mesmo os que alegam se importar não podem ser verdadeiros pacificadores. Eles não seguem a definição bíblica de paz, nem os princípios bíblicos para fazer paz; têm suas falsas ideias de paz e da forma de fazer e manter essa paz.

Por exemplo, alguns deles podem assumir uma atitude passiva sobre disputas e desavenças, de modo que não confrontam o ofensor a respeito dos pecados desse. E mesmo que alguns deles busquem confrontação, posto que não definem paz como reconciliação segundo os princípios e procedimentos bíblicos, eles não seguiram as instruções da Escritura em Mateus 18 e outros lugares sobre o assunto.

A pacificação realizada pelos não cristãos é totalmente humanista, isto é, a preocupação primária deles é o bem-estar humano, a unidade humana e os princípios humanos – não é obedecer e glorificar a Deus. Isso significa que muitos deles tenderão a abrir mão de princípios religiosos – mesmo de falsas religiões – para conciliar a outros. Portanto, não é raro os incrédulos tornarem-se amigos verdadeiramente íntimos mesmo quando suas visões religiosas parecem bem distintas; é até mesmo corriqueiro um incrédulo converter-se a uma nova religião simplesmente para se casar com alguém.

Muitos parecem ter a estranha ideia que o autêntico cristianismo não causa divisões entre as pessoas. Jesus, porém, diz:

Não pensem que vim trazer paz à terra; não vim trazer paz, mas espada. Pois eu vim para fazer que “o homem fique contra seu pai, a filha contra sua mãe, a nora contra sua sogra; os inimigos do homem serão os da sua própria família”. Quem ama seu pai ou sua mãe mais do que a mim não é digno de mim; quem ama seu filho ou sua filha mais do que a mim não é digno de mim. (Mateus 10.34-37)

Cristo exige nossa lealdade total, de maneira que, ao invés de sustentar uma paz falsa e humanista à custa da nossa fé, se tivermos que fazer uma escolha, devemos manter nossa fé à custa da paz.

Vivemos em dias nos quais os valores humanistas infiltraram-se em nossas igrejas, de sorte que é comum ver líderes e membros promoverem a paz falsa, mas isso apenas encobre os problemas reais e persistentes. Não obstante, os falsos pacificadores preferem encobrir os problemas ao invés de confrontá-los e resolvê-los. Assim, muitos cristãos professos tentam encontrar terreno comum essencial com católicos, mórmons, muçulmanos, budistas e até ateístas. Eles só conseguem fazer isso transigindo com o evangelho bíblico, e tal coisa somente pode levar a uma falsa paz que causará problemas bem maiores para eles mais tarde.

Por outro lado, o verdadeiro evangelho divide a humanidade em dois grupos de pessoas – os cristãos e não cristãos. Isso se dá porque o evangelho é que nem uma grande luz que expõe nossos atos maus e corações perversos, removendo ambiguidades em nossas crenças e lealdades, de modo

que, ou rejeitamos a Cristo e somos condenados, ou o aceitamos pela graça soberana de Deus. Os verdadeiros pacificadores são chamados de os filhos de Deus, só que os não cristãos podem no máximo ser falsos pacificadores, sendo denominados de os filhos da desobediência.

Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça... (v. 10)

Poder-se-ia pensar que o mundo de pronto aceitaria aqueles descritos por essas beatitudes. Certamente ninguém em sã juízo odiaria ou se oporia àqueles que são humildes, piedosos e misericordiosos. O problema é que os incrédulos são mental e moralmente deficientes (Romanos 1), de forma que nenhum não cristão está em sã juízo, e são precisamente os humildes, piedosos e misericordiosos que eles odeiam e a quem se opõem.

Como descrito nas Beatitudes, o cristão é a antítese do não cristão. Os dois são opostos espirituais entre si, e quanto mais desenvolvido e maduro o cristão for em sua santificação, mais o contraste com o não cristão fica patente. Jesus exibiu perfeita justiça quando esteve sobre a terra, e os não cristãos o assassinaram por isso. Como cristãos, embora não exibamos justiça perfeita, na proporção em que seguimos o ensino e exemplo de Cristo, e na proporção em que pregamos o evangelho bíblico, será o contraste de nossa justiça e de nossa mensagem em relação à impiedade e à incredulidade dos não cristãos, os quais não tolerarão serem expostos e constrangidos pelo povo de Deus.

Por conseguinte, Jesus conclui as Beatitudes dizendo: “Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, pois deles é o Reino dos céus” (Mateus 5.10). Embora o versículo 11 comece com a palavra “bem-aventurados”, sabemos que o versículo 10 é a beatitude final nas séries por várias razões. Primeiro, em termos de construção, o versículo 11 é diferente do versículo 10 e das beatitudes anteriores. Segundo, em termos de conteúdo, o versículo 11 não passa para uma característica diferente na continuação, mas amplia o que foi dito no versículo 10. Terceiro, enquanto o versículo 10 e as beatitudes anteriores são declarados na terceira pessoa (“bem-aventurados os que”), os versículos 11 e 12 são declarados na segunda pessoa (“bem-aventurados serão vocês”). Quarto, como mencionado antes, Jesus usa o artifício retórico de “inclusio” quando repete a bênção ou promessa, “pois deles é o Reino dos céus” (v. 3, 10), concluindo efetivamente no versículo 10 a série de beatitudes que começou no versículo 3.

Uma vez que os versículos 11 e 12 explanam com mais pormenores o que é dito no versículo 10, eles nos ajudam a entender o sentido e as implicações do versículo 10. Jesus bendiz aqueles que são “perseguidos”. O versículo 11 explica com maiores detalhes a ideia de perseguição, dizendo: “Bem-aventurados serão vocês quando, por minha causa, os insultarem, os perseguirem e levantarem todo tipo de calúnia contra vocês.”

A palavra “insultarem” refere-se a abuso verbal. Com frequência os não cristãos nos atacam verbalmente com nomes e rótulos depreciativos. Por causa do nosso ceticismo e negação justificados das falsas teorias e asseverações intelectuais deles, chamam-nos de estúpidos, ignorantes e irracionais. Por defendermos a justiça como definida pela Escritura, eles nos chamam de fanáticos, odiadores e mente fechada. Os adolescentes cristãos são zombados por causa de sua castidade; os

homens de negócios cristãos são ridicularizados por sua honestidade; e todos os tipos de cristãos são insultados e criticados por exibir a verdadeira caridade que Deus ordena, em vez da falsa caridade que o mundo exige. Os não cristãos blasfemam a Deus e zombam do povo dele; rotulam o padrão divino de moralidade como imoralidade. Ao mal, eles chamam de bem; ao bem, eles chamam de mal.

Os não cristãos não se limitam a atacar os cristãos com insultos, mas igualmente os perseguem, o que enfatiza as ações que eles tomam para se opor e suprimir o povo de Deus. A perseguição vem de várias formas, desde a branda e inconveniente até a severa e extrema. Alguns novos convertidos são evitados por seus familiares e amigos. Alguns estudantes cristãos são abertamente fustigados por seus professores e colegas de classe, talvez por crerem nos absolutos morais bíblicos, no sangue expiador, no céu e inferno e ainda no julgamento divino. Algumas universidades têm negado diplomas a estudantes que afirmam o relato bíblico da criação. O governo frequentemente põe em prática políticas que restringem a liberdade de expressão dos cristãos, e alguns lugares até mesmo proíbem os cristãos de promoverem certos ensinamentos e práticas bíblicas em seus lares. Em certas situações, os cristãos professarem e praticarem a sua fé pode acarretar perda de finanças e oportunidades. Então, em alguns lugares ao redor do mundo, os cristãos são amiudadas vezes espancados, aprisionados e até assassinados.

No entanto, os não cristãos se comportam dessa maneira porque a verdade está do nosso lado, e no fundo de seu coração – e algumas vezes na própria superfície da sua consciência – eles sabem que a fé cristã é verdadeira, e que todos os que permanecem não cristãos estão condenados ao fogo do inferno e ao sofrimento eterno. Enquanto tentam se convencer de outra forma, eles invectivam aqueles que constantemente os lembram de sua tolice e impiedade, bem como do iminente tormento no inferno. Mas, se vissem e falassem a verdade, eles condenariam a si mesmos, e desta sorte, com falsidade falam todo tipo de maldade contra os cristãos e o cristianismo, tentando desacreditar o que eles inatamente percebem ser verdade.

Todos os não cristãos são mental e moralmente imperfeitos, e ainda espiritualmente não iluminados e depravados; portanto, a custo a reação deles à verdade da fé cristã consegue se elevar acima do nível das bestas estúpidas. Desse modo, em vez de desafiar os cristãos com argumentação sólida, recorrem à zombaria e à perseguição, as quais são baseadas em nada mais que calúnia.

Todavia, isso não significa que, se você alega ser um cristão, então todos os não cristãos estão necessariamente errados sempre que se opuserem a você. A beatitude refere-se somente àqueles que são perseguidos “por causa da justiça” (v. 10). Como Pedro explica, “se algum de vocês sofre, que não seja como assassino, ladrão, criminoso, ou como quem se intromete em negócios alheios. Contudo, se sofre *como cristão*, não se envergonhe, mas glorifique a Deus por meio desse nome” (1 Pedro 4.15-16).

Se você declara ser um cristão, mas aí rouba alguém, então você deveria ser processado e punido, além de multado ou mesmo encarcerado. Se você alega ser um cristão, mas aí assassina alguém, então você deveria ser julgado e condenado, e quiçá até mesmo sofrer a pena de morte. Nesses casos, você não seria perseguido “como cristão”, nem sofreria “por causa da justiça”, mas estaria recebendo o justo castigo devido a um criminoso.

Se você se envolve em atividades proibidas pela Bíblia, então, mesmo que sofra castigo ou

maus tratos de fontes impróprias ou não autorizadas, você ainda não pode interpretar isso como sendo perseguição por causa da justiça. Por exemplo, quando um gangster mata outro gangster, isso não significa que o gangster que foi assassinado morreu por causa da sua justiça, mas ele morreu como um criminoso, e não como um cristão.

De igual forma, se um fanático, ainda que as Escrituras se oponham à ação fanática como pecaminosa, arromba uma clínica de aborto e mata inúmeros abortistas, isso não torna automaticamente os abortistas mártires justos. Pelo contrário, tanto os fanáticos como os abortistas serão condenados ao inferno por seus pecados. Igualmente, um homossexual que é cruelmente espancado por um grupo de pessoas que se opõem à homossexualidade não está sofrendo por causa da justiça, mas por causa do seu pecado de homossexualidade – ele sofre como um pecador e criminoso, embora aquelas também condenem aqueles que o espancaram.

Isso não significa que os cristãos não deveriam mostrar nenhuma simpatia ou oferecer nenhuma ajuda àqueles que sofrem por causa de sua impiedade – tais como os que sofrem problemas físicos permanentes por ter se submetido a abortos, ou homossexuais que tenham contraído AIDS por causa de seu estilo de vida depravado –, porém, não enganemos aqueles que sofrem por essas e outras razões quanto ao motivo de estarem sofrendo. Eles não são heróis, mas pecadores e criminosos. Se negam isso, então morrerão em seus pecados, e nossa simpatia antibíblica e humanista será ineficaz para ajudá-los.

No versículo 11, Cristo iguala “por causa da justiça” (v. 10) com “por minha causa”. Isso de imediato restringe o significado de justiça e, assim, a aplicação dessa beatitude. Sofrer por causa da justiça é sofrer por causa de Cristo; por isso, nenhum não cristão jamais poderá sofrer por causa da justiça – eles sempre sofrem por razões outras.

Você pode objetar: “Mas o que dizer daqueles que lutam e sofrem pelo bem-estar da humanidade?”. Dado que nosso versículo é uma beatitude e bênção bíblicas para os que sofrem por causa da justiça, devemos também empregar apenas a definição bíblica de justiça. Sofrer por uma causa ou agenda puramente humanista não conta como sofrimento por causa da justiça. Cristo mesmo diz que sofrer por causa da justiça significa sofrer por causa de Cristo, e Pedro repercute isso quando diz que uma pessoa deveria sofrer somente “como cristão”. Logo, sofrer por causa da justiça quer dizer sofrer como cristão, isto é, como seguidor de Cristo em credo e conduta.

Em João 15, Jesus diz algo aos seus discípulos que corresponde a igualar o sofrimento por causa da justiça com o sofrimento por causa de Cristo:

Se o mundo os odeia, tenham em mente que antes me odiou. Se vocês pertencessem ao mundo, ele os amaria como se fossem dele. Todavia, vocês não são do mundo, mas eu os escolhi, tirando-os do mundo; por isso o mundo os odeia. Lembrem-se das palavras que eu lhes disse: Nenhum escravo é maior do que o seu senhor. Se me perseguiram, também perseguirão vocês. Se obedeceram à minha palavra, também obedecerão à de vocês. (v. 18-20)

O cristianismo endossa somente a justiça bíblica, a qual está inseparavelmente identificada com Cristo. De fato, se vocês fossem propugnar por uma justiça humanista e praticá-la, o mundo “os

amaria como se fossem dele”. Mas a justiça humanista é admirada e incentivada, e a justiça cristã, desprezada e perseguida.

Se vocês são cristãos, então Cristo os escolheu “tirando-os do mundo”. O mundo segue o diabo como líder, ao passo que vocês foram soberanamente escolhidos para seguirem a Cristo como rei. Os não cristãos ficam ressentidos com Cristo e sua “intromissão” em suas vidas, e portanto se ofenderão com vocês por serem cristãos.

Como mencionado, as Beatitudes descrevem as características dos súditos do reino de Cristo. Apesar de Cristo governar sobre o mundo todo, os não cristãos rejeitam sua autoridade, e tais rebeldes perseguem os súditos porque odeiam o rei. Naturalmente, eles podem alegar serem justos, e alguns deles podem até pretextar serem seguidores de Cristo. Mas Cristo diz: “Se obedeceram à minha palavra, também obedecerão à de vocês”. Essas pessoas declaram e obedecem aos ensinamentos apostólicos que relatamos a elas pelas Escrituras? Se não, então não são seguidoras de Cristo, mas sim mentirosas e impostoras.

Como Cristo identifica o sofrer pela justiça com o sofrer por ele, a conclusão inevitável é que nenhum não cristão pode verdadeiramente sofrer por justiça. Eles nunca sofrem pelo que é genuinamente direito, mas, na melhor das hipóteses, somente pelo que *eles imaginam* ser correto. As duas coisas são bem diferentes – tão diferentes quanto o céu do inferno. Eles podem alegar que estão sofrendo por causa da justiça e mesmo por causa de Cristo, mas, se não estão sofrendo pelo que as Escrituras ensinam como correto, então estão sofrendo apenas por causa de si mesmos.

Como um escritor observa, “não faça de você mesmo um mártir nem chame todos os demais de fariseus e hipócritas”;[\[44\]](#) entretanto, é precisamente isso o que muitas pessoas fazem quando são criticadas por praticarem certas perversões morais (e.g. divórcio, homossexualidade) ou afirmar alguma aberração doutrinária (e.g. teísmo aberto; excessos carismáticos). Cristo está se referindo àqueles que sofrem pelo que as Escrituras definem como justiça – a pessoa que sofre, não por causa da justiça bíblica, mas somente por causa daquilo que *ela julga* ser correto, no final sofre por nada mais que a *justiça própria*.

Não obstante, resta o fato de que há os que são perseguidos por causa da verdadeira justiça, ou seja, porque afirmam solenemente e obedecem aos ensinamentos de Cristo. Jesus diz que a resposta apropriada é: “Alegrem-se e regozijem-se” (Mateus 5.12). Como Pedro escreve: “Amados, não se surpreendam com o fogo que surge entre vocês para prová-los, como se algo estranho lhes estivesse acontecendo. Mas se alegrem à medida que participam dos sofrimentos de Cristo, para que também, quando a sua glória for revelada, vocês exultem com grande alegria” (1 Pedro 4.12-13).

Atos 5.41 diz que os apóstolos regozijaram-se “por terem sido considerados dignos de serem humilhados por causa do Nome”. Eles foram capazes de se regozijar não porque tivessem se ensandecido, mas porque tinham um firme conhecimento da realidade quanto a por que e por quem estavam suportando tal perseguição e castigo. Pedro escreve: “Se vocês são insultados por causa do nome de Cristo, felizes são vocês, pois o Espírito da glória, o Espírito de Deus, repousa sobre vocês” (1 Pedro 4.14). Juntamente com todos os cristãos genuínos, ele considera a realidade e pureza de sua fé como mais preciosa que o seu conforto e comodidade físicos: “Nisso vocês exultam, ainda que agora, por um pouco de tempo, devam ser entristecidos por todo tipo de provação. Assim acontece para que fique comprovado que a fé que vocês têm, muito mais valiosa do que o ouro que

perece, mesmo que refinado pelo fogo, é genuína e resultará em louvor, glória e honra, quando Jesus Cristo for revelado” (1.6-7).

Mateus 5.10 nos diz o porquê de aqueles que sofrem perseguição por causa de Cristo serem bem-aventurados: “Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, *pois deles é o Reino dos céus*”. Esse versículo confirma que, nessas beatitudes, Jesus não está tanto *prescrevendo* as condições para entrar no Reino dos céus, mas sim *descrevendo* as características daqueles a quem o Reino pertence. Em outras palavras, ele não está dizendo: “se vocês forem perseguidos o suficiente por causa da justiça, então herdarão o Reino dos céus”, mas antes: “bem-aventurados aqueles que são perseguidos por causa da justiça – isto é, os cristãos – pois o Reino dos céus pertence a eles”.

Então, o versículo 12 explica isso mais detalhadamente, dizendo: “Alegrem-se e regozijem-se, porque grande é a sua recompensa nos céus, pois da mesma forma perseguiram os profetas que viveram antes de vocês.” Podemos nos regozijar quando sofremos por Cristo, pois Deus nos aprova e nos há de recompensar. Também podemos nos regozijar porque, quando sofremos por Cristo, somos identificados com os profetas bíblicos que sofreram por sua justa obediência para com Deus.

A recompensa aqui não se refere a um princípio “na mesma moeda”, mas, como escreve um comentarista, a “uma recompensa dada com liberalidade, totalmente desproporcional ao serviço”. [45] Qualquer retribuição que Deus nos dá é, na verdade, “totalmente desproporcional ao serviço”, pois qualquer serviço que prestamos a Deus é devido a ele em primeiro lugar. Como Jesus ensina: “Assim também vocês, quando tiverem feito tudo o que lhes for ordenado, devem dizer: ‘Somos servos inúteis; apenas cumprimos o nosso dever’” (Lucas 17.10). Deus nos premia por causa da sua bondade soberana, e não por nos dever uma compensação. Concernente a Moisés, Hebreus 11.26 diz: “Por amor de Cristo, considerou sua desonra uma riqueza maior do que os tesouros do Egito, porque contemplava a sua recompensa”. Eis a atitude própria do justo.

Os judeus consideravam uma grande honra serem identificados com os profetas bíblicos, e à medida que adotamos a cosmovisão bíblica, devemos pensar da mesma forma. O versículo 12 está dizendo que, assim como os antigos profetas sofreram por Deus, seguimos os seus passos quando sofremos por Cristo. A propósito, ao dizer que os crentes que sofrem por causa dele são como os profetas que sofreram por causa de Deus, Jesus aqui faz uma implícita, mas totalmente inequívoca, reivindicação de divindade.

Hoje em dia, como muitíssimas pessoas declaram falsamente serem cristãs, e como tantas outras declaram falsamente estarem sofrendo por causa de Cristo ou da justiça, os cristãos devem defender e proclamar uma distinção clara entre as definições verdadeiras e falsas de justiça, e ainda traçar uma linha clara entre a igreja e o mundo.

No entanto, os falsos evangelhos do arminianismo e reavivalismo têm trazido um número sem precedentes de falsos conversos para as nossas igrejas. Visto que a maioria dos cristãos professos de fato não são cristãos, de maneira que seus corações nunca foram verdadeiramente transformados por Deus, não é surpresa que haja um número tão avassalador de escândalos nas igrejas envolvendo imoralidade sexual, malversação financeira e outros comportamentos perversos que deveriam ser encontrados mormente no mundo, não na igreja.

Em outras palavras, muitas vezes parece que os cristãos pecam de forma tão grosseira e frequente como os não cristãos, pois que a maioria dos cristãos professos são deveras não cristãos.

Desta sorte, os não cristãos ridicularizam o evangelho porque os supostos “cristãos” demonstram pouca ou nenhuma diferença em seu uso da linguagem, escolhas de entretenimento, nem em seu grau de honestidade, coragem e inteligência. Outros argumentam que o evangelho não tem nenhum impacto na vida das pessoas porque esses pretensos “cristãos” parecem ter índices de divórcios tão altos quanto os dos não cristãos.

A solução é fazer uma distinção mais clara entre cristãos e não cristãos (o que inclui os falsos conversos) por meio da pregação bíblica e disciplina eclesiástica. Ao pregarmos ousada e claramente o evangelho bíblico, atrairemos menos falsos conversos para as nossas igrejas e repeliremos muitos daqueles que já estão em nossas igrejas. A maioria dos nossos ouvintes, ou será convertida, ou permanecerá fora da comunidade do pacto (Atos 5.13). Ao exigir um teste doutrinário básico de sua confissão, cometeremos menos equívocos ao estender “a destra de comunhão” (Gálatas 2.9) àqueles que desejam ser membros ou mesmo presbíteros em nossas igrejas. Ao exercer fielmente a disciplina eclesiástica, incluindo a prática de julgamentos e excomunhão, removeremos do nosso meio mais falsos conversos e pecadores que possam trazer vergonha e desgraça à igreja e ao nome de Cristo.

Por exemplo, o escândalo recente e amplamente divulgado sobre a homossexualidade e pedofilia prevaletentes entre sacerdotes católicos não seria de maneira alguma relevante às igrejas cristãs caso tivéssemos há tempos deixado claro que o catolicismo não é cristianismo. O mesmo para os vários raptadores mórmons. Dado que os católicos e os mórmons não são cristãos, esperamos que pelo menos alguns deles sejam homossexuais, pedófilos e raptadores. Assim como o cristão não tem o dever de oferecer qualquer defesa para o que um budista ou ateu faz, a credibilidade de sua fé não tem nenhuma relação com o que os católicos e mórmons fazem. Isso é completamente coerente com o ensino bíblico de que os não cristãos têm por hábito participarem dos mais perversos e baixos dos pecados. Por não serem cristãos, esperamos que eles façam tais coisas.

Isso de modo algum implica que os cristãos verdadeiros são perfeitos e sem pecado, mas, antes de tudo, livra-nos da responsabilidade de responder por aquelas pessoas que realmente não têm nada a ver conosco. Quanto aos pecados dentro da verdadeira comunidade do pacto, temos que exercer disciplina bíblica para lidar com eles rápida e decisivamente, de forma que, quando o mundo descobrir esses pecados, já teremos feito algo a respeito. Desse modo, mostraremos tanto aos de dentro como aos de fora da comunidade que pregamos e fazemos cumprir o padrão bíblico de moralidade.

Todavia, como nossa última beatitude mostra, o mundo não nos agradecerá por praticar e defender a justiça, mas nos insultará, perseguirá e caluniará. Não obstante, mesmo que os incrédulos nos persigam, eles só o podem fazer “se for da vontade de Deus” (1 Pedro 3.17; também Filipenses 1.29). Tal qual a soberania divina absoluta controla até os menores pensamentos, ações e eventos, ele igualmente exerce controle completo sobre como e quando os incrédulos perseguem o seu povo, decretando que tudo aconteça para a edificação dos cristãos e a condenação dos não cristãos (Romanos 8.28, 9.22-24).

Como cristãos, quando sofremos perseguição nesta vida por causa da nossa fé em Cristo (2 Timóteo 3.12), sabemos que um futuro melhor nos aguarda, e assim somos bem-aventurados: “Pois os nossos sofrimentos leves e momentâneos estão produzindo para nós uma glória eterna que pesa mais

do que todos eles” (2 Coríntios 4.17). Por outro lado, os incrédulos terão um destino bem diferente: “Miseráveis são aqueles que não se comprometem devido o amor à conveniência, pois o seu destino é o inferno”.[\[46\]](#)

Vocês são o sal da terra. Mas se o sal perder o seu sabor, como restaurá-lo? Não servirá para nada, exceto para ser jogado fora e pisado pelos homens.

Vocês são a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade construída sobre um monte. E, também, ninguém acende uma candeia e a coloca debaixo de uma vasilha. Ao contrário, coloca-a no lugar apropriado, e assim ilumina a todos os que estão na casa. Assim brilhe a luz de vocês diante dos homens, para que vejam as suas boas obras e glorifiquem ao Pai de vocês, que está nos céus.

Se nos versículos 10-12 Jesus descreve a abordagem que os não cristãos adotam para com os cristãos, então nos versículos 13-16 ele prescreve a abordagem que os cristãos devem adotar para com os não cristãos. E, ao passo que nos versículos 10-12 Jesus nos diz que os não cristãos são perseguidores e caluniadores, nos versículos 13-16 ele nos diz que os cristãos são “o sal da terra” e “a luz do mundo”.

Comentaristas apontam que o “vocês” no grego é enfático, acentuando assim o contraste entre a igreja e o mundo, os seguidores de Cristo e os seguidores de Satanás. Isso também reforça o fato de que Cristo está aludindo somente aos cristãos, não aos não cristãos. Em outras palavras, apenas os cristãos são o sal e luz neste mundo, e não os não cristãos.

O sal era uma das substâncias mais úteis no mundo antigo. Ele poderia funcionar como purificador e condimento, porém, as pessoas usavam-no primariamente como conservante. Passar sal no alimento retarda a sua decomposição. Naquele tempo, a maioria do sal era extraída do litoral do Mar Morto, em lugar de obtida pela evaporação de água salgada. Posto que não havia refinarias, o que era chamado de sal era na verdade uma mistura de sal verdadeiro com outros minerais.

O sal verdadeiro não podia perder o seu sabor, e era muitíssimo solúvel, de maneira que podia ser dissolvido ou lavado. Conquanto o resíduo parecesse similar ao composto original, tendo perdido as propriedades e benefícios do sal, ele não mais poderia funcionar como conservante. Ou, o sal verdadeiro poderia ser misturado com tantas impurezas que o tornaria impotente e ineficaz.

As pessoas então jogariam esse “sal” fora nas estradas, ou então espalhariam no topo de suas casas para enrijecer seus tetos e evitar goteiras. Dado que as estradas eram para viagens diárias e os tetos para reuniões de grupo e para as crianças brincarem, o “sal” que tinha perdido o seu valor tornava-se literalmente pó de estrada, para ser pisado pelo povo.

Os não cristãos são malignos ao extremo – entregues a si mesmos, eles não têm nenhum poder para impedir sua própria deterioração, e todas as sociedades humanas passam a ser cada vez mais perversas e corruptas. Contudo, os cristãos são o sal da terra. Apesar de a transformação genuína somente poder vir mediante a regeneração espiritual, ao aplicar a influência cristã ao mundo, Deus o está preservando do mergulho no completo caos e insanidade.

Enquanto o mundo se dirige para maior corrupção e para a definitiva destruição, por suas

características distintivas (tais como aquelas listadas nas Beatitudes), os cristãos labutam na direção absolutamente oposta. Isso naturalmente gera grande hostilidade com os incrédulos, de modo que eles insultam, perseguem e caluniam os cristãos, quando é precisamente desses que o mundo precisa para a civilização sobreviver.

Os cristãos enfrentam constante resistência dos incrédulos, e frequentemente sentem a pressão de transigir com seus distintivos e se conformar ao mundo. Assim como o sal torna-se inútil quando é dissolvido ou diluído, os cristãos perdem sua eficácia quando permitem que suas crenças e práticas sejam dissolvidas por medo e conciliação, e a influência deles é diluída quando permitem que falsas doutrinas invadam suas mentes e falsos conversos, suas igrejas.

Exemplos de transigência abundam na vida de cristãos contemporâneos. Algumas vezes conformam seu modo de pensamento e comportamento à cultura incrédula ao redor deles, e algumas vezes até mesmo transigem com o evangelho para agradar aqueles que o ouvem. Sinclair Ferguson expressa isso muito bem:

Deixemos de ser diferentes, e deixaremos de ser cristãos. Como somos amiúde lerdos para aprender essa lição. Às vezes caímos na armadilha de ser chantageados por um mundo que diz: “Se eu não achar sua vida atrativa *sob os meus próprios termos*, não responderei à mensagem do evangelho.” Porém, se nos rendermos nesse ponto, ficaremos prisioneiros de perpétuas chantagem.

Tenho algumas vezes ouvido cristãos testemunharem a pessoas nesses termos: “Você não deve pensar que ser cristão tira o seu divertimento. Você pode desfrutar e continuar fazendo as mesmas coisas que faz. Ser um cristão não é uma série de ‘não faça!’” Muito disso pode ser verdade, mas por que a igreja deveria se preocupar tanto em dizer ao mundo que ela não é muito diferente do mundo?[47] A igreja então se torna tanto sem poder quanto inútil. [48]

Dentro de um período muito pequeno de tempo, igrejas de todos os lugares abraçaram o pluralismo religioso, o relativismo moral, o ativismo político e o evolucionismo biológico. Elas adotaram teorias seculares e antibíblicas a respeito de tudo, de psicologia a cosmologia, de educação à administração. Elas incentivam os abortcionistas a promoverem sua causa, e ordenam homossexuais ao ministério.

O “sal” na linguagem metafórica rabínica com frequência transmite a ideia de “sabedoria”. Como Paulo escreve: “O seu falar seja sempre agradável e temperado com sal, para que saibam como responder a cada um” (Colossenses 4.6). O uso metafórico que Cristo faz do sal implica que os cristãos são os sábios, ao passo que os não cristãos são os tolos deste mundo. As palavras, “perder sua salinidade” (v. 13, NIV; *mōranthē*), em outros contextos significam “tornar-se tolo”. De fato, alegando ser casas de adoração, muitas igrejas têm se tornado esconderijos de idiotas – isto é, estão cheias de incrédulos. Deus desaprova-os, e o mundo *ainda* ri deles. Eles têm se tornado inúteis como

os incrédulos.

Helmut Thielicke comenta que não se espera de nós que sejamos o mel deste mundo, mas o sal. Para o mundo, não se espera que sejamos inteiramente agradáveis, mas sim que tenhamos uma qualidade tal que lhe cause constrangimento. Quer eles experimentem um remorso ou se inflamem de ressentimento quando estamos por perto, não se espera de nós que os deixemos pecar confortavelmente.

Em outro lugar, Jesus diz que os cristãos “não são do mundo” (João 17.16), mesmo que vivam no mundo. Antes, os cristãos são de Deus, santificados por sua Palavra (v. 17) e enviados ao mundo por Cristo (v. 18). Isso significa que os cristãos são superiores? Com a maior certeza! Muitos cristãos recuariam diante de tal afirmação, porém, se ela é falsa, então ser um cristão não é melhor do que ser um não cristão.

Dizer que os cristãos não são de forma alguma superiores aos não cristãos solapa o próprio evangelho, e cheira a falsa humildade. A única ressalva que devemos adicionar é que os cristãos não são inerentemente superiores, mas são tornados melhores pela graça soberana de Deus. É somente porque ele nos fez melhores que somos capazes de agir como “sal” para influenciar positivamente este mundo. Se não somos melhores que os incrédulos, então *somos* incrédulos.

Mesmo que tivéssemos negligenciado a reflexão sobre o *background* histórico acerca do uso do sal no mundo antigo, a ideia da mensagem é clara. Aquela gente descrita pelas Beatitudes constitui o sal da terra. Em vez de tirá-la do mundo, Deus aplica esse sal ao mundo. Contudo, se ela perde suas características singulares, de sorte que não mais as exibam ou interajam com o mundo por elas, então não mais será eficaz como seguidora de Cristo. Em vez de ter influenciar o mundo, ela será pisada por esse. Portanto, Cristo adverte que nossas qualidades cristãs não devem ser dissolvidas ou diluídas pelo mundo. “Os cristãos não deveriam se misturar com mais ninguém”,[\[49\]](#) pois Cristo os chamou para serem diferentes e superiores.

Jesus diz que os cristãos são também como a luz. Hoje em dia, frequentemente se tem a luz por coisa corriqueira, sobretudo por aqueles que vivem em áreas relativamente avançadas em tecnologia. Quedas de energia podem ser raras para nós, mas quando ocorrem, lembram-nos das inconveniências, incapacidades e ainda os perigos que as trevas podem causar. Quanto maiores as trevas, menos capazes seremos de agir com aptidão, e mais vulneráveis estaremos aos perigos em nosso meio-ambiente.

As pessoas no mundo antigo tinham extraordinária ciência dos obstáculos e perigos que acompanhavam as trevas e, desse modo, igual ciência dos benefícios que a luz traz. Ao passo que raramente podemos visitar algum lugar onde a luz esteja indisponível, eles tinham de tolerar tempos de relativa, e algumas vezes completa, escuridão. Em contraste com as trevas, uma cidade de uma montanha, com muitas luzes acesas dentro dos seus muros, teria sido visível a muitas milhas de distância, e decerto teria sido uma visão agradável. Da mesma maneira, uma lâmpada na casa teria sido muito importante, sendo levantada para iluminar o cômodo mais eficazmente.

A luz é uma metáfora comum e positiva nas Escrituras. Muitos cristãos professos usam a luz como uma metáfora mística, adotando quase um entendimento ocultista do termo. Tal é infeliz e desnecessário, porquanto aquelas as empregam de formas claras e definidas. Quando utilizada como metáfora, luz quase sempre tem conotações intelectuais e morais positivas; analogamente, quando

empregada como metáfora, trevas quase sempre têm conotações intelectuais e morais negativas.

Por exemplo, João escreve: “Se afirmarmos que temos comunhão com ele, mas andamos nas trevas, mentimos e não praticamos a verdade. Se, porém, andarmos na luz, como ele está na luz, temos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado” (1 João 1.6-7). Se alguém vive pela verdade ou não é determinado verificando-se se seu andar é na luz ou nas trevas.

Em nossa era anti-intelectual, alguns daqueles que de pronto reconhecem luz e trevas como metáforas morais, todavia, não as conseguem reconhecer também como metáforas intelectuais. Só que amiúde as próprias Escrituras usam-nas desse modo. Por exemplo, 2 Coríntios 4.4 nos diz que os incrédulos não podem ver a *luz* do evangelho porque suas *mentes* foram cegadas – isto é, eles são intelectualmente cegos.

Por alguma razão perversa, alguns cristãos insistem que muitos incrédulos são altamente inteligentes, e por meio de uma clamorosa distorção do texto, interpretam versículos como esse de maneira a transmitir somente uma cegueira moral, como se a moralidade não fosse coisa da mente. O que é moralidade, senão as disposições e decisões mentais (com frequência resultando em ações) em relação à lei de Deus? Em oposição àqueles, as Escrituras ensinam que os incrédulos rejeitam o evangelho não somente por serem moralmente deficientes, mas porque são intelectualmente deficientes também. Em linguagem simples, isso significa que os não cristãos são não cristãos por serem perversos e estúpidos. Isso é o que as Escrituras ensinam clara e explicitamente. É melhor você discordar delas e admitir isso, do que discordar das Escrituras e então mentir a respeito disso.

Com o exposto acima em mente, Jesus declara: “Eu sou a luz do mundo. Quem me segue, nunca andarás em trevas, mas terá a luz da vida” (João 8.12). Precisamente dentro do contexto de Mateus e do Sermão do Monte, dizem as Escrituras: “O povo que vivia nas trevas viu uma grande luz; sobre os que viviam na terra da sombra da morte raiou uma luz” (Mateus 4.16). Simeão chama Jesus de uma “luz para revelação aos gentios” (Lucas 2.32). Jesus é como uma grande luz, mostrando-nos o caminho para a salvação e liberdade — a fuga da futilidade intelectual e da depravação moral que continuam a escravizar todos os não cristãos.

Em seguida, ao se dirigir a seus seguidores, Jesus diz: “Vocês são a luz do mundo” (Mateus 5.14). Ora, é claro que não somos a luz do mundo exatamente no mesmo sentido e no mesmo grau que Cristo. Paulo escreve: “Porque outrora vocês eram trevas, mas agora são luz *no Senhor*” (Efésios 5.8). Somos luz “no Senhor”, de sorte que nossa luz é derivada e refletiva, não surgindo em nós, nem de nós.

Em outro ponto, Jesus diz: “Creiam na luz enquanto vocês a têm, para que se tornem filhos da luz” (João 12.36). O sentido é claro — Jesus é a luz do mundo, que habitou na terra por um pouco de tempo, e os que nele confiam passam a ser como ele, isto é, passam a ser os filhos da luz. Por outro lado, a metáfora traz em si não apenas conotações morais, mas também intelectuais: “A entrada de Cristo na vida e coração capacita a mente a se tornar inteligente e intelectual”.[\[50\]](#)

Como diz o Salmo 36: “Pois em ti está a fonte da vida; graças à tua luz, vemos a luz” (v. 9). Fora da iluminação divina não pode haver vida nem luz alguma, e esse é o porquê de eu frequentemente enfatizar a necessidade de se depender de Cristo como o fundamento de todo o nosso pensamento, bem como de depender das Escrituras como o princípio primordial da nossa

cosmovisão (Colossenses 2.8). Em contraste, “aquele que anda nas trevas não sabe para onde está indo”. O não cristão é estúpido e perverso — intelectual e moralmente, ele não tem ideia do que está fazendo e para onde está indo.

Os não cristãos negam veementemente que estejam aprisionados às trevas intelectuais e morais; antes, eles se orgulham de sua iluminação espiritual, entendimento científico e progresso moral. Entretanto, assim como o louco não está qualificado para avaliar sua própria condição mental, a mente do não cristão está tão entenebrecida e deteriorada que ele não está a par de sua triste condição.

Os não cristãos julgam a revelação divina por suas limitações humanas. Eles alegam que estão numa busca progressiva por iluminação em todas as áreas de pensamento, que estão ganhando em conhecimento e revisando suas teorias e princípios. Além disso, afirmam que o próprio fato de as Escrituras terem permanecido por centenas de anos significa que elas devem estar ultrapassadas, e que a informação nelas contida deve ser falsa.

No entanto, essa linguagem adulterada é apenas uma tentativa de ocultar sua ignorância, além de ser uma involuntária admissão de incompetência intelectual.

Primeiro, presumem que estão de fato fazendo progresso, que estão ficando melhores e não piores. No que diz respeito à ciência, eles podem de fato estar fazendo progresso em termos dos efeitos práticos que são capazes de produzir. Não obstante, em termos das teorias científicas que procuram descrever e explicar a realidade, embora os cientistas hoje utilizem linguagem muito mais complexa para se expressarem, suas teorias e pressupostos básicos não progrediram para além daquelas esposadas por alguns dos filósofos antigos. Se tais filósofos estavam errados então, os cientistas estão errados agora. E nas áreas onde eles fizeram mudanças reais, podemos argumentar que suas teorias novas ou revisadas ainda são falsas, que eles meramente trocaram erros velhos por novos.

Segundo, alegando que sua descoberta progressiva é superior à revelação constante das Escrituras, pressupõem que a Bíblia esteja errada desde o princípio. Se a Bíblia estava errada então, está ela errada agora. Mas isso significa também que, se a Bíblia estava certa desde o começo, então ela sempre esteve certa, e está certa agora. Contrariamente à visão deles de que a Bíblia é ultrapassada porque foi escrita há centenas de anos, dizemos que, porque a Bíblia tem apresentado a verdade desde o início, isso quer dizer que por séculos os não cristãos têm sido deixados para trás em termos de conhecimento sobre a realidade e moralidade, e que eles não estão melhores hoje.

Alguns cristãos ficam intimidados pela reivindicação de iluminação intelectual e mesmo espiritual por parte dos não cristãos, todavia, isso é de todo desnecessário. Contra sua alegação de descoberta progressiva, podemos ousadamente responder: “Só porque vocês são estúpidos isso não significa que a Bíblia esteja errada. Só porque vocês revisam constantemente suas teorias não significa que a Bíblia precise ser revisada. Só porque vocês levaram centenas de anos para produzir tão pouco do que denominam progresso isso não significa que a Bíblia não seja perfeita desde o começo. Para refutar a Bíblia, você deve confrontar as afirmações dela diretamente. As limitações humanas são inaplicáveis à revelação divina; o argumento que parte do pretensão progresso é irrelevante e falso”.

Continuando com a metáfora, Jesus diz: “Assim brilhe a *luz* de vocês diante dos homens, para

que vejam as suas *boas obras* e glorifiquem ao Pai de vocês, que está nos céus.” Já mencionei que a metáfora de luz amiúde tem conotações intelectuais e morais. Nesse versículo, deixar nossa “luz” brilhar significa deixar as pessoas verem nossas “boas obras”. Que tipo de boas obras se tem em vista aqui? Dentro do contexto do Sermão, tais boas obras com certeza incluíam exibir todas as características listadas nas Beatitudes, como também obediência a todos os mandamentos que Jesus expôs nas seções seguintes. Portanto, devemos mostrar misericórdia, pacificar e obedecer aos mandamentos de Deus respeitantes ao assassinato, adultério, divórcio, juramento e assim por diante.

Quando Paulo usa luz como uma metáfora em Efésios 5, ele escreve:

Porque outrora vocês eram trevas, mas agora são luz no Senhor. Vivam como filhos da luz, pois o fruto da luz consiste em toda bondade, justiça e verdade; e aprendam a discernir o que é agradável ao Senhor. Não participem das obras infrutíferas das trevas; antes, exponham-nas à luz. Porque aquilo que eles fazem em oculto, até mencionar é vergonhoso. Mas, tudo o que é exposto pela luz torna-se visível, pois a luz torna visíveis todas as coisas. (v. 8-13)

Deixar nossa luz brilhar inclui demonstrar “toda bondade, justiça e verdade”, e ainda aprender sobre tudo que seja “agradável ao Senhor” e fazê-lo. Isso igualmente inclui se refrear das obras das trevas, mas, além disso, Paulo nos diz que devemos “expô-las”.

Além disso, as “boas obras” que Jesus menciona incluem também o que algumas pessoas podem não considerar, a saber, que devemos brilhar como luz pela nossa pregação. Como mencionado, a metáfora de luz não inclui somente uma dimensão moral, mas ainda uma dimensão intelectual, que é onde entra a pregação.

Mesmo dentro do Sermão, Jesus refere-se a alguém que pratica *e ensina* os mandamentos de Deus como sendo o maior no Reino dos céus (5.19). Atos 26.23 diz que “Cristo... proclamaria luz para o seu próprio povo e para os gentios”, de forma que a luz é algo que pode ser proclamado, em vez de exibido somente por atos e por exemplo. Então, quando os judeus rejeitaram o evangelho em Atos 13, os apóstolos disseram a eles:

Então Paulo e Barnabé lhes responderam corajosamente: “Era necessário anunciar primeiro a vocês a palavra de Deus; uma vez que a rejeitam e não se julgam dignos da vida eterna, agora nos voltamos para os gentios. Pois assim o Senhor nos ordenou: ‘Eu fiz de você luz para os gentios, para que você leve a salvação até aos confins da terra’”. (v. 46-47)

Em outras palavras, visto que o contexto refere-se claramente à pregação, ao fazer dele uma “luz para os gentios”, Deus não o torna em mero exemplo moral, mas também em pregador do evangelho. Em outra parte, Paulo indica que “brilhar como estrelas do universo” significa não somente o passar a ser “puros e irrepreensíveis”, mas ainda o “reter firmemente a palavra da vida” (Filipenses 2.15-16).

Dessa forma, as “boas obras” que Jesus menciona referem-se tanto à nossa pregação do evangelho quanto ao nosso exemplo moral. Ele adiciona que tais boas obras deveriam levar as

pessoas a “glorificar ao Pai de vocês, que está nos céus”. Isso restringe o significado e efeito pretendido das boas obras. Se suas assim chamadas boas obras chamam atenção e louvor primariamente para você, então você tem malgrado em brilhar como luz e exibir as boas obras às quais Jesus alude. Isso também significa que as boas obras não incluem as que os não cristãos podem considerar como boas. Jesus não está ordenando que nós meramente reciclemos nosso lixo, resgatemos gatos perdidos ou salvemos certos animais exóticos ou em perigo de extinção, mesmo que o mundo considere essas coisas boas e nobres. Antes, Jesus está se referindo a obras que a Escritura define como boas, e que claramente exibam a identidade cristã; de outra forma, como as pessoas saberiam glorificar ao Pai de vocês, que está nos céus?

Olhando de novo para a passagem de Efésios 5, Paulo ensina que, como filhos da luz, não somente devemos brilhar como luz, mas, em consonância com a própria natureza da luz devemos também expor as obras das trevas. Como ele diz em outra parte: “Vocês todos são filhos da luz, filhos do dia. Não somos da noite nem das trevas” (1 Tessalonicenses 5.5). Ao contrário dos não cristãos, “Deus não nos destinou para a ira, mas para recebermos a salvação por meio de nosso Senhor Jesus Cristo.” (v. 9). E isso é também o motivo pelo qual o mundo nos odeia, pois Deus nos fez tão diferentes quanto a luz das trevas, e por sermos “o povo da luz” (Lucas 16.8, NIV) expomos suas crenças e ações como perversas, por nosso exemplo e testemunho.

Porque os não cristãos são qual trevas, para os cristãos o brilhar que nem luz significa que eles são os opostos espirituais de todas as outras pessoas do mundo. E, como os não cristãos estão por toda parte, as trevas também estão por toda parte, o que significa que os cristãos devem permanecer comprometidos a defender sua posição como sendo a contracultura, mesmo que sejam odiados, ameaçados e perseguidos. Muitos cristãos ficam intimidados pela pressão de se conformarem ao mundo. Entretanto, Jesus diz que, assim como não se cobre uma lâmpada, mas antes se a coloca numa posição elevada para maximizar sua eficácia, os cristãos não devem fugir do mundo, mas sim deixar sua luz brilhar diante do mundo, para que a igreja possa ser como uma cidade numa montanha, tendo seu brilho visível a muitas milhas de distância.

Vivemos em dias nos quais muitas igrejas estão ávidas em se conformar às crenças e práticas deste mundo, com algumas delas ainda pretextando fazerem isso em nome de Cristo. No entanto, os que seguem essa tendência não podem agir como sal e luz, pois as próprias metáforas apoiam-se na distinção entre a igreja e o mundo, bem como entre os crentes e incrédulos.

Há aqueles que tentam nos convencer de que a igreja deve cumprir sua missão perdendo o seu sabor e escondendo sua luz, como se fôssemos converter o mundo tornando-nos não cristãos. Desde os tempos da Torre de Babel os inimigos de Deus vêm tentando unir a humanidade, não em favor da adoração verdadeira, mas da paz e conforto superficiais à custa da verdadeira adoração. Contrário a essa mentalidade, Jesus ensina: “Assim brilhe a luz *de vocês* diante dos homens, para que [*eles*] vejam as suas boas obras e glorifiquem ao Pai de vocês, que está nos céus”; ele incentiva precisamente o pensamento “nós contra eles”, ao qual o mundo tanto se opõe.

As duas metáforas cobrem tanto aspectos negativos como positivos da influência cristã. O sal é precipuamente uma metáfora negativa, pela qual Deus adverte seus seguidores contra o serem neutralizados pela influência do mundo. A luz é primariamente uma metáfora positiva, por meio da qual Jesus diz para seus seguidores que exerçam ativamente a influência cristã neste mundo. A

primeira metáfora diz aos cristãos que eles são a força a impedir a disseminação do mal; a segunda, que eles são a força na promoção da difusão da verdade. A primeira adverte os discípulos contra o conformar-se ao mundo; a última adverte-os contra o retirar-se do mundo. Uma adverte os crentes contra o secularismo, a outra, contra o isolacionismo.

Como cristãos, nossa influência é poderosa e universal. Jesus diz que somos “o sal *da terra*” e “a luz *do mundo*”. A fé cristã é poderosa para preservar e transformar todo grupo de gente, e ainda cada aspecto da sociedade. Enquanto as religiões e filosofias não cristãs estão constantemente revisando suas crenças e teorias em desesperadas tentativas de manter a ilusão de serem relevantes, a fé cristã tem sido e sempre será relevante. E como Cristo é relevante em qualquer época e em qualquer cultura, assim sejamos nós.

2. A LEI E OS PROFETAS

Não pensem que vim abolir a Lei ou os Profetas; não vim abolir, mas cumprir. Digo-lhes a verdade: Enquanto existirem céus e terra, de forma alguma desaparecerá da Lei a menor letra ou o menor traço, até que tudo se cumpra. Todo aquele que desobedecer a um desses mandamentos, ainda que dos menores, e ensinar os outros a fazerem o mesmo, será chamado menor no Reino dos céus; mas todo aquele que praticar e ensinar estes mandamentos será chamado grande no Reino dos céus. Pois eu lhes digo que se a justiça de vocês não for muito superior à dos fariseus e mestres da lei, de modo nenhum entrarão no Reino dos céus.

A despeito do ensino claro e direto de Cristo sobre o assunto, pouquíssimos entendem e afirmam o conceito apropriado concernente à autoridade e relevância atual do Antigo Testamento. Como entendem incorretamente alguns dos ensinamentos no Novo Testamento, e porque falham em captar a estrutura geral da revelação bíblica, muitas pessoas sustentam algumas ideias muito destrutivas sobre o lugar do Antigo Testamento, particularmente sobre o modo com que ele se relaciona com os cristãos hoje.

Por exemplo, alguns creem que Cristo aboliu o Antigo Testamento, de forma que os ensinamentos desse não mais têm relevância direta para os cristãos, e que o conteúdo dele pode servir, no máximo, para propósitos ilustrativos. Outros creem que várias partes das Escrituras pertencem a “dispensações” diferentes, de maneira que os princípios e ensinamentos que abordavam dispensações anteriores não se aplicam mais àqueles que vivem em nossa presente dispensação.

Outros ainda acreditam que Cristo veio para nos dar um novo mandamento, a saber, o mandamento de andar em amor. Eles creem que tal mandamento substitui então os mandamentos veterotestamentários, incluindo os Dez Mandamentos. Algumas pessoas desse grupo creem que, se alguém andar em amor, nunca quebrará os Dez Mandamentos; todavia, os Dez Mandamentos mesmos foram abolidos, de sorte que, em vez de obedecê-los conscientemente, devemos apenas andar em amor. Mas há outros desse grupo que acreditam que andar em amor algumas vezes equivale a quebrar os Dez Mandamentos, porém, visto que esses foram abolidos, não mais é pecado quebrá-los, isto é, desde que se os quebre por causa do amor.

E há mesmo os que creem que, posto que o próprio Cristo viveu sob o Antigo Testamento, algumas das coisas que ele ensinou são irrelevantes agora para os cristãos, incluindo a Oração do Senhor. Outros chegam ao ponto de ensinar que, sob o Antigo Testamento, o povo de Deus era salvo obedecendo à lei, quando, sob o Novo Testamento, eles são salvos crendo em Cristo. Contudo, Paulo diz que *nunca* alguém foi salvo obedecendo à lei, e de fato ela jamais foi dada para salvação. Antes, a salvação sempre veio pela graça, isto é, quando Deus escolhe salvar uma pessoa e lhe dá o dom da fé.

Jesus mesmo se deparou com alguns mal-entendidos similares durante o seu ministério. Isso não aconteceu porque ele ensinava contrariamente ao Antigo Testamento; antes, como veremos daqui a pouco, o oposto é que era verdadeiro. Um problema era que as autoridades religiosas judaicas tinham adicionado tantas tradições humanas à lei de Deus que, quando Jesus se opunha a tais tradições, desobedecendo-as, o povo entendia-o incorretamente, como se opondo e desobedecendo a própria lei.

Contra as concepções errôneas dele, Jesus diz: “Não pensem que vim abolir a Lei ou os Profetas; não vim abolir, mas cumprir.” Por “a Lei” e “os Profetas”, Jesus inclui aqui tudo o que o povo judeu considerava como Escrituras, ou seja, o que ora chamamos de Antigo Testamento. Ele nega que tenha vindo para abolir o Antigo Testamento; antes, ele veio para cumpri-lo.

É provável que Jesus tivesse em mente os seguintes sentidos quando usa a palavra “cumprir”. Primeiro, ele quer dizer que veio para expor a lei de modo completo, contra as tradições e interpretações errôneas humanas, de forma que as exigências de Deus possam ser verdadeiramente conhecidas, e que o povo de Deus possa aprender o significado pleno e proposto pela lei e obedecer a isso. Segundo, ele quer dizer que veio para cumprir plenamente os verdadeiros requerimentos da lei. Isto é, ele veio como alguém nascido sob a lei para lhe obedecer completamente, de sorte que pudesse ser um redentor perfeito para o seu povo. Terceiro, ele quer dizer que veio para consumir plenamente as profecias na lei com respeito ao Messias. Isto é, tudo o que a lei diz sobre o Cristo seria cumprido nesse.

Embora muitos comentaristas, como eu, mencionem e afirmem que Jesus cumpriu a lei em todos os três sentidos, outros sugerem que, mesmo se for verdade que Jesus cumpriu a lei em todos os três sentidos, Jesus tem em mente somente o terceiro sentido quando usou a palavra “cumprir”. Eles observam como Jesus diz no próximo versículo que nada na lei desaparecerá até que tudo “se cumpra”, o que parece indicar que por “cumprir” ele quis dizer que o que diz a lei, por fim, suceder-se-á na pessoa de Cristo.

Usar a palavra “cumpra”, conquanto o versículo 18 decerto declare o terceiro sentido de cumprimento, não exclui automaticamente os outros dois sentidos. Com efeito, ao afirmar o terceiro sentido, o segundo sentido deve também ser incluído, pois ele está realmente englobado naquele. Isto é, ao afirmar que o que a lei diz respeitante ao Messias seria cumprido em Jesus (o terceiro sentido), afirmamos automaticamente que Jesus levou a cabo todos os requerimentos da lei (o segundo sentido). Como Hebreus 10.7 diz: “Então eu disse: Aqui estou, no livro está escrito a meu respeito; vim para fazer a tua vontade, ó Deus.”

Quanto ao primeiro sentido, o de que Jesus veio para “cumprir” a lei expondo completamente seus significados, exigências e implicações, o versículo 19 diz que o que “praticar e ensinar” os mandamentos da lei é maior no reino dos céus, e o versículo 20 refere-se a uma justiça que excede aquela dos fariseus. Em seguida a isso vem uma extensa exposição na qual Jesus se opõe aos ensinamentos e práticas falsas dos fariseus e líderes judeus, corrigindo-os. Portanto, temos boa razão para dizer que, quando Jesus diz que veio para “cumprir” a lei, ele pretende transmitir todos os três sentidos acima.

Por outro lado, Jesus diz que não veio para abolir a lei, mas para cumpri-la. Dessa forma, nossa premissa inicial deve ser a de que não importa que posição tomamos com respeito à lei, não pode ser verdade que Jesus a aboliu. Se há alguma mudança quando se fala da relação entre o povo de Deus e a lei desse, ela deve ser entendida no contexto de seu cumprimento, e não anulação.

Isso é importante ao explicar porque cessamos de observar os aspectos cerimoniais da lei. Várias passagens do Novo Testamento têm sido interpretadas por pessoas como dizendo que a vinda de Cristo na realidade aboliu a lei juntamente com todos os seus mandamentos. Não obstante, seja o que for que essas passagens estejam dizendo, elas não podem ser compreendidas como anulando a

lei. Como temos observado, Jesus diz nos versículos 17 e 18 que ele não veio para abolir, mas para cumprir a lei. Então, o versículo 19 diz que quem pratica e ensina os mandamentos da lei é chamado de grande no reino dos céus.

A verdade não é difícil de ser entendida. Em Efésios 2.14, Paulo menciona que havia uma “barreira” ou “parede divisória de hostilidade” entre os judeus e os gentios. O que era essa barreira ou parede divisória? Nos versículos 11-13, Paulo escreve:

Portanto, lembrem-se de que anteriormente vocês eram gentios por nascimento e chamados incircuncisão pelos que se chamam circuncisão, feita no corpo por mãos humanas, e que naquela época vocês estavam sem Cristo, separados da comunidade de Israel, sendo estrangeiros quanto às alianças da promessa, sem esperança e sem Deus no mundo. Mas agora, em Cristo Jesus, vocês, que antes estavam longe, foram aproximados mediante o sangue de Cristo.

A barreira ou parede divisória entre os judeus e os gentios consistia das cerimônias e ordenanças exteriores que Deus ordenou que os judeus guardassem, de maneira que os judeus eram denominados “a circuncisão” e os gentios “a incircuncisão”. Paulo é cuidadoso em especificar que por circuncisão aqui ele se refere somente ao que era “feito no corpo por mãos humanas”.

Em outro lugar ele explica que nem todos os que eram externamente circuncidados eram salvos, mas somente aqueles interiormente circuncidados, de forma que nem todos os judeus eram salvos, mas somente os eleitos sobre quem Deus mesmo realizara soberanamente a “circuncisão do coração” (Romanos 2.29). E, apesar de relativamente poucos gentios terem sido salvos até aquele tempo, Deus salvou alguns deles, tendo realizado essa mesma circuncisão interna sobre eles.

Além disto, tal barreira ou parede divisória consistia de cerimônias e ordenanças externas, e é precisamente essa barreira ou parede que Jesus aboliu. Como Paulo escreve: “Pois ele é a nossa paz, o qual de ambos fez um e destruiu a barreira, o muro de inimizade, anulando em seu corpo a Lei dos mandamentos expressa em ordenanças” (Efésios 2.14-15). “A lei com seus mandamentos e ordenanças” na NIV é uma tradução enganosa. A NASB, mais literal, diz: “A lei dos mandamentos *contida* em ordenanças”, e a HCSB diz: “A lei dos mandamentos *nas* ordenanças” (veja igualmente a KJV e NKJV).

Hebreus 9.10 diz: “Eram apenas prescrições que tratavam de comida e bebida e de várias cerimônias de purificação com água; essas ordenanças exteriores foram impostas até o tempo da nova ordem.” Quais são as coisas que cessaram por causa da vinda de Cristo? Quais são as coisas que se aplicavam “até o tempo da nova ordem”? Com certeza, não a lei inteira, ou o Antigo Testamento inteiro e os seus mandamentos, mas somente as “ordenanças externas”, a saber, aquelas coisas que “tratavam de comida e bebida e de várias cerimônias de purificação com água” (veja Marcos 7.19 e Atos 10.9-16).

Em outra parte, Paulo explica: “Estas coisas são sombras do que haveria de vir; a realidade, porém, encontra-se em Cristo” (Colossenses 2.17). Em outras palavras, essas cerimônias e ordenanças cessaram, não porque se tornaram de alguma forma falsas, mas porque seu próprio propósito era prefigurar Cristo, e visto que este já veio, tais cerimônias e ordenanças foram cumpridas, e permanecem cumpridas em Cristo. Ou seja, através delas, aqueles que as observavam antecipavam a Cristo. Mas, desde que ele veio, continuar observando essas cerimônias e ordenanças

implicaria ignorância e incredulidade, como se Cristo não tivesse vindo ainda.

Todavia, mesmo as passagens veterotestamentárias sobre tais cerimônias e ordenanças não se tornaram inúteis, mas continuam instrutivas com respeito ao plano de salvação de Deus, a obra de Cristo e as várias doutrinas que elas prefiguram e ilustram, como demonstrado na carta aos Hebreus e nas cartas de Paulo. John MacArthur escreve o seguinte:

Por exemplo, todos os requerimentos cerimoniais da lei mosaica foram cumpridos em Cristo e não devem mais ser observados pelos cristãos (Cl 2.16, 17). Todavia, nenhum jota ou til é apagado com isso; persistem as verdades subjacentes dessas passagens – e de fato os mistérios por detrás delas são agora revelados na luz mais brilhante do evangelho.[\[51\]](#)

Logo, o povo de Deus deixou de observar essas cerimônias e ordenanças, não que elas se tornaram falsas, mas porque se tornaram verdadeiras na vinda de Cristo. Por exemplo, não temos nenhum sacrifício de animais na igreja, não porque não haja qualquer necessidade de um, mas porque, de uma vez por todas, é Cristo o nosso sacrifício todo suficiente.

Entretanto, no tocante às cerimônias e ordenanças, esse ponto não se aplica de modo algum aos mandamentos morais de Deus, tais como os Dez Mandamentos. Só porque Cristo já veio não significa que agora podemos adorar ídolos e cometer assassinato. Como já mencionei, Mateus 5.19 diz que deveríamos continuar praticando e ensinando os mandamentos escritos na Lei e os Profetas.

Algumas pessoas alegam que, malgrado não podermos adorar ídolos, cometer assassinato e coisas semelhantes, tais restrições existem, não porque os Dez Mandamentos ainda estão em vigor, mas porque estamos agora sob a lei do amor, e o amor nos proíbe fazer essas coisas. No entanto, o que dissemos acima já refuta essa alegação. Além do mais, a declaração “ame o seu próximo como a si mesmo” não é originária dos Evangelhos, mas de Levítico 19.18. E foi Moisés quem *repetidamente* disse: “Ame o SENHOR, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todas as suas forças” (Deuteronômio 6.5), o qual é “o primeiro e maior mandamento” (Mateus 22.38) *tanto no Antigo como no Novo Testamento*.

Quanto aos Dez Mandamentos, Paulo diz que eles estavam meramente resumidos pelo mandamento de amar, de maneira que o amor de forma alguma significa um mandamento totalmente diferente: “Pois estes mandamentos: ‘Não adulterarás’, ‘Não matarás’, ‘Não furtarás’, ‘Não cobiçarás’, e *qualquer outro mandamento*, todos se *resumem* neste preceito: ‘Ame o seu próximo como a si mesmo’” (Romanos 13.9). Com efeito, isso significa que o próprio amor é definido por esses vários mandamentos, e que não é definido sem eles. Ele conclui: “Portanto, o amor é o cumprimento da Lei” (v. 10).

Em outras palavras, você anda em amor obedecendo a todos esses mandamentos, e desta sorte, se você anda em amor, você cumpre os requerimentos da lei. “É um grande engano, então, pensar que Jesus aboliu os mandamentos e nos ensinou que ‘tudo o que precisamos é amar’. Pois amor significa o cumprimento da lei (Rm 13.10).”[\[52\]](#) Esse não é um ensino isolado ou obscurecido, nem é difícil de captar, de modo que é estranho que tantas pessoas não percebam isso tudo. A grandeza do novo pacto não é que Deus não mais requer que você obedeça à lei, mas que ele o *capacita* a obedecer à lei: “Esta é a aliança que farei com eles, depois daqueles dias, diz o Senhor. Porei as minhas leis em seu coração e as escreverei em sua mente” (Hebreus 10.16). “Anulamos

então a Lei pela fé? De maneira nenhuma! Ao contrário, confirmamos a Lei” (Romanos 3.31).

No versículo 17, Jesus nega que tenha vindo para abolir a lei, e afirma que veio para cumpri-la. Aí, no versículo 18, declara também a inspiração e autoridade da lei. Ele diz: “Digo-lhes a verdade: Enquanto existirem céus e terra, de forma alguma desaparecerá da Lei a menor letra ou o menor traço, até que tudo se cumpra.” Alguns comentaristas creem que as palavras “enquanto existirem céus e terra” constituem uma expressão escatológica apontando para o fim da ordem existente, porém, essa provavelmente não é a melhor interpretação. Jesus não está nos dizendo quando, ou mesmo se, a lei desaparecerá; antes, sua ênfase está na permanência e no cumprimento inevitável de tudo o que a lei ensina. Dessa forma, R. T. France escreve: “Provavelmente, a expressão não é uma nota específica de tempo: a probabilidade maior é que se trate de uma expressão idiomática para algo inconcebível.”[53]

Jesus exprime a visão mais elevada das Escrituras, dizendo que “a menor letra ou o menor traço” na lei não desaparecerá ou deixará de ser cumprida. O termo grego para “a menor letra” é *iota*, referindo-se à menor letra do alfabeto hebraico, *yod*, que é quase tão pequena quanto uma vírgula, qual um apóstrofo ou um sinal diacrítico. “O menor traço” (*keriaia*) alude a um dos traços e projeções minúsculas que distinguem algumas letras hebraicas de outras, qual a *serifa* nas fontes modernas.

Em resumo, Jesus afirma que tudo nas Escrituras é inspirado, inerrante, infalível e dotado de autoridade, *palavra por palavra*. Portanto, o conceito correto de inerrância bíblica aceita não somente os eventos gerais e as doutrinas ensinadas naquelas, mas assevera que Deus infalivelmente fez com que fossem escritas as próprias palavras e as próprias letras usadas na Bíblia. Negar isso ou afirmar algo aquém disso é chamar Jesus de mentiroso.

Por essa razão, tenho sérias reservas acerca do Artigo 19 da Declaração de Chicago sobre a Inerrância Bíblica. O Artigo começa com uma afirmação: “Afirmamos que uma confissão da autoridade, infalibilidade e inerrância plenas das Escrituras é vital para uma judiciosa compreensão da totalidade da fé cristã. Além disso, afirmamos que tal confissão deve conduzir a uma conformidade cada vez maior com a imagem de Cristo.” Certamente não tenho objeção a essa porção, só que depois o Artigo segue com uma negação: “Negamos que tal confissão seja necessária para a salvação. Contudo, negamos também que se possa rejeitar a inerrância sem graves consequências, quer para o indivíduo quer para a Igreja.”

No comentário oficial sobre a Declaração, R. C. Sproul esclarece com mais detalhes a negação, escrevendo:

A negação no Artigo XIX é muito importante. Os formuladores da confissão estavam dizendo sem ambiguidade que a confissão da crença na inerrância das Escrituras não é um fundamento da fé cristã necessário para a salvação. Reconhecemos alegremente que pessoas que não sustentam essa doutrina podem ser cristãos sérios e genuínos, zelosos e de muitas formas dedicados. Não reputamos a aceitação da inerrância como um teste para a salvação.[54]

Embora Sproul alegue que o Artigo pretende não ser ambíguo, seu significado preciso ainda é incerto pra mim. Parece que há vários significados possíveis ao Artigo e à exposição de Sproul:

1. *Sem* um conhecimento definido da vindicação que as próprias Escrituras fazem à inerrância, alguém pode *implicitamente* rejeitar essa doutrina e ainda ser um cristão.
2. *Com* algum conhecimento definido da vindicação que as próprias Escrituras fazem à inerrância, alguém pode *implicitamente* rejeitar essa doutrina e ainda ser um cristão.
3. *Sem* um conhecimento definido da vindicação que as próprias Escrituras fazem à inerrância, alguém pode *explicitamente* rejeitar essa doutrina e ainda ser um cristão.
4. *Com* um conhecimento definido da vindicação que as próprias Escrituras fazem à inerrância, alguém pode *explicitamente* rejeitar essa doutrina e ainda ser um cristão.

Não está claro o que Sproul quer dizer por “pessoas que *não sustentam* essa doutrina”. Ele está se referindo àqueles que simplesmente negligenciam a afirmação dessa doutrina, ou também àqueles que conscientemente rejeitam tal doutrina? Embora Sproul e o Artigo não abordem essa questão com clareza suficiente, é quase certo que eles querem dizer o último, visto que o Artigo diz: “Negamos também que se possa *rejeitar* a inerrância sem graves consequências, quer para o indivíduo quer para a Igreja”. Isto é, os formuladores estavam pensando naqueles que *rejeitam* a doutrina, e não apenas naqueles que não fazem caso de a afirmar, tais como os que nunca levaram em consideração o assunto.

Em outras palavras, Sproul e o Artigo dão a impressão de afirmar todas as quatro proposições. Se é de veras assim, então discordo fortemente deles. Em vez disso, deveríamos rejeitar pelo menos a proposição final.

Partindo de Mateus 5.19, demonstramos que Jesus sustentava o mais alto conceito das Escrituras, asseverando serem elas inspiradas, inerrantes e infalíveis palavra por palavra. Ora, se depois de provar claramente esse ponto para uma pessoa, esta ainda rejeitar a inerrância bíblica, a implicação necessária é que tal pessoa crê que o próprio Jesus cometeu um engano sobre a questão. Entretanto, se a salvação exige uma profissão explícita da divindade e senhorio de Jesus Cristo, logo é incongruente um cristão professo confessar a divindade e senhorio de Cristo e, entretanto, acusá-lo de erro ou mesmo de desonestidade.

Em outras palavras, é impossível professar a Cristo como Senhor e como mentiroso ao mesmo tempo, de modo que uma afirmação explícita de Cristo como Senhor é igualmente uma afirmação implícita da inerrância bíblica, e uma negação explícita da inerrância bíblica é também uma negação implícita de Cristo como Senhor.

Não estou dizendo que alguém deve afirmar explicitamente a inerrância bíblica para ser um cristão. Quiçá a pessoa nunca tenha refletido sobre o assunto. Quiçá ela não esteja ciente de que Cristo, os apóstolos e os profetas insistiam a respeito da inerrância bíblica. Ou, quiçá, ela foi ensinada erroneamente. Sob essas circunstâncias, concordo que é possível alguém ser um cristão

genuíno com uma efetiva profissão de Cristo sem afirmar a inerrância bíblica.

Não obstante, uma vez que a pessoa é confrontada com as inúmeras passagens nas quais Cristo, os apóstolos e os profetas insistem sobre a inerrância bíblica, ela não mais pode pretexto ignorância, nem podemos pensar que ela nunca considerou o assunto. Antes, aquela deve agora afirmar ou rejeitar explicitamente a inerrância bíblica e, assim, afirmar ou rejeitar implicitamente a integridade e autoridade de Jesus Cristo.

Uma vez que a pessoa sabe que as Escrituras reivindicam serem inspiradas, inerrantes e infalíveis, se ela rejeita a doutrina da inerrância, mas ainda alega crer no evangelho, então isso somente pode significar que sua fé descansa em sua própria opinião e julgamento, não na promessa de Deus como revelada naquelas. Em vez de se fiar na revelação divina, essa pessoa faz julgamento de tal revelação, afirmando porções dela ao mesmo tempo em que rejeita outras partes, de forma que, em última análise, sua fé reside em si mesmo, não no poder e sabedoria de Deus. Mas, e aí, a fé dessa pessoa ainda é real, ou foi exposta como falsa? Se você crê que Jesus está errado quando ele fala sobre as Escrituras, então sobre que outra base sua própria opinião e preferência, ou algum outro padrão externo àquelas, fazem-no crer que Jesus está certo ao falar acerca da salvação?

Para usar um exemplo aleatório a fim de ilustrar o que quero dizer, eu posso afirmar explicitamente a inerrância sem afirmar ou negar explicitamente a proposição “Josafá morava em Jerusalém” (2 Crônicas 19.4). O motivo é que eu posso não conhecer o versículo. Todavia, dado que a proposição está contida na Bíblia, minha afirmação explícita da inerrância bíblica é também uma afirmação implícita de 2 Crônicas 19.4.

Contudo, se alguém agora me confronta com 2 Crônicas 19.4, mas eu rejeito explicitamente o versículo, então isso deve necessariamente implicar que minha afirmação explícita inicial da inerrância bíblica era uma mentira – isto é, na verdade eu não creio na inerrância bíblica.

De igual maneira, uma pessoa pode afirmar explicitamente a Cristo como Senhor sem afirmar ou negar explicitamente a inerrância bíblica. Isso se dá provavelmente porque ela nunca ponderou sobre o assunto, ou porque nunca foi confrontada com as passagens bíblicas relevantes. No entanto, sua afirmação explícita de Cristo como Senhor é também uma afirmação implícita de tudo o que Cristo disse. E, visto que Cristo afirmou a inerrância bíblica, a afirmação explícita dessa pessoa de Cristo como Senhor é também uma afirmação implícita da inerrância bíblica.

Mas, se alguém ora o confronta com as afirmações de Cristo sobre a inerrância bíblica, e ele explicitamente as rejeita, então isso deve necessariamente implicar que sua afirmação explícita inicial de Cristo como Senhor (o que implica uma afirmação do que Cristo afirma, a saber, a inerrância bíblica) também era falsa.

Se ele declara que os ensinamentos escriturísticos sobre a obra redentora de Cristo são verdadeiros, ao passo que os ensinamentos sobre as asseverações de Cristo no tocante à inerrância bíblica são falsos, então essa pessoa está obviamente usando sua própria opinião e preferência, ou algum outro padrão externo à Bíblia, para julgar a revelação divina. Isso, por sua vez, significa que sua fé é falsa, posto que se apoia apenas em sua própria opinião e preferência e não na promessa de Deus como registrada nas Escrituras.

A conclusão inevitável, parece, é que ninguém que tenha sido claramente confrontado com o

ensino de Cristo a respeito da inerrância bíblica pode rejeitar a inerrância bíblica e ainda alegar legitimamente ser um cristão. Entretanto, Sproul e a Declaração de Chicago parecem ensinar o oposto, motivo pelo qual devemos discordar deles.

Sproul é conhecido por afirmar e defender a Confissão de Fé de Westminster, mas no próprio capítulo onde a Confissão discute “Fé Salvadora”, ela diz: “Por essa fé o cristão, segundo a autoridade de Deus mesmo falando em sua Palavra, crê ser verdade *tudo quanto está revelado na Palavra*” (14.2).

Sendo preciso, ela não diz: “se você é um cristão, ou se você tem essa fé, então seguramente acreditará em tudo o que está escrito nas Escrituras”, porém, tenho sérias dúvidas de que a Confissão pretenda deixar espaço à incredulidade, como em, “se você é um cristão, então Deus lhe deu a fé pela qual crer em tudo o que está escrito na Escritura, mesmo que você não creia de fato”. Ou seja, parece claro que a Confissão está se referindo a uma crença real (mesmo que algumas vezes implícita) nas Escrituras, e não meramente uma crença potencial que pode rejeitar explicitamente alguma parte delas.

As citações a seguir, extraídas de diversos comentários sobre a Confissão, concordam com esse entendimento:

Como a fé, em geral, é um assentimento à verdade com base no testemunho, assim também a fé divina é um assentimento à verdade com base no testemunho divino. A fé salvífica, portanto, inclui um assentimento do coração a todas as verdades reveladas na Palavra de Deus, quer relacionadas com a lei ou com o evangelho; e isso, não com base no testemunho de algum homem ou Igreja, nem porque elas parecem em consonância com os ditames da razão natural, mas sobre o fundamento da verdade e autoridade de Deus mesmo, falando nas Escrituras, e evidenciando a si próprias, pela distinta luz e poder delas, à mente. (Robert Shaw)[[55](#)]

... uma seleção cuidadosa de todos os detalhes bíblicos mostra que esses supostos conservadores estão usando um critério de verdade que não a Bíblia mesma... Em outras palavras, eles não aceitam nenhum versículo bíblico “pela autoridade do próprio Deus falando em sua Palavra”. Se eles aceitassem mesmo que um único versículo baseado na autoridade de Deus, eles creriam “ser verdade *tudo quanto está revelado na Palavra*”, isto é, tudo dela. Porque a Bíblia é a Palavra de Deus, como diz o Capítulo 1, e Deus fala a verdade... a Confissão diz que a fé salvífica aceita tudo o que está revelado na Palavra... (Gordon H. Clark)[[56](#)]

O efeito geral da obra do Espírito é produzir fé em TUDO O QUE ESTÁ REVELADO NA PALAVRA... A doutrina católica romana da *fé implícita* ensina que os católicos aceitam implicitamente tudo o que sua igreja ensina oficialmente, mesmo antes de eles aprenderem do que se trata. Isso é uma caricatura da doutrina verdadeira aqui apresentada na *Confissão de Westminster* – os cristãos regenerados têm fé na Palavra de Deus, não na palavra de homens. A fé implícita nas Escrituras é, na verdade, o que o Espírito opera no coração dos eleitos. (Gerstner, Kelly e Rollinson)[[57](#)]

A fé salvífica recebe como verdade todo o conteúdo da Palavra de Deus, sem exceção.... a totalidade dela deve ser recebida como sendo igualmente a Palavra de Deus, e em todas as suas partes tem que ser aceita com igual fé. A mesma iluminação do entendimento e renovação das afeições que lançam o alicerce para a ação de fé da alma em alguma porção do testemunho de Deus lança o mesmo fundamento para a sua fé agir em todas as outras porções. Toda a Palavra de Deus, portanto, na medida em que é conhecida pelo indivíduo, excluindo-se todas as tradições, doutrinas de homens ou pretensas revelações particulares, é o objeto da fé salvífica. (A. A. Hodge)[58]

Nesse ponto, concordo plenamente com a Confissão e com os comentários acima. Esse capítulo na Confissão aborda a fé *salvífica*, e não a fé madura, a fé perfeita, ou algum outro tipo de fé; ela está discorrendo sobre o tipo de fé que qualquer cristão verdadeiro deveria ter. Portanto, visto que Sproul tem previamente afirmado a Confissão de Westminster, ele se contradiz ao afirmar também o Artigo 19 da Declaração de Chicago e ainda em sua exposição do Artigo.[59]

A igreja deveria confrontar aqueles que negam a inerrância bíblica, exibindo-lhes aquelas passagens bíblicas que confirmam e ensinam a inerrância bíblica, e mostrando-lhes que uma rejeição consciente da inerrância bíblica também constitui uma rejeição de Cristo.

Então, visto que uma rejeição consciente da inerrância bíblica também constitui uma rejeição de Cristo, os que continuam a rejeitar a inerrância bíblica depois de cuidadosas e repetidas confrontações por parte da igreja deveriam ser excomungados. A igreja deveria considerar a sua profissão de Cristo como insincera e falsa e, destarte, tratá-los como incrédulos e excluí-los da comunidade do pacto.

Essa proposta bíblica pode chocar e até mesmo encolerizar certos líderes e membros de igreja. Entretanto, o que deveria ser mais chocante e enfurecedor é a forma com que muitas igrejas corretamente excluem aqueles que cometem pecado e recusam-se a arrepender, sobretudo depois de repetidas advertências e confrontações, e, então, essas mesmas igrejas continuam a aceitar os que negam a inerrância bíblica, quando a inerrância bíblica é a própria base sobre a qual elas expulsam os outros ofensores impenitentes.

Enquanto estamos abordando o assunto, poderia também assinalar que os líderes de igreja que recusam tratar com aqueles que rejeitam a inerrância bíblica deveriam ser removidos do ofício. Sem dúvida, muitas igrejas preferem agradar os homens em vez de agradar a Deus; preferem a harmonia centrada no homem, em vez da pureza centrada em Deus, e desta sorte hereges e apóstatas permanecem e continuam a atormentar essas igrejas, isto é, permanecem e continuam assim até que Deus as desperte ou julgue.

O Artigo 19 da Declaração de Chicago e a exposição que Sproul faz dela equivalem a uma declaração oficial e pública de que a crença na inerrância bíblica é opcional. É verdade que o Artigo adverte sobre as “graves consequências” de rejeitar a inerrância bíblica, contudo, quão graves podem ser essas consequências quando a exposição oficial desse Artigo diz: “Reconhecemos alegremente que pessoas que não sustentam essa doutrina podem ser cristãos sérios e genuínos, zelosos e de muitas formas dedicados”?

Eles não declaram isso com relutância ou má vontade, mas *alegremente*. Quanto à descrição “cristãos sérios e genuínos, zelosos e de muitas formas dedicados”, mesmo aqueles cristãos que afirmam *sim* a inerrância bíblica amiúde não merecem tal elogio. Assim, a exposição de Sproul oficial e publicamente assegura àqueles que rejeitam a inerrância bíblica que as consequências nunca serão tão graves ao ponto de envolver condenação eterna. De fato, “de muitas formas”, tais indivíduos podem ser cristãos muito bons sem aceitar a doutrina. Contra esse desrespeito gritante para com o que as Escrituras ensinam acerca do assunto, devemos antes insistir que a inerrância bíblica é inegociável; ela não é opcional.

Visto que Cristo não veio abolir, mas cumprir a Lei e os Profetas, e visto que as Escrituras são infalíveis e autorizadas palavra por palavra, Deus ainda requer que todas as pessoas obedeçam aos mandamentos veterotestamentários, e aqueles que ensinam outra coisa estão se opondo à autoridade e ao projeto de Cristo. Dessa forma, Jesus diz no versículo 19: “Todo aquele que desobedecer a um desses mandamentos, ainda que dos menores, e ensinar os outros a fazer o mesmo, será chamado menor no Reino dos céus; mas todo aquele que praticar e ensinar estes mandamentos será chamado grande no Reino dos céus.”

A palavra traduzida como “desobedecer” na NVI significa afrouxar, de sorte que “relaxar” (ESV) é provavelmente uma tradução melhor. A ideia aqui pode incluir desobedecer aos mandamentos, mas, considerando o contexto da passagem, a palavra também sugere a razão para desobedecê-los. Isto é, Jesus se opõe àqueles que relaxam os mandamentos e assim os desobedecem. Ademais, ele igualmente se opõe àqueles que então ensinavam a outros essa visão frouxa dos mandamentos.

Contrário ao que muitos cristãos professos pensam e ensinam hoje, Jesus não somente se recusa a abolir os mandamentos da lei, mas ele nem mesmo os relaxa. Muitos cristãos falam como se aqueles que *preservam* o menor dos mandamentos de Deus no mínimo hão de estar no Reino dos céus. Jesus ensina exatamente o oposto.[\[60\]](#)

As pessoas frequentemente objetam, dizendo que ensinar obediência estrita aos mandamentos é ensinar legalismo; entretanto, isso é compreender mal a natureza do legalismo.[\[61\]](#) O legalismo ao qual a Escritura se opõe comete um dos seguintes erros, ou ambos. Primeiro, o legalismo ensina a pessoa a obter a justiça pelas obras, para que mereça a salvação. Segundo, o legalismo ensina a obediência às tradições humanas em adição ou mesmo no lugar dos mandamentos de Deus, como se essas tradições transmitissem a mesma autoridade que a palavra de Deus, ou até mais.

Em outras palavras, um legalista não é uma pessoa que obedece aos mandamentos de Deus, mas trata-se precisamente de alguém que questiona e desobedece a tais mandamentos. Uma pessoa legalista, ou um legalista, não é alguém que segue os mandamentos de Deus com muita minúcia ou cuidado, como se isso fosse possível, mas é precisamente alguém que não os segue bem de perto, mesmo que afirme outra coisa.

Muitos gostam de ensinar o povo a andar em amor, em oposição ao legalismo, mas a maioria deles não entende o que é legalismo. Em vez de ensinar as pessoas a obedecerem a Deus, o legalismo as ensina a desobedecerem-no nas formas explicadas acima. Por outro lado, ensinar as pessoas a andar em amor é ensiná-las a obedecer verdadeira e plenamente aos mandamentos de Deus: “Nisto consiste o amor a Deus: em obedecer aos seus mandamentos” (1 João 5.3); “Portanto, o amor é o

cumprimento da Lei” (Romanos 13.10).

Porém, se ensinamos obediência à Lei e aos Profetas, tal coisa não questiona ou contradiz a doutrina da justificação pela fé? Isto reflete um entendimento equivocado do Antigo Testamento. Paulo escreve: “Mas agora se manifestou uma justiça que provém de Deus, independente da Lei, da qual testemunham a Lei e os Profetas, justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo para todos os que creem” (Romanos 3.21-22). Em outras palavras, a justificação pela fé é um ensino do *Antigo Testamento* – ela *sempre* foi o modo de Deus salvar o seu povo (Hebreus 11).

Portanto, quando ensinamos as pessoas a obedecerem aos mandamentos de Deus, não questionamos ou contradizemos a justificação pela fé, pois não estamos lhes dizendo para obedecerem à lei *para que* possam ser salvas. Antes, porquanto ninguém pode obedecer à lei com perfeição, a pregação das justas exigências de Deus leva os pecadores ao desespero. Então nós lhes pregamos o evangelho, chamando-os à fé e ao arrependimento, *para que* eles possam, pois, obedecer à lei. Isto é, nós não lhes dizemos para obedecerem à lei para que possam ser salvos, mas que sejam salvos (pela fé em Cristo) para que possam obedecer à lei (Jeremias 31.33; Efésios 2.10). Portanto, de maneira nenhuma a Lei e os Profetas questionam ou contradizem a justificação pela fé, mas, em vez disso, aqueles constituem seu próprio fundamento. E viver debaixo da graça não significa que você não precisa guardar a lei; você *deve* guardar a lei, mas não para ser salvo.

O versículo 19 nos adverte contra o relaxar o menor que seja dos mandamentos e aí ensinar aos outros a cumpri-lo, contudo, elogia os que “praticam e ensinam” estes mandamentos. “Ele está dizendo que nossa atitude para com a lei de Deus é um indicador da nossa atitude para com o próprio Deus”, [62] de maneira que “a grandeza no reino de Deus será medida pela conformidade à lei”. [63] Tanto o aspecto negativo como o positivo desse versículo mostram que Deus não fica satisfeito mesmo que a visão que você tem dos mandamentos esteja correta, e que você os estiver obedecendo. Antes, ele está interessado também no que você diz aos outros sobre esses mandamentos. A obediência pessoal aos mandamentos de Deus é incompleta – você deve igualmente ensinar os outros a obedecê-los.

Muitos cristãos pensam que cumprir “A Grande Comissão” significa primordialmente “pregar o evangelho”, mas com frequência o conceito que eles têm do evangelho e de nosso mandato é limitado demais. Jesus diz que devemos ir às nações, “*ensinando-os a obedecer a tudo* o que eu lhes ordenei” (Mateus 28.19). Isso, e nada menos do que isso, é a Grande Comissão.

Nossa conclusão é que toda a Bíblia é um livro permanente e com autoridade, para ser estudado e obedecido por todos, e aqueles que a ensinam devem fazê-lo desse modo. “Por isso, todo mestre da lei instruído quanto ao Reino dos céus é como o dono de uma casa que tira do seu tesouro coisas novas e coisas velhas” (Mateus 13.52).

Depois de considerar o exposto acima, o versículo 20 pode surgir como uma grande surpresa para alguns, pois Jesus continua, dizendo: “Pois eu lhes digo que se a justiça de vocês não for muito superior à dos fariseus e mestres da lei, de modo nenhum entrarão no Reino dos céus.” Os fariseus eram membros de um movimento predominantemente leigo, supostamente dedicado à observância fiel da lei, e os “membros da lei”, ou escribas, eram os mestres e estudantes profissionais da lei.

Ora, se justamente para ser um membro do Reino de Deus se requer uma justiça superior à dos fariseus e escribas, isso necessariamente implica que os fariseus e os escribas não são

admitidos. Ou seja, os fariseus e os escribas estão perdidos e condenados. E Jesus lhes diz em outro lugar: “Como vocês escaparão da condenação ao inferno?” (Mateus 23.33).

A questão é, já que Jesus exorta à obediência até mesmo do menor dos mandamentos de Deus, ele não deveria recomendar os fariseus e escribas, apresentando-os como exemplos para todos? Não são os fariseus e escribas aqueles que mais fielmente sustentam os mandamentos? Eles não insistem na compreensão mais precisa e na obediência mais meticulosa à lei? Não são eles exemplos supremos daqueles que praticam e ensinam os mandamentos (v. 19), de sorte que deveriam ser chamados grandes no Reino dos céus?

Sem dúvida, os fariseus e os escribas se julgavam assim, e tentavam convencer muitos outros de que eles eram de fato exemplos supremos de obediência aos mandamentos divinos, de forma que há muito havia sido dito: “Se apenas dois homens tiverem a permissão de entrar no céu, então um certamente será um mestre da lei e o outro um fariseu”.[\[64\]](#)

Visto ser assim que as pessoas percebem os fariseus e os escribas, o versículo 20 seria especialmente chocante para elas. Pareceria que os fariseus e os escribas estão fazendo exatamente o que o versículo 19 exige. Jesus aqui corrige esse grande equívoco, dizendo ao povo que, embora os fariseus e escribas alegassem ser obedientes à lei, e parecerem assim mesmo às pessoas, a justiça deles é uma falsa justiça que desobedece e subverte os mandamentos de Deus.

Alguns podem interpretar incorretamente o tipo de justiça em vista aqui, e dizer: “Talvez Jesus esteja se referindo à justiça imputada que a pessoa recebe pela fé. Não importa quanto alguém tente obedecer aos mandamentos, nunca pode obedecer a eles perfeitamente. Não obstante, em nosso favor Jesus lhes obedeceu com perfeição, e ao crermos no evangelho, tornamo-nos identificados com ele, de modo que Deus credita sua justiça perfeita a nós”. Ainda que seja verdade que somos salvos somente pela justiça de Cristo imputada a nós, e não por aquela justiça que podemos obter obedecendo à lei, Jesus não está se referindo à justiça imputada quando diz que devemos ter uma justiça que seja superior àquela dos fariseus e dos escribas.

Em páginas anteriores deste livro já vimos que Mateus refere-se a uma justiça que satisfaz os requerimentos da lei de Deus em termos de obras e comportamento que sejam de fato bons. Resumirei rapidamente vários pontos aqui. Mateus 3.15 registra que Cristo submeteu-se ao batismo para “cumprir toda a justiça”. Mateus 5.10 refere-se àqueles que são perseguidos por causa de sua justiça. Mateus 5.19 refere-se a alguém que “pratica e ensina” os mandamentos. Imediatamente após Mateus 5.20, o versículo sob discussão, Jesus passa a expor o entendimento apropriado de vários mandamentos e o que significa obedecê-los. Mateus 6.1 então menciona “obras de justiça” que os hipócritas amam realizar algo diante dos homens para serem louvados por eles.

Portanto, em Mateus 5.20, quando Jesus diz que aqueles que entram no Reino dos céus devem exibir uma justiça que ultrapasse a dos fariseus e dos escribas, ele não está se referindo a uma justiça imputada (conquanto seja apenas esse tipo de justiça que pode nos salvar), mas ele está se referindo a uma justiça caracterizada por uma obediência e conformidade pessoal aos mandamentos de Deus.

Por outro lado, isso de maneira alguma questiona ou contradiz a doutrina da justificação pela fé, posto que não estamos falando sobre justificação aqui. Antes, Jesus meramente afirma que aqueles que entram no Reino dos céus devem ter uma justiça superior à falsa justiça dos fariseus e dos escribas.

As Escrituras ensinam que é precisamente por primeiro recebermos a justiça imputada pela fé na conversão que podemos então receber a capacidade de real e pessoalmente obedecer aos mandamentos de Deus: “Darei a vocês um coração novo e porei um espírito novo em vocês; tirarei de vocês o coração de pedra e lhes darei um coração de carne. Porei o meu Espírito em vocês e os levarei a agirem segundo os meus decretos e a obedecerem fielmente às minhas leis” (Ezequiel 36.26-27). Poderia ser mais claro? Quando Deus nos salva e converte, ele nos dá o seu Espírito, que então nos leva a obedecer aos seus mandamentos. Dessa maneira, não somos salvos porque obedecemos, mas obedecemos porque somos salvos.

Ora, os fariseus e os escribas eram legalistas, nas duas formas explicadas anteriormente. Isto é, por suas obras, eles buscavam obter uma justiça suficiente. O problema é que Deus requer uma justiça perfeita, a qual eles jamais podem alcançar. Ademais, eles não tentavam estabelecer sua própria justiça verdadeiramente obedecendo às leis de Deus; em vez disso, tinham construído um elaborado sistema de tradições humanas que lhes permitia desobedecer aos mandamentos todos de Deus, embora ainda dessem ao povo a impressão de suprema piedade.

Ao interpretarem e aplicarem os mandamentos de Deus, eles encontravam jeitos de fugir, tanto quanto possível; mais do que isso, eles redefiniam os termos e amontoavam tradições de tal sorte que se livravam do dever de obediência à óbvia exigência dos mandamentos. Eis o motivo de Jesus dizer em outra parte: “Vocês estão sempre encontrando uma boa maneira de pôr de lado os mandamentos de Deus, a fim de obedecerem às suas tradições” (Marcos 7.9).

Nas passagens que se seguem imediatamente ao versículo 20, Jesus nos dá vários exemplos de como os mandamentos de Deus haviam sido distorcidos e subvertidos, e o que realmente significa obedecê-los. Como Stott observa corretamente:

O que os escribas e fariseus estavam fazendo, a fim de tornar a obediência mais fácil de praticar, era restringir os mandamentos e esticar as permissões da lei. Tornavam as exigências da lei menos exigentes e as permissões da lei mais permissivas. O que Jesus fez foi inverter as duas tendências. Insistiu que fossem aceitas todas as implicações dos mandamentos de Deus sem a imposição de quaisquer limites artificiais, enquanto que os limites que Deus estabelecera às suas permissões também deviam ser aceitos e não arbitrariamente ampliados.[\[65\]](#)

Hoje em dia, muitos têm o conceito errado de que Jesus condena os escribas e fariseus porque esses eram muito meticulosos em estudar e obedecer às leis de Deus. Eles pensam que uma aplicação estrita e precisa das leis de Deus constitui legalismo. Mas, na verdade, dá-se exatamente o contrário. Os fariseus e os escribas – comumente considerados legalistas – são os que relaxam os mandamentos de Deus e ensinam outros a fazerem o mesmo. Em contraste, Jesus chama seus seguidores a exibir uma justiça genuína praticando e ensinando *verdadeiramente* as leis de Deus e as várias implicações delas (v. 19). O que tudo isso envolve é explicado nas seções a seguir.

Vocês ouviram o que foi dito aos seus antepassados: “Não matarás”, e “quem matar estará sujeito a julgamento”. Mas eu lhes digo que qualquer que se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento. Também, qualquer que disser a seu irmão: “Racá”, será levado ao tribunal. E qualquer que disser: “Louco!”, corre o risco de ir para o fogo do inferno.

Portanto, se você estiver apresentando sua oferta diante do altar e ali se lembrar de que seu irmão tem algo contra você, deixe sua oferta ali, diante do altar, e vá primeiro reconciliar-se com seu irmão; depois volte e apresente sua oferta.

Entre em acordo depressa com seu adversário que pretende levá-lo ao tribunal. Faça isso enquanto ainda estiver com ele a caminho, pois, caso contrário, ele poderá entregá-lo ao juiz, e o juiz ao guarda, e você poderá ser jogado na prisão. Eu lhe garanto que você não sairá de lá enquanto não pagar o último centavo.

Jesus chama seus seguidores a exhibir uma justiça superior àquela dos fariseus e escribas. Em vez de relaxar as estritas demandas da lei, a justiça superior e verdadeira é uma justiça que realmente pratica e ensina até mesmo o menor dos mandamentos de Deus (v. 19). Os fariseus alegavam que obedeciam à lei com precisão, e os escribas alegavam que a ensinavam com precisão, mas na realidade ambos tentavam burlar a lei redefinindo e reinterpretando seu verdadeiro intento e significado.

Isto é, eles distorciam e restringiam a lei de tal maneira que o pecado tinha sido redefinido para que se relacionasse somente a coisas que eles não praticavam. Dessa forma, eles evitavam o pecado redefinindo a este, e não pelo obedecer a lei. Com isso em mente, é fácil perceber o porquê os verdadeiros seguidores de Deus devem ter uma justiça superior, pois os fariseus e os escribas de modo nenhum eram genuinamente justos.

Jesus começa agora a dar vários exemplos de más interpretações e más aplicações comuns dos mandamentos de Deus, e no processo fornece também suas próprias interpretações e aplicações corretas (v. 21-48).

Ele começa cada seção dizendo: “Vocês ouviram o que foi dito”.[\[66\]](#) É possível que Jesus aqui use ou aluda a um método de ensino rabínico, no qual o rabi começaria com uma expressão similar, e então passaria a dar uma interpretação falsa, mas aparentemente possível, das Escrituras, após o que ele refutaria o erro e forneceria o que considerava o entendimento correto da passagem sob discussão.

Em todo caso, decerto Jesus não está contradizendo os mandamentos do Antigo Testamento nessas passagens, uma vez que ele havia acabado de dizer que não veio para os abolir, mas para cumpri-los, e que seus discípulos deveriam praticá-los e ensiná-los. Em seguida, ele começa dando esses exemplos logo depois de dizer que se deveria ter uma justiça superior àquela dos fariseus e escribas.

Portanto, o contexto exige o entendimento de que Jesus está se opondo à maneira com a qual os fariseus e os escribas praticavam e ensinavam tais mandamentos, e não os mandamentos em si.

Assim, ao invés de dizer “está escrito”, como é de seu costume ao introduzir uma citação direta das Escrituras, Jesus diz: “Vocês ouviram o que foi dito”. Em vez de vir para substituir os mandamentos, Jesus veio para restaurar e reforçar os mandamentos na vida das pessoas.

Com isso em mente, se a tradução correta deve ser “*aos* seus antepassados”, ou “*pelos* seus antepassados”, no versículo 21, isso não prejudica a ideia que estamos apresentando aqui. Todavia, há argumentos fortes mostrando que o último é correto e, nesse caso, Jesus pode estar aludindo às tradições orais dos rabinos e anciões judeus que tinham sido adotadas pelos fariseus e escribas.

O primeiro exemplo que Jesus usa é o sexto mandamento, que proíbe o assassinato: “Vocês ouviram o que foi dito aos seus antepassados: ‘Não matarás’, e ‘quem matar estará sujeito a julgamento’”. Mas o que é assassinato? Eu posso espancar um homem até que ele fique quase morto, e ainda alegar que não violei o sexto mandamento? E se, em vez de matar uma pessoa, eu contrato alguém para fazê-lo por mim? Ainda sou culpado de assassinato? Ou, e se, fervendo de ódio e ressentimento, desejo que alguém seja morto, mas careço dos meios e da ousadia para fazer tal coisa acontecer? Isso significa que ainda estou inocente da violação do sexto mandamento?

Gente legalista que nem os fariseus e os escribas tende a restringir os mandamentos de Deus, fazendo-os relacionarem-se somente aos atos mais óbvios e escandalosos de impiedade. Desta sorte, mesmo que aquela mesma não tenha matado a Jesus, desejaria tê-lo matado, e conspiraria para isso se suceder. Por sua falsa definição e interpretação, essa gente ainda poderia alegar ser inocente de assassinato.

Jesus corrige essa redução ilegítima da lei de Deus, e diz: “Mas eu lhes digo que qualquer que se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento. Também, qualquer que disser a seu irmão: ‘Racá’, será levado ao tribunal. E qualquer que disser: ‘Louco!’, corre o risco de ir para o fogo do inferno.” Não se trata de uma correção ou mesmo extensão do sexto mandamento; antes, ele está declarando o que o sexto mandamento de fato significa.

Tal entendimento do sexto mandamento nunca esteve obscuro ou oculto antes dessa exposição por Jesus. Por meio de Moisés, Deus proibiu mais do que assassinato no sentido de término real, deliberado e injustificado da vida humana. Moisés escreveu que a ira teve um papel proeminente no primeiríssimo assassinato, quando Caim matou seu irmão Abel. Deus disse a Caim que sua ira seria a raiz do pecado, e disse-lhe para “dominá-la” (Gênesis 4.5-8).

Em Levítico, Deus diz através de Moisés: “Não se levantem contra a vida do seu próximo” (Levítico 19.16).[\[67\]](#) Isso basta para demonstrar que Deus não proíbe apenas o efetivo assassinato, mas também proíbe fazer algo que até mesmo coloque em risco a vida de outra pessoa. Então, o próximo versículo diz: “Não guardem ódio contra o seu irmão no coração” (v. 17), e o versículo seguinte diz: “Não procurem vingança, nem guardem rancor contra alguém do seu povo, mas ame cada um o seu próximo como a si mesmo” (v. 18).

Isso mostra que Deus nunca pretendeu que os seus mandamentos proibissem apenas o que usualmente julgamos como assassinato. Desde o princípio mesmo, seus mandamentos se dirigiam às nossas práticas diárias com respeito à segurança das outras pessoas e, para além disso, eles se dirigem aos nossos próprios pensamentos e motivos, proibindo-nos até mesmo ter “ódio contra o seu irmão” ou “guardar rancor”. Portanto, em vez de corrigir ou adicionar algo à lei de Deus, Jesus está removendo as falsas restrições impostas pelos fariseus e os escribas sobre a lei de Deus, e deduzindo seu significado original e completo.

Algumas pessoas tentam distinguir entre as ofensas e os castigos no versículo 22, e até sugerem que há uma gradação, tendo “o fogo do inferno” por clímax. Todavia, os comentaristas não aprovam essa interpretação; pelo contrário, parece que Jesus está repetindo essencialmente a mesma ideia para comunicar a sua opinião, ou seja, a lei de Deus não proíbe apenas o assassinato físico e real, mas também a ira, o desdém e os insultos ilegítimos e pessoais. Eu digo que o ensino tal como exposto só vale contra insultos e ira pessoais e ilegítimos, porque as Escrituras ensinam que certos insultos e ira são corretos e justificados.

Dentro do contexto do versículo, o ensino refere-se a “qualquer que se irar contra seu irmão”, mas existe uma ira correta. Por exemplo, em Marcos 3, Jesus pergunta ao povo: “O que é permitido fazer no sábado: o bem ou o mal, salvar a vida ou matar?” (v. 4). Mas as pessoas permaneceram em silêncio, de forma que pudessem ver se Jesus violaria, não a lei de Deus, mas suas tradições sobre o sábado. Dessa maneira, Jesus olha à sua volta “irado”, por causa do “coração endurecido deles” (v. 5). Jesus está irado, mas é por causa da teimosia espiritual do povo.

Então, o versículo diz: “E qualquer que disser: ‘Louco!’, corre o risco de ir para o fogo do inferno”, mas as Escrituras ensinam que há ocasiões nas quais deveríamos de fato chamar alguém de louco. Por exemplo, em Mateus 23.17, Jesus chama os fariseus e escribas de “cegos loucos” (NIV), [68] porque eles ensinam e praticam tradições que minam a lei de Deus. Em Lucas 24.25, Jesus chama seus discípulos de “loucos” (NIV), pois eles eram “tardos de coração para crer” (ARA). Em 1 Coríntios 15.36, Paulo chama os coríntios de “loucos” (NIV), por causa dos seus conceitos errados sobre a ressurreição. Em Gálatas 3.1, Paulo chama os gálatas de “loucos” (NIV), pois eles foram enfeitiçados pela falsa doutrina. Em Tiago 2.20 (NIV), Tiago chama alguém de “louco”, pois distorce o ensino sobre a salvação pela fé. E o Salmo 14.1 e 53.1 diz: “Diz o louco em seu coração: ‘Deus não existe’” (NVI).

Por esses versículos, podemos prontamente ver que é apropriado denominar a alguém louco quando estamos chamando atenção para suas crenças e ações antibíblicas e o motivo não é ofensa pessoal. Se você é um não cristão, você é deveras estúpido; se você é um herege, você é deveras um palerma. Se o seu comportamento viola a ética bíblica, você é de fato um idiota; se suas crenças violam os ensinamentos bíblicos, você é deveras um louco. Portanto, é inteiramente legítimo da parte de Matthew Henry escrever: “O ateísmo é uma loucura, e os ateus são os maiores loucos na natureza”. [69]

Devemos nos guardar contra o emprego da ressalva acima para suavizar ou distorcer o que Jesus ensina aqui, senão estaremos cometendo o mesmo erro que ele está corrigindo. É verdade que existe algo como ira justa e insulto apropriado, mas, na maioria das vezes estamos irados por causa de ofensas pessoais, e dessa ira injusta procede o tipo de insulto contra o qual Jesus nos adverte nessa passagem. Tiago escreve: “Meus amados irmãos, tenham isto em mente: Sejam todos prontos para ouvir, tardios para falar e tardios para irar-se, pois a ira do homem não produz a justiça de Deus” (Tiago 1.19-20).

O castigo por quebrar o sexto mandamento – isto é, tudo o que ele inclui e implica – é severíssimo. Qualquer um que violar esse mandamento está “sujeito a julgamento” e “corre o risco de ir para o fogo do inferno”. Assim como aquele que cometeu assassinato real, a pessoa que meramente abriga as coisas que levam ao assassinato, mesmo que não cometa o ato final de matar, está sujeito ao castigo final.

“O fogo do inferno” é literalmente “o inferno de fogo” ou “o Geena de fogo”. Geena refere-se

ao Vale de Hinon, localizado ao sul de Jerusalém. Outrora o lugar era usado para queimar crianças como sacrifícios ao falso deus Moleque (ou Moloque; 2 Reis 23.10). O Rei Josias acabou com os sacrifícios e fez do lugar um local de despejo de lixo e cadáveres de criminosos.[\[70\]](#) Por volta do século I, os judeus ainda estavam depositando o lixo ali. Eles mantinham o fogo queimando para destruir o lixo e os vermes que o infestavam.[\[71\]](#) Jesus usa Geena para simbolizar o lugar final para onde Deus enviará os não cristãos. A implicação, sem dúvida, é que os não cristãos são lixo, e que Deus os enviará para um lugar de tormento sem fim, onde “o seu verme não morre, e o fogo não se apaga” (Marcos 9.48).

Essa passagem é e deveria ser perturbadora para muita gente, pois parece que Jesus efetivamente condenou toda a humanidade ao inferno por uma exposição e aplicação tão estritas (mas corretas!) do sexto mandamento. Se essa é a sua impressão, então você está certo, e somente por meio de Cristo você pode escapar do fogo do inferno.

Vários anos antes da minha conversão, quando era ainda uma criança, importunei minha mãe para comprar uma Bíblia para mim. Quando cheguei a essa passagem, o medo tomou conta do meu coração, pois naquela idade já tinha cometido pecados de ira e insultos ilegítimos – muitas, muitas, muitas vezes.

Quando criança, entendi o que Jesus quis dizer, e percebi que estava condenado. Mas muitos pastores hoje percorrem todo o Sermão do Monte e falham em proclamar as demandas estritas da lei de Deus, o castigo terrível por sua violação, bem como a condenação inescapável daqueles que malogram em confiar em Cristo para salvação. Talvez sua compreensão de leitura e habilidades exegéticas não possam se igualar sequer a um menino lendo as Escrituras pela primeira vez no segundo idioma dele.

Comecei meu ministério aos dezesseis anos de idade ensinando uma classe bíblica de adultos. Uma semana tive a oportunidade de falar a uma mulher depois da reunião. Posto que nunca havia falado com ela antes, tentei avaliar sua condição espiritual fazendo várias perguntas relevantes. Foi então que ela me disse que nunca tinha pecado em toda a sua vida – nem sequer uma vez.

Essa mulher tinha pelo menos quarenta anos de idade, de modo que tenho certeza de que ela possuía um conceito muito distorcido de pecado se imaginava que nunca tinha pecado uma vez sequer esse tempo todo. Não posso rememorar tudo que disse a ela, mas lembro-me que, além de mencionar 1 João 1.8, li também para ela a passagem que estamos ora abordando: “Eu lhes digo que qualquer que se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento... E qualquer que disser: ‘Louco!’, corre o risco de ir para o fogo do inferno” (v. 22). Eu perguntei: “Você pode dizer que nunca ficou irada com alguém ou insultou alguém em sua vida? Nem mesmo uma vez? Nem mesmo um pensamento de ira ou ódio?”.

Ela não pôde responder. Mesmo tão espiritualmente estúpida como era naquele tempo, ela percebeu que tinha violado o sexto mandamento muitas vezes. Antes de nossa conversa, ela tinha definido pecado para que esse incluísse apenas aquelas coisas que pensava nunca ter cometido. Mas o ensino claro de Cristo expôs o seu erro e autoengano.

Talvez você ache que não é um pecador, ou ainda pense que nunca pecou em toda a sua vida. À semelhança dessa mulher, você provavelmente defina pecado de uma maneira tal que inclua somente aquelas coisas que você *julgue* que jamais cometeu. Porém, você não pode impedir o julgamento de Deus simplesmente redefinindo pecado ou distorcendo os mandamentos; ele o julgará

sob os termos dele, não sob os de você.

Nos versículos 21-22, Jesus ensina que o mandamento proibindo o assassinato não proíbe apenas o ato visível e físico de assassinato, mas tudo o que leva a ele também, incluindo pensamentos irados e palavras cheias de ódio. Contudo, há mais coisas no sexto mandamento. Nos versículos 23-26, Jesus ensina que o mandamento não somente proíbe pensamentos e palavras destrutivas, mas exige igualmente que uma pessoa busque de forma ativa a reconciliação.

Os teólogos estão corretos quando dizem que todo mandamento “negativo” de Deus não apenas proíbe os pensamentos e ações negativas que especifica, mas também implica um dever positivo de levar a cabo os pensamentos e atos justos correspondentes. Por exemplo, o mandamento proibindo o adultério não somente proíbe a promiscuidade e infidelidade, mas implica ainda um dever positivo de se manter a pureza própria e amar o cônjuge. Similarmente, o mandamento proibindo adoração de ídolos também implica o dever positivo de amar e adorar corretamente ao verdadeiro Deus. Desta sorte, um ladrão deixa de ser um ladrão não apenas quando para de roubar, mas quando começa a dar (Efésios 4.28).

Repetindo, isso não é um uso novo dos mandamentos, mas é de todo consistente com o ensino de Moisés, que ensinou há muito tempo: “Não se levantem contra a vida do seu próximo” (Levítico 19.16), e como uma jurisprudência, ensinou: “Quando você construir uma casa nova, faça um parapeito em torno do terraço, para que não traga sobre a sua casa a culpa pelo derramamento de sangue inocente, caso alguém caia do terraço” (Deuteronômio 22.8). Isto é, devemos tomar medidas práticas para garantir a segurança das pessoas.

Jesus oferece dois cenários para ilustrar a necessidade (v. 23-24) e a urgência (v. 25-26) de reconciliação.

No primeiro, Jesus diz: “Portanto, se você estiver apresentando sua oferta diante do altar e ali se lembrar de que seu irmão tem algo contra você, deixe sua oferta ali, diante do altar, e vá primeiro reconciliar-se com seu irmão; depois volte e apresente sua oferta”.

Se Deus nos ordena realizar certa cerimônia ou ritual religioso, então naturalmente é correto fazê-lo. Porém, muitas vezes nos é mais fácil realizar os movimentos exteriores de uma cerimônia religiosa do que praticar as virtudes interiores que ele igualmente ordena, tais como honestidade, humildade, pureza e amor.

Aqui uma pessoa irá oferecer uma oferta no altar a Deus. Trata-se de uma solene ocasião, e exteriormente falando, é algo recomendável para se fazer. Mas Jesus diz que, se tal pessoa lembrar que seu “irmão” tem algo contra ela, esta deveria parar o que está fazendo e primeiro buscar reconciliação com seu irmão, e depois voltar e apresentar sua oferta.

Enquanto no começo Jesus aplica o sexto mandamento às nossas próprias atitudes e ações odiosas contra outros, agora ele ensina que temos um dever de buscar reconciliação quando outros têm algo contra nós. Em outras palavras, não devemos apenas dominar nossos pensamentos e ações, mas devemos reparar nossos relacionamentos prejudicados.

Jesus não diz que devemos buscar reconciliação apenas quando estamos errados, mas que devemos ir até a pessoa que tem “algo contra nós”. Sem dúvida, só porque alguém tem algo contra você não significa necessariamente que você tenha feito algo errado, e as Escrituras ensinam procedimentos definidos pelos quais você deve discutir e resolver os problemas em seus relacionamentos pessoais.

Se seu irmão culpa falsamente você por algo, então, assim que você gentilmente lhe explica a verdade, ele deveria parar de ficar irado com você ou até mesmo lhe pedir perdão. Porém, caso ele continue a ficar irado com você de modo irracional e antibíblico, mesmo após sua explicação e persuasão gentil, então você é inocente de todo malfeito; antes, esse irmão que o acusa falsamente por algo é que está em erro. Claro, se ele o acusa corretamente por algo, então você deve ir até ele e pedir-lhe o perdão, e quando fizer isso, as Escrituras ordenam àquele que o perdoe (Lucas 17.4).

Em outras palavras, quer a queixa do irmão seja legítima ou não, você deve ir a ele e com sinceridade buscar a reconciliação; entretanto, você não pode controlar o resultado. As Escrituras também ordenam ao irmão que tenha algo contra você que vá até você e procure reconciliação (Mateus 18.15), mas você deve ir até ele, quer ele venha a você ou não. Inquestionavelmente, a situação ideal é cada um de vocês decidir buscar a reconciliação, e encontrar um ao outro no caminho.

No segundo cenário, em vez de falar sobre “seu irmão”, Jesus refere-se a “seu adversário”. Aqui há alguém levando você até o tribunal devido a disputa evidente. Mais uma vez, sua queixa pode ser legítima ou não, porém, é sábio resolver as questões fora do tribunal, visto que você pode perder o seu caso e entrar em maiores problemas. Algumas vezes as pessoas se tornam tão beligerantes que preferem passar por todas as inconveniências dos tribunais para vindicar a si próprias. Mas, sendo possível, é melhor buscar a reconciliação, mesmo com o seu adversário.

Os fariseus e os escribas usam o mandamento, não de acordo com o seu verdadeiro intento, mas como uma licença para pensar e fazer todas as coisas que não cheguem a ser um assassinato real. Todavia, há outras formas de distorcer o sexto mandamento.

Por exemplo, muitos se valem desse mandamento para afirmar que Deus proíbe a pena de morte. Mas, como os fariseus, tais pessoas tratavam a lei dele erroneamente por causa de um erro básico similar, a saber, o erro de, em vez de utilizar as Escrituras todas para definir os termos usados nos mandamentos divinos, elas empregavam suas próprias definições extrabíblicas.

É verdade que o sexto mandamento em si não exclui explicitamente a pena de morte como assassinato. No entanto, esse não pode ser um argumento para o entendimento de que o mandamento a proíbe, pela razão de que ele não menciona outras coisas também. Por exemplo, o sexto mandamento em si mesmo não diz que ele se limita à vida humana, de sorte que alguns o têm aplicado até à vida animal, dizendo que é assassinato matar um bicho para ser usado como alimento. Não obstante, se esse é um uso correto do mandamento, devemos também dizer que o mandamento aplica-se a insetos, plantas e mesmo germes. Contudo, essas mesmas pessoas não hesitam em comer saladas, e só por estarem vivas já estão matando germes.

Para aqueles que se opõem à pena capital, o assassinato significa tirar a vida humana, só que ignoram todas as outras passagens bíblicas que ordenam o emprego daquela para determinados criminosos. Mas, se eles ignoram outras partes das Escrituras, então não têm nenhum direito de apelar a qualquer parte delas, dado que suas afirmações na realidade se baseiam somente em sua própria opinião e preferência. De qualquer forma, a pena de morte não é assassinato, pois Deus diz: “Quem derramar sangue do homem, pelo homem seu sangue será derramado; porque à imagem de Deus foi o homem criado” (Gênesis 9.6). E Paulo escreve que o governo “não porta a espada sem motivo”, mas que ele é “agente da justiça para punir quem pratica o mal” (Romanos 13.4).

Há ainda outras interpretações equivocadas. Alguns têm interpretado erroneamente o sexto

mandamento, como se o sentido dele fosse o de que não se pode matar outra pessoa nem em autodefesa. Por exemplo, eles dizem que seria assassinato matar um intruso que arrombasse a sua casa. Todavia, a lei de Deus diz: “Se o ladrão que for pego arrombando for ferido e morrer, quem o feriu não será culpado de homicídio” (Êxodo 22.2) – o defensor não é culpado de violar o sexto mandamento. Se matar alguém em autodefesa não é assassinato, então isso significa que nem sempre provocar a morte de uma vida humana é assassinato.

Assim como não devemos permitir que tradições humanas afrouxem os mandamentos de Deus, também não deveríamos distorcer os mandamentos para que proíbam coisas que as Escrituras não definem como pecaminosas. O assassinato não pode significar justamente aquilo que você quer que ele signifique. Embora possamos legitimamente considerar os Dez Mandamentos como o fundamento da ética bíblica, não podemos, pois, ignorar outras partes da Escritura que definem e explicam esses mesmos mandamentos, ou esquecer que a Bíblia é uma revelação de Deus completa e integrada. Logo, para saber o que significa assassinato, devemos levar em consideração o que as Escrituras todas dizem sobre o assunto. Isso também pressupõe que uma compreensão de teologia sistemática é o pré-requisito necessário para se entender a ética bíblica.

Vocês ouviram o que foi dito: “Não adulterarás”. Mas eu lhes digo: Qualquer que olhar para uma mulher para desejá-la, já cometeu adultério com ela no seu coração. Se o seu olho direito o fizer pecar, arranque-o e lance-o fora. É melhor perder uma parte do seu corpo do que ser todo ele lançado no inferno. E se a sua mão direita o fizer pecar, corte-a e lance-a fora. É melhor perder uma parte do seu corpo do que ir todo ele para o inferno.

Jesus parte para falar sobre o sétimo mandamento, o qual proíbe o adultério. O que temos visto sobre os modos pelos quais os mandamentos de Deus têm sido distorcidos e redefinidos também se aplica aqui. Jesus não está contradizendo ou aumentando o sétimo mandamento, mas está contradizendo as falsas interpretações desse mandamento que têm sido adotadas pelas pessoas. Os fariseus e os escribas distorciam os mandamentos de Deus ao redefinir os termos e restringir suas aplicações, de maneira a torná-los mais fáceis de serem obedecidos. Entretanto, isso somente significa que eles estão quebrando os mandamentos sem o admitir. Apesar de flagrantemente subverterem os mandamentos e ensinarem outros a fazer o mesmo, eles insistiam em pensar que os estavam seguindo muito bem.

Nossas mentes pecaminosas tendem a distorcer a lei de Deus, restringindo sua aplicação de tal modo que diminua a probabilidade de ficarem sob a condenação daquela. Assim, distorcemos o sexto mandamento e alegamos que ele proíbe apenas o ato final de assassinato, e aí nos proclamamos livres de todos os pecados de vingança. De igual forma, distorcemos o sétimo mandamento e alegamos que ele proíbe somente o ato final de adultério, e então nos proclamamos livres de todos os pecados de lascívia. Isso parece ser uma forma conveniente e indolor de se obter “justiça”; no entanto, essa justiça é uma ilusão proveniente de uma distorção e redefinição da lei de Deus, não de uma genuína justiça oriunda de um coração puro e transformado que persegue a obediência de verdade. Deus não aceita justificação por redefinição, e aqueles que tentam trapacear suas demandas reais terminarão no fogo do inferno.

O sétimo mandamento diz: “Não adulterarás” (Êxodo 20.14). Isso significa que qualquer coisa que não chegue a ser uma relação sexual é aceitável? Os judeus não tinham escusa para restringir esse mandamento somente ao ato claro, físico e final de adultério, porquanto o décimo mandamento mesmo deixa claro que a lei de Deus governa tanto sobre o corpo como sobre a mente, dizendo: “Não *cobiçarás* a mulher do teu próximo” (v. 17). Isto é, não somente não devemos *tomar*, mas nem mesmo devemos *cobiçar*. Mesmo sem examinar as passagens bíblicas fora dos Dez Mandamentos, já percebemos que Deus reivindica autoridade sobre todos os aspectos das nossas vidas, e que ele não deixa nada à nossa própria escolha. Ele não reivindica o direito de governar apenas sobre as nossas ações físicas, mas também sobre os nossos próprios pensamentos, desejos e motivos.

Como se dá com os outros mandamentos, o povo é muito criativo quando se trata de encontrar maneiras de distorcer e violar o sétimo mandamento. Declarações tais como “siga o seu coração” e “faça o que lhe fizer feliz” amiúde são justificações suficientes para eles cometerem adultério, ou suficientes para eles pensarem que o que fazem não é adúltero nem pecaminoso de jeito nenhum. Algumas pessoas, incluindo cristãos professos, da boca para fora são fieis ao sétimo mandamento, mas, ao mesmo tempo insistem que, se duas pessoas não chegam ao ponto de ter uma relação sexual real, então seja o que for elas façam, não cometem adultério.

Não são poucos os que perguntam se o sétimo mandamento, que proíbe o adultério, permite a fornicação. Elas sabem chamar algo de fornicação, mas ainda querem saber se podem praticá-lo. É de se admirar que essa gente se incomode, já que, com semelhante atitude para com os mandamentos dificilmente poderá escapar do fogo do inferno.

Como Paulo escreve: “Vocês não sabem que os perversos não herdarão o reino de Deus? *Não se deixem enganar*: nem fornicadores... nem adúlteros... nem homossexuais... herdarão o reino de Deus” (1 Coríntios 6.9-10, NASB). Paulo percebe que é possível ser iludido, de forma que uma pessoa pode achar que até mesmo fornicadores, adúlteros e homossexuais não arrependidos podem ser salvos. Ele se antecipa e mostra que os tais serão condenados ao inferno.

Quando se trata de conhecer o que eles podem fazer para escapar, e quão longe podem ir sem violar a lei de Deus, eles subitamente adotam muita cautela e precisão, tentando descobrir toda possível brecha e requerendo argumentos incontestáveis do pregador para cada uma proibição. Porém, quando se fala nas exigências positivas da lei de Deus, e ainda nos pormenores das doutrinas bíblicas, eles bocejam e lastimam, queixando-se de que essas coisas devem ser deixadas para os teólogos.

Nos versículos 29 e 30, Jesus sugere o que parece ser uma solução surpreendente e até mesmo extrema: “Se o seu olho direito o fizer pecar, arranque-o e lance-o fora. É melhor perder uma parte do seu corpo do que ser todo ele lançado no inferno. E se a sua mão direita o fizer pecar, corte-a e lance-a fora. É melhor perder uma parte do seu corpo do que ir todo ele para o inferno”.

Seja o que for que deduzamos desses versículos, devemos primeiramente observar que o que Jesus diz aqui é literalmente verdadeiro – com efeito, é muito melhor ficar aleijado do que ser condenado ao inferno. Tais versículos nos lembram que frequentemente não levamos o pecado a sério o bastante, mas para Deus isso é coisa muito séria.

Não obstante, Jesus não está ordenando a automutilação como a solução para os pecados sexuais. De fato, o ponto principal do versículo 28 é que é possível cometer adultério em nossas mentes e, mesmo que arranquemos ambos os nossos olhos e cortemos as nossas mãos, a mente pecaminosa permanece tão ativa como sempre.

Ao invés de exigir a automutilação, Jesus está usando uma notável imagem para transmitir o que outros escritores do Novo Testamento chamam de “mortificação” do pecado, isto é, fazer nosso pecado morrer. Por exemplo, Paulo escreve: “Pois se vocês viverem de acordo com a carne, morrerão; mas, se pelo Espírito fizerem morrer os atos do corpo, viverão” (Romanos 8.13). Mas mortificação, ou fazer nosso pecado morrer, não está limitado ao corpo, visto que em outro lugar Paulo escreve: “Assim, façam morrer tudo o que pertence à natureza terrena de vocês: imoralidade sexual, impureza, paixão, desejos maus e a ganância, que é idolatria” (Colossenses 3.5).

Por conseguinte, a mortificação do pecado envolve “fazer morrer”, pelo poder do Espírito de Deus, o pecado que permanece em nós. A linguagem de Cristo em Mateus 5 sugere que isso algumas vezes envolve medidas práticas drásticas pelas quais tentamos arrancar algo que “nos faz pecar”. Dependendo de suas situações ou vulnerabilidades particulares, isso pode incluir interromper certos hábitos, *hobbys*, atividades e até mesmo relacionamentos.

Por exemplo, você pode gostar de nadar como *hobby* ou esporte, porém, se ir à piscina ou à praia cria ocasiões nas quais você persistentemente nutre pensamentos lascivos sobre os homens e mulheres escassamente vestidos ali, então provavelmente é melhor parar de ir e, se necessário,

desistir inteiramente de nadar.

Você pode dizer: “Ora, isso é legalismo!” Não, seria legalista se eu dissesse que o sétimo mandamento, em si e por si, proíbe que você vá à piscina ou à praia, ou que o proíbe de nadar, a despeito de suas disposições e vulnerabilidades particulares. Isto é, seria legalista adicionar tradições humanas ao mandamento para supostamente o ajudar a obedecê-lo, e aí elevar essas tradições ao nível do próprio mandamento. Mas Jesus diz: “*Se o seu olho direito o fizer pecar, arranque-o e lance-o fora*”. Ele não diz para você fazer isso aconteça o que acontecer, mas está nos dizendo que devemos tomar quaisquer medidas práticas necessárias para obedecer aos mandamentos de Deus. *Se* isso significa que você deve parar de ir à praia, ou que deve jogar sua televisão fora, então você deve fazê-lo.

Jesus diz: “Pois do coração saem os maus pensamentos, os homicídios, os adultérios, as fornicções... São essas coisas que contaminam o homem” (Mateus 15.19-20, NASB). O pensamento moderno sugere: “Não é errado se você somente pensar nisso, mas não o praticar”. Mas Jesus diz que é de fato errado você abrigar pensamentos lascivos. Então vem a resposta: “Ó, então se você pensa nisso, você poderia muito bem fazê-lo”. Contudo, isso também não está certo; antes, como Deus diz para Caim com respeito ao pensamento de ódio: “Você deve dominá-lo” (Gênesis 4.7). Quando pensamentos pecaminosos surgem em sua mente, não os acalente, e não fique de braços cruzados, assistindo eles se desenvolverem; pelo contrário, você tem que imediata e decisivamente destruí-los. Se isso requerer a adoção de certas medidas drásticas e mesmo dolorosas, ou de alto custo, então o faça, por causa da obediência e por causa da sua alma.

Foi dito: “Aquele que se divorciar de sua mulher deverá dar-lhe certidão de divórcio”. Mas eu lhes digo que todo aquele que se divorciar de sua mulher, exceto por imoralidade sexual, faz que ela se torne adúltera, e quem se casar com a mulher divorciada estará cometendo adultério.

Dado que Jesus prossegue para a discussão do divórcio, pode parecer que ele está passando para o próximo assunto ou exemplo em seu sermão; no entanto, várias indicações sugerem que os versículos 31 e 32 são apenas uma continuação e extensão do que Jesus começou nos versículos anteriores.

Primeiro, o início do versículo 31 efetivamente contém o conectivo grego *de*, que pode ser traduzido como “também”, “e” ou “além do mais”. Com frequência não é expressado no inglês, de sorte que está ausente na KJV e NIV, mas aparece na NASB, de forma que lemos: “*E foi tido: ‘Aquele que repudiar sua mulher, dê-lhe carta de divórcio’*”.^[72] Em segundo lugar, ao passo que todas as outras cinco seções ou exemplos começam com “Vocês ouviram o que foi dito” (v. 21, 27, 33, 38, 43), o versículo 31 começa com as palavras “Foi dito”. Assim, parece que Jesus aqui faz uma nova citação sem dar início a um assunto inteiramente novo. Em terceiro lugar, embora o assunto pareça ser sobre divórcio, o pecado relevante em questão ainda é o “adultério” (v. 32), que é o assunto da passagem anterior (v. 27-30.). Quarto, depois dessa passagem sobre divórcio, Jesus começa o próximo exemplo dizendo, “outrossim” (v. 33, ARC), que provavelmente sinaliza à audiência que ele estava começando um novo assunto. Portanto, parece certo que o versículo 31 não começa um assunto inteiramente novo, mas continua o que Jesus tinha acabado de dizer sobre adultério (v. 27-30).

Ora, foi dito, “aquele que se divorciar de sua mulher deverá dar-lhe certidão de divórcio” (v. 31). Isso alude à maneira com que os judeus entendiam Deuteronômio 24.1-4, onde lemos:

Se um homem casar-se com uma mulher e depois não a quiser mais por encontrar nela algo que ele reprova, dará certidão de divórcio à mulher e a mandará embora. Se, depois de sair da casa, ela se tornar mulher de outro homem, e este não gostar mais dela, lhe dará certidão de divórcio, e a mandará embora. Ou se o segundo marido morrer, o primeiro, que se divorciou dela, não poderá casar-se com ela de novo, visto que ela foi contaminada. Seria detestável para o SENHOR. Não tragam pecado sobre a terra que o SENHOR, o seu Deus, lhes dá por herança.

Em Mateus 5.31, Jesus não está citando diretamente o Antigo Testamento, mas está se referindo ao entendimento e inferência dos judeus quanto a essa passagem.

Primeiro, devemos observar que *mesmo que* a passagem realmente diga: “aquele que se divorciar de sua mulher deverá dar-lhe certidão de divórcio”, isso não implica que Deus aprove o divórcio, ou que ele o considere como não sendo algo sério.

Para ilustrar, em algumas cidades é exigido que criminosos sexuais condenados registrem e atualizem suas informações pessoais na polícia local – isto é, “se você é um criminoso sexual, então você deve se registrar”. Entretanto, isso não implica que o governo aprove os criminosos sexuais

contanto que eles se registrem na polícia. Na verdade, o intuito dessa exigência é proteger as vítimas potenciais de crimes de sexo.

Semelhantemente, *mesmo que* a lei de Deus diga: “aquele que se divorciar de sua mulher deverá dar-lhe certidão de divórcio”, isso não implica que o divórcio seja moralmente bom ou uma coisa neutra. Antes, é mais provável que o costume foi estabelecido para benefício da “vítima” de divórcio, a qual, naqueles dias, quase certamente seria a mulher.

Em todo caso, Moisés não ordena aqui que o homem escreva uma certidão de divórcio, mas ele meramente presume a prática, mencionando-a de passagem para o objetivo de seu argumento. O tema principal desse trecho não fica imediatamente óbvio devido aos seus inúmeros detalhes e ressalvas, porém, se removermos a maioria das cláusulas por ora, percebemos que ela deve ser lida assim: “Se um homem... mandar [sua esposa] embora... e... ela se tornar mulher de outro homem... [ele] não poderá casar-se com ela de novo”. Isto, e não a certidão, é o ponto principal do que Moisés está dizendo. Parafraseando: “Se você se divorciar de sua esposa, e se ela casar-se com outro homem, então você não deve casar-se com ela de novo”. Não é permitido que um homem case novamente com sua ex-esposa após ela ter se casado com um segundo homem, mesmo que o segundo homem morra ou se divorcie dela.

Entre outras razões, esse estatuto tinha talvez a intenção de impedir o divórcio apressado, ou evitar a troca “legal” de esposa. Ou seja, se a lei permitisse que os homens se casassem, divorciassem e casassem novamente quando e com quem quisessem, então eles poderiam praticar a troca de esposas, e tecnicamente permaneceriam inocentes de adultério, uma vez que cada um se casaria com a mulher com quem estava durante o tempo em que ela era sua. Tal estatuto impede essa e outras práticas que Deus considera “detestáveis”. Porém, ao invés de reconhecer e obedecer ao sentido óbvio desse mandamento, os judeus o tinham tornado uma lei sobre dar certidão de divórcio.

Em Mateus 19, os fariseus vieram para testar Jesus e perguntaram: “É permitido ao homem divorciar-se de sua mulher por qualquer motivo?” (v. 3). Quando Jesus, realmente, responde na negativa (v. 4-6), eles então perguntam: “Então, por que Moisés mandou dar uma certidão de divórcio à mulher e mandá-la embora?”. Em outras palavras, os fariseus deveras interpretavam Deuteronômio 24.1-4 como lhes concedendo a permissão para se divorciarem “por qualquer motivo”, desde que dessem uma certidão de divórcio. Todavia, o propósito de Deuteronômio 24.1-4 é decretar uma *proibição* com relação ao novo casamento, e não uma *permissão* com relação ao divórcio.

Contra o desrespeito deles para com a lei de Deus, a qual distorciam, Jesus declara: “Mas eu lhes digo que todo aquele que se divorciar de sua mulher, exceto por imoralidade sexual, faz que ela se torne adúltera, e quem se casar com a mulher divorciada estará cometendo adultério” (Mateus 5.32).

Visto que o que chamamos de cláusula de exceção (“exceto por imoralidade sexual”)[73] é exatamente isso – isto é, ela declara uma *exceção* – pode ser proveitoso ler primeiramente o versículo sem ela, de modo que possamos enfocar o ponto principal, retornando a ela em seguida. Sem a cláusula de exceção, lemos o versículo da seguinte forma: “Mas eu lhes digo que todo aquele que se divorciar de sua mulher... faz que ela se torne adúltera, e quem se casar com a mulher divorciada estará cometendo adultério”.

A declaração é obviamente uma mui ampla desaprovação ao divórcio, e adverte acerca das

consequências desastrosas dele. Malgrado o versículo já ser muito claro, olharmos também para o que Cristo diz sobre o assunto em outros lugares nos ajudará a obter uma plena descrição do seu ensino sobre o divórcio.

Primeiro, há os versículos nos quais Cristo nos dá uma positiva declaração a respeito do casamento, o que igualmente nos ajudará a compreender e aplicar o ensino dele sobre o divórcio:

Ele respondeu: “Vocês não leram que, no princípio, o Criador ‘os fez homem e mulher’ e disse: ‘Por essa razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e os dois se tornarão uma só carne’? Assim, eles já não são dois, mas sim uma só carne. Portanto, o que Deus uniu ninguém separe... Moisés permitiu que vocês se divorciassem de suas mulheres por causa da dureza de coração de vocês. Mas não foi assim desde o princípio” (Mateus 19.4-6, 8)

O casamento não é uma invenção humana, mas é uma ordenança da criação iniciada pelo próprio Deus. Posto que é esse quem une o homem e a mulher num casamento, somente Deus pode devidamente dissolvê-lo, e ele só o faz por meio da morte de pelo menos um dos dois. Isso é um ensino comprovado, de maneira que Paulo o usa como exemplo quando deseja provar seu ponto de vista sobre outra coisa:

Por exemplo, pela lei a mulher casada está ligada a seu marido enquanto ele estiver vivo; mas, se o marido morrer, ela estará livre da lei do casamento. Por isso, se ela se casar com outro homem enquanto seu marido ainda estiver vivo, será considerada adúltera. Mas se o marido morrer, ela estará livre daquela lei, e mesmo que venha a se casar com outro homem, não será adúltera (Romanos 7.2-3).

Um casamento somente é dissolvido da forma direita quando pelo menos um dos dois morre. Paulo não diz que a mulher comete adultério se se casar com outro homem sem primeiramente conseguir o divórcio, mas diz que ela comete adultério se se casar com outro homem enquanto o seu marido original ainda “estiver vivo”. Em outro lugar Paulo declara: “A mulher está ligada a seu marido enquanto ele viver. Mas, se o seu marido morrer, ela estará livre para se casar com quem quiser, contanto que ele pertença ao Senhor” (1 Coríntios 7.39) – não apenas enquanto ela não obtiver o divórcio.

Assim, parece que até mesmo um divórcio não dissolve um casamento, mas apenas a morte. Em outras palavras, se você estiver casado agora, mesmo que se divorcie perante um tribunal humano, você ainda não terá a permissão para casar-se novamente; se o fizer, então cometerá adultério, e Deus considerará você como sendo responsável por isso.

Agora nos voltaremos às passagens paralelas nas quais Jesus descreve o que acontece quando as pessoas se divorciam de seus cônjuges. Novamente, por ora removeremos a cláusula de exceção em cada versículo onde ela aparece:

Mas eu lhes digo que todo aquele que se divorciar de sua mulher... faz que ela se torne adúltera, e quem se casar com a mulher divorciada estará cometendo

adultério (Mateus 5.32).

Eu lhes digo que todo aquele que se divorciar de sua mulher... e se casar com outra mulher, estará cometendo adultério (Mateus 19.9).

Todo aquele que se divorciar de sua mulher e se casar com outra mulher, estará cometendo adultério contra ela. E se ela se divorciar de seu marido e se casar com outro homem, estará cometendo adultério (Marcos 10.11-12).

Quem se divorciar de sua mulher e se casar com outra mulher estará cometendo adultério, e o homem que se casar com uma mulher divorciada estará cometendo adultério (Lucas 16.18).

Assim, quando um divórcio ocorre, as seguintes pessoas terminarão cometendo adultério:

1. O homem que se divorcia, e então se casa novamente.
2. A mulher que se divorcia, e então se casa novamente.
3. O homem que se casa com a mulher divorciada.
4. A mulher que se casa com o homem divorciado.[\[74\]](#)

Nós podemos sumarizar o ensino de Cristo deste modo: “É Deus quem une um homem e uma mulher no casamento, de sorte que somente ele pode e deve dissolvê-lo pela morte de pelo menos um dos dois; portanto, *não se divorciem de maneira alguma*”.

Podemos ver que tal entendimento do ensino de Cristo está correto ao observarmos como Paulo o reafirma aos coríntios: “Aos casados dou este mandamento, não eu, mas o Senhor: Que a esposa não se separe do seu marido. Mas, se o fizer, que permaneça sem se casar ou, então, reconcilie-se com o seu marido. E o marido não se divorcie da sua mulher” (1 Coríntios 7.10-11). Apesar de estar dando esse mandamento aos coríntios, ele diz: “não eu, mas o Senhor”, pois que está meramente declarando outra vez o que Jesus disse, como registrado nos Evangelhos.

O que Paulo diz aqui é idêntico ao que Jesus ensina, e pode ser resumido da seguinte forma:

1. Uma esposa não deve se divorciar de seu marido.
2. Um marido não deve se divorciar de sua esposa.
3. Caso eles se separarem,[\[75\]](#) então devem ficar sem se casar.
4. De outro modo, eles devem se reconciliar um com o outro.

O ensino de Cristo sobre o divórcio é tal que os discípulos lhe dizem: “Se esta é a situação

entre o homem e sua mulher, é melhor não casar” (Mateus 19.10). Sem comentar a resposta de Cristo (v. 11-12), já poderíamos tomar essa forte reação dos discípulos como uma confirmação adicional do nosso entendimento, ou seja, que Cristo realmente pretende insistir em uma visão muito rígida do casamento, divórcio e novo casamento.

De fato, o ensino bíblico sobre casamento, divórcio e novo casamento é tão rígido que, sem se afastar assustado do casamento, não devemos nos precipitar em se casar, julgando que podemos sempre conseguir um divórcio e casar novamente se não der certo. Antes, porquanto Deus diz que ele odeia o divórcio (Malaquias 2.16), devemos adotar a mesma atitude.

Retornaremos agora à cláusula de exceção. Dado que a cláusula de exceção é uma cláusula de *exceção*, ela nem sequer é mencionada nos versículos paralelos em Marcos e Lucas, e tampouco Paulo a menciona quando reafirma o ensino de Cristo sobre o divórcio. Uma exceção é uma *exceção*, de sorte que não se trata de algo que deva acontecer normalmente. Isso é importante, pois muitos homens e mulheres ímpios gostam de se agarrar a qualquer prescrição de exceção para a distorcerem e universalizarem, alargando uma concessão que deve ser estreita.

Somente Mateus inclui a cláusula de exceção; os dois versículos nos quais ela aparece são os seguintes:

Mas eu lhes digo que todo aquele que se divorciar de sua mulher, exceto por infidelidade marital, faz que ela se torne adúltera, e quem se casar com a mulher divorciada estará cometendo adultério (Mateus 5.32, NIV).[\[76\]](#)

Eu lhes digo que todo aquele que se divorciar de sua mulher, exceto por infidelidade marital, e se casar com outra mulher, estará cometendo adultério (Mateus 19.9, NIV).[\[77\]](#)

Cristo ensina que não é permitido a uma pessoa se divorciar por qualquer motivo, mas aqui ele oferece uma exceção, e somente uma exceção mui limitada e específica – a saber, quando há “infidelidade marital”. Mesmo assim, não se ordena a alguém que se divorcie do cônjuge infiel, mas meramente se lhe permite fazê-lo.[\[78\]](#)

Então, ainda que muitos estudiosos bíblicos argumentem que um divórcio causado por infidelidade marital dá ao matrimônio justo término, de sorte que ao menos a parte inocente está livre para se casar novamente, outros têm, pelo contrário, argumentado convincentemente de outra maneira, de modo que até mesmo o inocente deve permanecer sem se casar, ou então se reconciliar com o seu cônjuge (1 Coríntios 7.11).[\[79\]](#)

Os fariseus abordavam os mandamentos de Deus com o intuito de descobrir quão longe eles podiam ir e quanto eles podiam deixar de cumprir sem cometer pecado. Mas, com essa atitude, eles invariavelmente torciam e distorciam a lei de Deus para criar mais condições para os seus pecados. Se uma pessoa está obcecada em descobrir como pode se safar de um casamento, então ela já é culpada de subverter os mandamentos de Deus. Antes, baseado num entendimento sadio de que o matrimônio deve durar por toda a vida, ela deveria ativamente descobrir as formas bíblicas de solidificar, aprimorar e, se necessário, restaurar o seu casamento.

Contudo, assim como Jesus não está limitando seu ensino ético apenas àqueles exemplos que

ele cita no Sermão do Monte, indivíduos rebeldes e corruptos não se limitam a distorcer apenas os mandamentos de Deus sobre o matrimônio. Por exemplo, muitos teólogos contemporâneos gastam seu tempo tentando defender o mínimo indispensável que alguém precisa para se tornar um cristão, ou receber a salvação. Eles perguntam: “Qual é o mínimo indispensável em que alguém deve crer para receber a salvação? Qual a menor coisa que uma pessoa tem que fazer? Quão pecaminoso e corrupto o estilo de alguém pode ser, e ele ainda ser denominado um cristão?”. Alguns deles até mesmo ensinam que você pode receber a Cristo como Salvador, mas não como Senhor, e ainda ser salvo. Porém, esse não é o tipo de ministério que honra a Cristo, que diz: “Portanto, vão e façam discípulos... ensinando-os a *obedecer a tudo* o que eu lhes ordenei” (Mateus 28.19-20).

Hoje em dia, cristãos professos se divorciam uns dos outros por quase todo motivo, e suas igrejas fazem muito pouco para detê-los. Em certas congregações, os membros têm se divorciado e casado novamente com tanta frequência que, efetivamente, eles vêm trocando de esposas uns com os outros e com o mundo. “Cristãos” cometem adultério uns com os outros, divorciam-se de seus cônjuges e depois se casam uns com os outros. Então, depois de algum tempo, eles traem novamente, divorciam-se novamente, e casam-se novamente. Isso é uma abominação!

Contra essa tendência horrível, aqueles dentre nós que verdadeiramente seguem a Cristo devem praticar e ensinar o que ele manda; isto é, o casamento é para a vida inteira, de modo que não deve haver divórcio de maneira alguma.

Vocês também ouviram o que foi dito aos seus antepassados: “Não jure falsamente, mas cumpra os juramentos que você fez diante do Senhor”. Mas eu lhes digo: Não jurem de forma alguma: nem pelos céus, porque é o trono de Deus; nem pela terra, porque é o estrado de seus pés; nem por Jerusalém, porque é a cidade do grande Rei. E não jure pela sua cabeça, pois você não pode tornar branco ou preto nem um fio de cabelo. Seja o seu “sim”, “sim”, e o seu “não”, “não”; o que passar disso vem do Maligno.

A declaração que Jesus cita no versículo 33 não parece ser uma citação exata do Antigo Testamento, mas um resumo do que ele ensina nos seguintes versículos: “Não jurem falsamente pelo meu nome, profanando assim o nome do seu Deus. Eu sou o SENHOR” (Levítico 19.12); “Quando um homem fizer um voto ao SENHOR ou um juramento que o obrigar a algum compromisso, não poderá quebrar a sua palavra, mas terá que cumprir tudo o que disse” (Números 30.2). “Se um de vocês fizer um voto ao SENHOR, o seu Deus, não demore a cumpri-lo, pois o SENHOR, o seu Deus, certamente lhe pedirá contas, e você será culpado de pecado se não o cumprir” (Deuteronômio 23.21).

Embora a declaração no versículo 22 não seja um resumo completo de tudo o que o Antigo Testamento ensina sobre o assunto, até aqui ela parece ser exata. Não obstante, por ora já sabemos que os fariseus e os escribas não seguiam nem ensinavam literalmente a palavra de Deus, mas invariavelmente impunham sobre ela suas próprias definições e tradições.

Os mandamentos exigem que as pessoas cumpram seus votos.[\[80\]](#) Se você disser que algo é verdadeiro, então é melhor que seja, e se você disser que fará algo, então deve fazê-lo. Só que os fariseus e os escribas pensavam que, se a lei dizia: “Não jurem falsamente *pelo meu nome*”, então isso significava que eles podiam jurar falsamente, contanto que não jurassem pelo nome de Deus!

Assim, eles conceberam um elaborado sistema para indicar se um juramento era obrigatório ou não, dependendo da fórmula usada – especificamente, com base em quão próximo o voto estava associado com Deus ou com seu nome. Em outras palavras, eles tinham inventado tradições e regulamentos humanos nunca ensinados pela lei, mas antes impingidos a ela, para se esquivarem de ter que dizer a verdade e manter seus votos.

Jesus repreende os fariseus e os escribas em Mateus 23 sobre a mesma coisa, e ali ele diz:

Ai de vocês, guias cegos!, pois dizem: “Se alguém jurar pelo santuário, isto nada significa; mas se alguém jurar pelo ouro do santuário, está obrigado por seu juramento”. Cegos insensatos! Que é mais importante: o ouro ou o santuário que santifica o ouro? Vocês também dizem: “Se alguém jurar pelo altar, isto nada significa; mas se alguém jurar pela oferta que está sobre ele, está obrigado por seu juramento”. Cegos! Que é mais importante: a oferta, ou o altar que santifica a oferta? Portanto, aquele que jurar pelo altar, jura por ele e por tudo o que está sobre ele. E o que jurar pelo santuário, jura por ele e por aquele que nele habita. E aquele que jurar pelos céus, jura pelo trono

de Deus e por aquele que nele se assenta. (v. 16-22)

Jesus está se referindo a como os fariseus e os escribas faziam sutis distinções entre as formas com que alguém faz um juramento, de forma que, se um juramento fosse feito de certo modo, eles diriam mesmo que “isto nada significa”. Mas, se um juramento é um juramento, pode-se perguntar como há ocasiões em que esse pode não significar nada.

De qualquer maneira, Jesus destaca que, devido a todas as sutis distinções que faziam, o raciocínio teológico deles era, antes de mais, pobre e não fazia nenhum sentido; isto é, mesmo as tradições pelas quais eles subvertiam a lei de Deus não eram inteligentes. Qual os teólogos liberais de hoje, não é que os fariseus fossem muito intelectuais para o próprio bem deles, mas sim que suas mentes eram débeis demais para sequer darem uma desculpa meio decente para sua desobediência.

Contrariamente ao que muitos imaginam, as Escrituras nunca se opõem à precisão extremamente minuciosa quando se trata de entender a lei de Deus *a fim de obedecê-la*. Eles acham que Jesus critica os fariseus por serem tão meticulosos sobre obedecer à lei que deixam de mostrar qualquer misericórdia, mas o oposto mesmo é que é verdadeiro – ele acusa os fariseus de serem excessivamente meticulosos em *desobedecer* à lei. Antes de tudo, é a lei de Deus que nos ordena mostrar misericórdia. Como Miqueias diz: “Ele mostrou a você, ó homem, o que é bom e o que o Senhor exige: *pratique a justiça, ame a fidelidade e ande humildemente* com o seu Deus” (Miqueias 6.8).

Justiça, misericórdia e humildade são todos ensinamentos do Antigo Testamento; aqueles que pensam que essas são características recém-enfatizadas pelo Novo Testamento revelam que não entendem nem o Antigo nem o Novo Testamento. É errado achar, como algumas pessoas acham, que o Antigo Testamento ensina uma moralidade da lei, enquanto o Novo Testamento ensina uma moralidade do coração. A verdade é que Deus sempre ensinou uma moralidade do coração *pela lei*; o problema é que os que seguem as tradições humanas recusam obedecer a Deus.

Alguns dos que tentam se afastar do que falsamente percebem como legalismo alegam enfatizar a misericórdia e não a lei, mas, com certeza, eles não sabem o que é a primeira quando pensam que demonstrar misericórdia é afrouxar os requerimentos da lei. Jesus diz: “Todo aquele que desobedecer [literalmente “relaxar” ou “desatar”] a um desses mandamentos, ainda que *dos menores*, e ensinar os outros a fazerem o mesmo, será chamado menor no Reino dos céus” (Mateus 5.19).

Retornando à nossa passagem, Jesus refere-se a várias formas similares pelas quais os fariseus e os escribas tentavam justificar falsos juramentos, e ele diz que aquelas se baseavam num raciocínio teológico inferior. Assim, eles diziam que, uma vez que a lei ensina que um juramento feito diante de Deus ou em seu nome é compulsório, então, se alguém deseja fazer um juramento que não seja compulsório, deve simplesmente evitar fazer uma referência direta ou próxima a Deus, como, por exemplo, jurar pelo céu, pela terra, por Jerusalém, ou pela cabeça de alguém (v. 34-36).

Jesus responde com o que os fariseus e os escribas já deveriam saber muito bem, que do céu é dito ser ele trono de Deus, e da terra é dito ser ela o estrado dos seus pés (Isaías 66.1), e que de Jerusalém é dito ser ela a cidade do Grande Rei (Salmo 48.2). Quanto à nossa cabeça, mesmo os

nossos cabelos estão sob o controle de Deus e não sob o nosso (Mateus 10.29-30). O fato é que Deus conhece e governa toda parte de sua criação, de modo que é impossível fazer um juramento se não for perante Deus. Logo, no lugar de falsos votos e juramentos hipócritas, Jesus ordena: “Não jurem de forma alguma... Seja o seu ‘sim’, ‘sim’, e o seu ‘não’, ‘não’” (v. 34, 37).

Repetindo, isso não é um novo ensino ético de Jesus; antes, ele está simplesmente extraindo o que o Antigo Testamento claramente ensina, isto é, o que os fariseus e escribas já deveriam saber, mas que, obviamente, recusavam seguir:

Quando você fizer um voto, cumpra-o sem demora, pois os tolos desagradam a Deus; cumpra o seu voto. É melhor não fazer voto do que fazer e não cumprir. Não permita que a sua boca o faça pecar. E não diga ao mensageiro de Deus: “O meu voto foi um engano”. Por que irritar a Deus com o que você diz e deixá-lo destruir o que você realizou? Em meio a tantos sonhos absurdos e conversas inúteis, tenha temor de Deus. (Eclesiastes 5.4-7)

“Eis o que devem fazer: Falem somente a verdade uns com os outros, e julguem retamente em seus tribunais; não planejem no íntimo o mal contra o seu próximo, e não queiram jurar com falsidade. Porque eu odeio todas essas coisas”, declara o SENHOR. (Zacarias 8.16-17)

Uma vez que você tenha feito um voto, é fútil pretextar que um voto não é obrigatório, ou que você cometeu um engano; portanto, é melhor não fazer um voto de forma alguma do que fazer um e depois quebrá-lo. Contudo, isso não significa que você pode mentir desde que não jure dizer a verdade! Pensar dessa maneira é apenas outro jeito de distorcer o ensino bíblico.

Devemos observar a ênfase principal da passagem, de sorte a não aplicarmos mal o que Jesus está dizendo. Ele está denunciando primariamente aqueles que se permitem fazer juramentos vazios redefinindo e distorcendo a lei de Deus. Sua preocupação é que as pessoas digam a verdade e queiram dizer o que dizem (v. 37), de modo que o seu “Sim” signifique “Sim”, e o seu “Não” signifique “Não”. E se tal é a sua prática, então não deveria existir necessidade alguma de você jurar; os outros seriam capazes de confiar no que você diz, mesmo quando não jura explicitamente em nome de Deus ou apela a ele como sua testemunha. Assim, a ênfase dele é mais parecida com “Não jurem”, do que com “Vocês devem recusar jurar” ou “Eu proíbo que vocês jurem”.

Ora, Jesus já havia dito que não veio abolir, mas cumprir a Lei e os Profetas (Mateus 5.17), e ele se opõe àqueles que relaxam até mesmo o menor dos mandamentos (v. 19). Com isso em mente, é impossível entender nossa passagem como sendo uma proibição absoluta contra o juramento em qualquer ocasião e por qualquer razão, tal como quando é requerido por um tribunal secular ou eclesiástico.

E isso devido ao fato de Jesus já ter dito que ele não contradiria nem mesmo o menor dos mandamentos de Deus, e a lei ensina o seguinte:

Temam o SENHOR, o seu Deus, e só a ele prestem culto, e *jurem somente*

pelo seu nome. (Deuteronômio 6.13)

Mas o rei se alegrará em Deus; *todos os que juram pelo nome de Deus o louvarão*, mas as bocas dos mentirosos serão tapadas. (Salmos 63.11)

Voltem-se para mim e sejam salvos, todos vocês, confins da terra; pois eu sou Deus, e não há nenhum outro. Por mim mesmo eu jurei, a minha boca pronunciou com toda a integridade uma palavra que não será revogada: Diante de mim todo joelho se dobrará; *junto a mim toda língua jurará.* (Isaías 45.22-23)

Quem pedir bênção para si na terra, que o faça pelo Deus da verdade; *quem fizer juramento na terra, que o faça pelo Deus da verdade.* Porquanto as aflições passadas serão esquecidas e estarão ocultas aos meus olhos. (Isaías 65.16)

“Se você voltar, ó Israel, volte para mim”, diz o Senhor. “Se você afastar para longe de minha vista os seus ídolos detestáveis, e não se desviar, *se você jurar pelo nome do Senhor com fidelidade*, justiça e retidão, então as nações serão por ele abençoadas e nele se gloriarão.” (Jeremias 4.1-2)

Em si mesmo, o jurar não é o problema. De fato, quando você jura legítima e reverentemente em nome de Deus, você está explicitamente reconhecendo que ele é o seu Senhor Soberano, a quem você oferece adoração e a quem deve prestar contas, e de cuja presença e poder você está sempre cômico. O juramento apropriado em ocasiões apropriadas honra a Deus!

Antes, o problema está no juramento displicente e falso. Jeremias refere-se àqueles que, “embora digam: ‘Juro pelo nome do Senhor’, ainda assim estão jurando falsamente” (Jeremias 5.2). Em outras palavras, eles reconhecem Deus com palavras, mas as coisas que dizem são falsas, o que significa que alegam falsamente temê-lo, e que profanam seu nome ao associá-lo com mentiras. As Escrituras são contra isso, tanto no Antigo como no Novo Testamento, e é sobretudo a esse tipo de falso juramento que Jesus se opõe.

Além de Mateus 5.17-19, Jesus também confirma esse entendimento do seu ensino sobre juramentos com o seu próprio exemplo. Em seu julgamento diante do sumo sacerdote, Jesus permanece em silêncio quando questionado e quando falsas testemunhas testificam contra ele (Mateus 26.59-63). Assim, ele cumpriu a profecia de Isaías, o qual escreveu: “Ele foi oprimido e afligido; e, contudo, não abriu a sua boca; como um cordeiro foi levado para o matadouro, e como uma ovelha que diante de seus tosquiadores fica calada, ele não abriu a sua boca” (Isaías 53.7; veja Atos 8.32-35). Mas aí o sumo sacerdote ordena que Jesus fale, invocando o nome de Deus: “Exijo que você jure pelo Deus vivo: se você é o Cristo, o Filho de Deus, diga-nos” (v. 63). Diante disso, Jesus responde: “Tu mesmo o disseste” (v. 64).

Paulo também demonstra a maneira e ocasião próprias para um apelo formal a Deus. Em sua carta aos Gálatas, ele escreve: “Irmãos, quero que saibam que o evangelho por mim anunciado não é

de origem humana. Não o recebi de pessoa alguma nem me foi ele ensinado; ao contrário, eu o recebi de Jesus Cristo por revelação” (Gálatas 1.11-12). Então, ele solenemente afirma que está dizendo a verdade apelando a Deus: “Quanto ao que lhes escrevo, afirmo diante de Deus que não minto” (v. 20). Nesta carta, Paulo está tentando corrigir sérios erros doutrinários que se tinham infiltrado na igreja, e ele achou pertinente começar confirmando a origem do evangelho, bem como sua autoridade como apóstolo desse.

Depois, em uma de suas cartas aos coríntios, ele novamente acha necessário defender seu chamado como apóstolo, sobretudo à luz da infiltração de falsos apóstolos na igreja. Assim, ele cita algumas de suas qualificações e experiências como apóstolo, e mais uma vez declara solenemente o que diz apelando a Deus: “O Deus e Pai do Senhor Jesus, que é bendito para sempre, sabe que não estou mentindo” (2 Coríntios 11.31).

Em ambos os casos, Paulo está enfrentando sérios problemas nas igrejas, e seus apelos a Deus são solenes e sinceros. Ele não está tentando ludibriar seus leitores para que creiam nele, quando não está dizendo a verdade; antes, ele já está dizendo a verdade, porém, dado que as alegações e oposições são sérias, ele também assegura a seus leitores que está ciente de que suas palavras e condutas são realizadas diante de Deus, e que esse fará com que ele preste contas delas.

Tampouco está Paulo apelando a Deus para benefício e conveniência pessoais, ou para facilitar alguma transação trivial; antes, ele solenemente afirma estar dizendo a verdade por causa do evangelho. Dito isso, parece que a ordenação ao ministério é outra ocasião na qual é correto apelar a Deus como testemunha (2 Timóteo 4.1).

Outro exemplo é o voto matrimonial. Visto que o casamento é um pacto entre um homem e uma mulher (Malaquias 2.14), ele necessariamente envolve um voto. Aplicando o ensino de Jesus ao voto matrimonial, deveríamos entender que ele não é contra o voto como tal, todavia, se você alega que o voto não é compulsório por ter sido formulado de uma forma particular, então é isso o que Jesus condena.[\[81\]](#)

Entretanto, com todos esses exemplos nos quais um apelo formal a Deus é aplicável, jurar continua desnecessário e até mesmo pecaminoso na maioria das ocasiões e propósitos, tais como para fazer com que nossas declarações ordinárias e triviais sejam mais dignas de crédito. Somente se faz um apelo formal a Deus em ocasiões especiais e para finalidades especiais, de modo que deveria acontecer raras vezes, se tanto; ainda por cima, isso de forma nenhuma implica que podemos ser menos sinceros em nossas conversações diárias, quando não fazemos nenhum apelo formal a ele. Quer juremos ou não, nosso “Sim” deve significar “Sim”, e o nosso “Não” deve significar “Não”.

Portanto, a Confissão de Fé de Westminster está correta quando diz o seguinte (22.1-2):

O Juramento, quando lícito, é uma parte do culto religioso pelo qual o crente, em ocasiões necessárias e com toda a solenidade, chama a Deus por testemunha do que assevera ou promete; pelo juramento ele invoca a Deus para julgá-lo segundo a verdade ou falsidade do que jura.

O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, nome que se pronunciará com todo o santo temor e reverência; jurar, pois, falsa ou temerariamente por este glorioso e tremendo nome ou jurar por qualquer outra coisa é pecaminoso e abominável, contudo, como em assuntos de gravidade e importância o juramento é autorizado pela palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento como sob o Antigo, o juramento, sendo exigido pela autoridade legal, deve ser prestado com referência a tais assuntos.

As pessoas inventaram vários jeitos de desobedecer ao ensino de Jesus; algumas vezes elas tentam escusar sua mentira, outras vezes tentam atacar a verdade. Alguns fazem afirmações a respeito do que vão fazer, só que mais tarde desistem, dizendo: “Mas eu nunca prometi!”. Ou, elas podem dizer: “Eu disse isso com os meus dedos cruzados”. Outras podem adotar alguma forma de relativismo ou ética situacional para desculpar suas mentiras.

Hoje, muita gente é pragmática, principalmente por ser egoísta e estúpida. Ela crê que o fim justifica os meios, de sorte que dizer a verdade depende de isso produzir ou não os resultados desejados. Além de ser uma posição filosófica irracional, o pragmatismo inverte o ensino das Escrituras, as quais dizem: “Aquele que é íntegro em sua conduta... que mantém a sua palavra, mesmo quando sai prejudicado” (Salmos 15.2, 4). Como o pragmatismo é uma filosofia irracional e antibíblica, os cristãos não devem ser pragmáticos. Assim, falemos a verdade e cumpramos nossas promessas, mesmo que isso nos torne impopulares, e mesmo que isso atraia perseguição.

As pessoas trivializam a verdade ao acrescentar às suas declarações expressões como: “Eu juro por Deus”, “Diante de Deus!”, ou mesmo “Eu juro pelo túmulo da minha mãe”. Ainda quando estão dizendo a verdade, frequentemente abusam dela. Elas podem apresentar a verdade de uma maneira parcial e enganosa, de maneira que termina enganando o ouvinte. Ou, podem usá-la para promover e então defender fofocas, alegando que estão apenas dizendo a verdade. Mas tudo isso “vem do Maligno” (Mateus 5.37).

Vários anos antes da minha conversão, quando era ainda uma criança, se alguém não estivesse certo de que eu estava dizendo a verdade, ele conseguia me fazer dizer a verdade lembrando-me de que Deus poderia ouvir o que eu estava dizendo. Visto que isso parece mostrar que eu possuía algum temor de Deus, pode parecer recomendável para algumas pessoas. No entanto, o que isso revela na realidade é que eu era um mentiroso no coração e na prática, e que amiúde a verdade tinha que ser arrancada de mim apelando-se a Deus. Se eu realmente temesse a ele, teria dito a verdade o tempo todo, e não precisaria que o povo me lembrasse sobre Deus.

Então, à medida que fui crescendo, tornei-me um completo pragmático quando se tratava de dizer a verdade. Com frequência, eu nem mesmo pensava em termos de verdadeiro e falso, mas simplesmente dizia algo que julgava que me fosse vantajoso. A própria verdade não tinha valor pra mim, de forma que, sempre que me refreava de mentir, era somente porque não se tratava do meu interesse maior, ou porque tinha medo de ser descoberto.

Já é bastante mau alguém ter que jurar para que se creia nele; pior ainda quando ele jura com o fito de enganar, ou jura usando um método ou fórmula que julga fazer com que o juramento não seja

compulsório. Tal pessoa é uma mentirosa, quer jure ou não, mas Jesus ensina que devemos falar a verdade e cumprir as nossas promessas, quer juremos ou não. As Escrituras dizem que para “todos os mentirosos — o lugar deles será no lago de fogo que arde com enxofre” (Apocalipse 21.8). Tiago escreve: “Seja o sim de vocês, sim, e o não, não, para que não caiam em condenação” (Tiago 5.12). Deus leva a verdade muito mais a sério do que a maioria pensa.

Após a minha conversão, incontinenti parei de mentir. Doravante eu queria dizer a verdade, mesmo em momentos nos quais dizer a verdade poderia gerar problemas para mim. Se dissesse a alguém que algo era verdade, então era verdade. Se dissesse a alguém que faria algo, então isso seria feito. Se dissesse a alguém que o encontraria em tal lugar num dado horário, então isso significava que geralmente eu estaria ali trinta minutos antes.

Se a situação mudasse de forma que não pudesse realizar o que prometi, então diria à pessoa o mais rápido que pudesse. Sempre que imaginava ter dito algo inexato, mesmo sem intenção, ou enganado alguém, minha consciência era golpeada pela acusação, e diligentemente procurava a pessoa para corrigir a falsa declaração ou impressão. Passei a ser sempre cômico de viver e falar diante de Deus, não apenas quando alguém apela ou faz menção a ele.

Isso tornou desnecessário que eu jurasse, ou que outros extraíssem a verdade de mim, pois Deus me escolheu e salvou soberanamente, realizando o que prometeu muito tempo atrás: “Porei a minha lei no íntimo deles e a escreverei nos seus corações. Serei o Deus deles, e eles serão o meu povo” (Jeremias 31.33), e “Porei o meu Espírito em vocês e os levarei a agirem segundo os meus decretos e a obedecerem fielmente às minhas leis” (Ezequiel 36.27).

O ensino de Jesus nesta passagem é igualmente verdadeiro e aplicável hoje, e os líderes de igreja deveriam ensiná-lo com maior frequência e convicção. Mesmo ateístas dizem loquazmente: “Juro por Deus”. Isso é abusar do nome de Deus, e se esse não os salvar soberanamente, eles serão lançados no inferno por causa disso. Porém, até mesmo cristãos professos repetidas vezes abusam do nome de Deus — eles usam-no em piadas, para amaldiçoar e para mentir. Sem dúvida, muitos desses são falsos conversos, já que os cristãos verdadeiros ficam aterrorizados com tamanho abuso do nome de Deus. Os ministros deveriam advertir, repreender e, se necessário, excomungar aqueles que cometem esse pecado extremamente sério.

Vocês ouviram o que foi dito: “Olho por olho e dente por dente”. Mas eu lhes digo: Não resistam ao perverso. Se alguém o ferir na face direita, ofereça-lhe também a outra. E se alguém quiser processá-lo e tirar-lhe a túnica, deixe que leve também a capa. Se alguém o forçar a caminhar com ele uma milha, vá com ele duas. Dê a quem lhe pede, e não volte as costas àquele que deseja pedir-lhe algo emprestado.

A passagem acerca da retaliação pode ser difícil por pelo menos duas razões. Primeiro, pode-se achar difícil entender a passagem simplesmente porque não se quer aceitar o que ela significa ou parece significar. Não obstante, nossas preferências e reservas não deveriam ter relevância direta sobre como entender uma passagem. Segundo, essa passagem é difícil porque pode ser facilmente mal interpretada caso se malogre em levar em conta o contexto dela. Apesar de que devemos sempre reparar no contexto ao ler alguma coisa, o entendimento correto dessa passagem depende do conhecimento e aplicação do contexto mais ainda do que muitas outras passagens.

Utilizemos o mandamento contra o assassinato como exemplo. Muitas pessoas isolam a declaração “Não matarás” (Êxodo 20.13) do restante da Bíblia, e aí alegam que tal mandamento proíbe as guerras e a pena de morte. Entretanto, outras passagens do Antigo Testamento ensinam claramente que a guerra é correta em alguns casos, e que a pena capital é correta em certas ocasiões. Essas passagens certamente não contradizem o mandamento contra o assassinato; antes, elas nos dizem o que ele não é. Ou seja, as mortes que ocorrem nas guerras e as execuções bíblicamente justificadas de forma alguma constituem assassinatos. Contudo, quando o povo isola esse versículo do restante da Bíblia, então sua definição de assassinato se torna puramente privada, de modo que o entendimento que se faz de tal mandamento tem pouca relevância sobre o que esse verdadeiramente diz.

De uma forma similar, é importante considerar tanto o contexto amplo quanto o estrito no qual nossa passagem aparece. Sabemos que Jesus estabelece uma antítese em cada uma das várias seções que estamos examinando. A antítese em cada seção não é entre Moisés e Jesus, mas entre a falsa interpretação da lei imposta pela tradição humana, ensinada pelos fariseus e escribas, e o verdadeiro sentido da lei tal como expressado pela revelação divina e agora reafirmado por Jesus Cristo.

Isso significa que o que Jesus diz em cada seção está direcionado contra uma má interpretação ou abuso específico da lei. Se isolarmos daquela interpretação errônea a resposta de Jesus dá a ela, então é provável que falharemos em captar o que ele está realmente dizendo. Portanto, ao lermos nossa passagem, não devemos isolar os versículos 39-42 do versículo 38, do restante do Sermão (v. 17-20), ou do restante da Bíblia.

Jesus começa a antítese dizendo: “Vocês ouviram o que foi dito: ‘Olho por olho e dente por dente’” (v. 38). Por ora, devemos de imediato perceber que Jesus está falando contra uma falsa interpretação da lei, e não da própria lei.

A declaração citada faz alusão a várias passagens veterotestamentárias, e visto que até mesmo tais passagens devem ser lidas no contexto, leremos pelo menos os parágrafos inteiros nos quais os versículos relevantes aparecem.

Se homens brigarem e ferirem uma mulher grávida, e ela der à luz prematuramente, não havendo, porém, nenhum dano sério, o ofensor pagará a indenização que o marido daquela mulher exigir, conforme a determinação dos juízes. Mas, se houver danos graves, a pena será *vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferida por ferida, contusão por contusão*. (Êxodo 21.22-25)

Se alguém ferir uma pessoa ao ponto de matá-la, terá que ser executado. Quem matar um animal fará restituição: vida por vida. Se alguém ferir seu próximo, deixando-o defeituoso, assim como fez lhe será feito: *fratura por fratura, olho por olho, dente por dente*. Assim como feriu o outro, deixando-o defeituoso, assim também será ferido. Quem matar um animal fará restituição, mas quem matar um homem será morto. Vocês terão a mesma lei para o estrangeiro e para o natural da terra. Eu sou o SENHOR, o Deus de vocês. (Levítico 24.17-22)

Se uma testemunha falsa quiser acusar um homem de algum crime, os dois envolvidos na questão deverão apresentar-se ao SENHOR, diante dos sacerdotes e juízes que estiverem exercendo o cargo naquela ocasião. Os juízes investigarão o caso e, se ficar provado que a testemunha mentiu e deu falso testemunho contra o seu próximo, deem-lhe a punição que ele planejava para o seu irmão. Eliminem o mal do meio de vocês. O restante do povo saberá disso e terá medo, e nunca mais se fará uma coisa dessas entre vocês. Não tenham piedade. Exijam *vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé*. (Deuteronômio 19.16-21)

O que é chamado lei do talião, como ensinado nessas passagens, tem um duplo efeito sobre o sistema judicial da nação, a saber, impede que a corte emita punições que sejam muito severas ou muito indulgentes. A lei do talião serve como um princípio orientador para juízes, ensinando-os que a punição deve ser adequada e proporcional ao crime.

Essa lei igualmente impede que uma parte exija recompensa desproporcional da outra parte e, consequentemente, impede vendetas pessoais e vinganças de sangue perpétuas. Por exemplo, se um membro de sua família machuca o braço de um membro da minha família, e como vingança minha família mata esse ofensor da sua família, então o problema terá se agravado, e um banho de sangue se sucederá quase inevitavelmente.

Por outro lado, se o poder de punir pertence à corte e não ao indivíduo, e se a corte fielmente emite punições que sejam proporcionais ao crime, então isso não somente assegura que a justiça é feita, mas ainda impede o agravamento adicional da disputa. Por conseguinte, a lei do talião é tanto uma prescrição como uma restrição – prescrevendo julgamentos retos e restringindo reparações excessivas.

Como nota adicional, não são poucos os comentaristas que sugerem que a lei do talião não

requer que as cortes punam, mas meramente as permitem punir. Todavia, pelas passagens relevantes, fica claro que a lei de fato exige que as cortes punam os ofensores. Por exemplo, Êxodo 21 diz: “O ofensor *pagará a indenização...* mas, se houver danos graves, *a pena será vida por vida...*”. Levítico 24 ensina: “Quem matar um animal *fará restituição*, mas quem matar um homem *será morto*”. E Deuteronômio 19 diz: “Os juízes *investigarão o caso... Eliminam o mal* do meio de vocês... *Não tenham piedade*”. Portanto, está claro que a lei da retribuição requer que as cortes preservem a justiça, emitindo punições proporcionais ao crime; não se permite que sejam muito severas ou muito indulgentes.

Então, Jesus diz: “Mas eu lhes digo: Não resistam ao perverso. Se alguém o ferir na face direita, ofereça-lhe também a outra” (Mateus 5.39). Por todo o Sermão e as seções antitéticas anteriores ele vinha dirigindo suas considerações a indivíduos, e nossa presente passagem não é exceção. Embora a lei do talião governe as cortes, Jesus está se dirigindo a indivíduos para falar contra uma má interpretação e uma má aplicação da lei do talião.

Parece que os judeus tinham adotado ilegitimamente a lei do talião como justificativa para a vingança pessoal. Assim, uma pessoa que fosse ofendida requeria de algum modo que o ofensor a compensasse na medida mais plena da lei. É contra *isso* que Jesus fala; ele não está se dirigindo às cortes, à polícia ou às forças armadas.

Dito isso, podemos agora chamar a atenção para duas más interpretações comuns. Essa passagem é frequentemente usada para apoiar a resistência não violenta ou os protestos pacíficos, mas isso é um claro mau uso do que Jesus diz aqui. Primeiro, como mencionado, Jesus está dirigindo suas considerações a indivíduos, e não a grupos ou movimentos políticos. Segundo, a passagem não ensina uma resistência não violenta, mas sim uma *não resistência* – isto é, nenhuma resistência de forma alguma! Assim, é autorrefutador aplicar a passagem a tais protestos e movimentos.

Outros usam essa passagem para apoiar o pacifismo, que as pessoas não deveriam entrar numa guerra por razão nenhuma. Entretanto, Jesus aqui está se dirigindo mais uma vez a indivíduos, não ao governo ou aos militares. Porém, quando as Escrituras se referem às autoridades governamentais, elas dizem: “Ela não porta a espada sem motivo. É serva de Deus, agente da justiça para punir quem pratica o mal” (Romanos 13.4). Com isso em mente, um estudo cuidadoso dos versículos 39-42 revelará a aplicação prática do que Jesus ensina.

Examinaremos agora os vários exemplos que Jesus dá. Começando no versículo 39, bater na face direita de alguém provavelmente é, em primeiro lugar, um ato de insulto, e não de agressão. Supondo que aquele que ataca seja destro, como a maioria das pessoas, então bater na face direita de alguém significaria acertá-lo com o dorso da mão – um insulto tremendo ainda hoje, mas em especial naquele tempo.

Prosseguindo para o próximo versículo, a lei proíbe que o manto de alguém seja tomado dele permanentemente: “Se tomarem como garantia o manto do seu próximo, devolvam-no até o pôr-do-sol, porque o manto é a única cobertura que ele possui para o corpo. Em que mais se deitaria? Quando ele clamar a mim, eu o ouvirei, pois sou misericordioso” (Êxodo 22.26-27). Mas Jesus diz: “E se alguém quiser processá-lo e tirar-lhe a túnica, deixe que leve também a capa” (Mateus 5.40). Note

que em hipótese nenhuma Jesus contradiz a lei. Êxodo 22 trata da obrigação legal daquele que toma o manto de alguém, porém, Jesus se refere à atitude daquele cuja túnica e manto (capa) foram tomados.

O versículo 41 alude à antiga prática na qual as autoridades de uma nação tinham o direito de exigir, com certas limitações, o serviço dos membros da nação conquistada. Específico ao contexto do Novo Testamento, um soldado romano tinha o direito de requisitar um cidadão judeu para seu serviço e assistência, tais como carregar a bagagem do soldado por uma milha (ou mil passos). Por exemplo, os soldados romanos forçaram Simão de Cirene a carregar a cruz de Cristo (Mateus 27.32).

Finalmente, o versículo diz: “Dê a quem lhe pede, e não volte as costas àquele que deseja pedir-lhe algo emprestado”. Jesus está meramente reafirmando o que a lei ensina desde o princípio. Como Deuteronômio 15 diz: “Se houver algum israelita pobre em qualquer das cidades da terra que o SENHOR, o seu Deus, lhes está dando, não endureçam o coração, nem fechem a mão para com o seu irmão pobre. Ao contrário, tenham mão aberta e emprestem-lhe liberalmente o que ele precisar” (v. 7-8).

Aqui é onde devo novamente prevenir contra tomar essa passagem fora do contexto e isolá-la do restante da Bíblia. Por exemplo, Deuteronômio 15.7-8 claramente ensina a generosidade, mas aplicaremos a passagem erroneamente se a isolarmos de versículos como os seguintes:

Quem serve de fiador certamente sofrerá, mas quem se nega a fazê-lo está seguro. (Provérbios 11.15)

Quando ainda estávamos com vocês, nós lhes ordenamos isto: Se alguém não quiser trabalhar, também não coma. Pois ouvimos que alguns de vocês estão ociosos; não trabalham, mas andam se intrometendo na vida alheia. A tais pessoas ordenamos e exortamos no Senhor Jesus Cristo que trabalhem tranquilamente e comam o seu próprio pão. (2 Tessalonicenses 3.10-12)

Em outras palavras, conquanto as Escrituras nos ordenem que sejamos generosos, ao mesmo tempo ela ensina *contra* o empréstimo e a doação imprudente. Inquestionavelmente não existe nenhuma contradição – consideradas juntamente, as passagens nos dizem o que a generosidade bíblica realmente significa. No mínimo, ela significa dar e emprestar àqueles que estão verdadeiramente em necessidade, mas *reter* daqueles que abusam da nossa generosidade – assim: “Se alguém não quiser trabalhar, também não coma”.

Jesus está meramente reafirmando a lei – não há desculpa em dizer que ele contradiz ou vai além da lei ao ensinar a generosidade, visto que 2 Tessalonicenses foi escrito por Paulo *depois* de Moisés e Jesus, *depois* de Deuteronômio 15 e Mateus 5, mostrando que nem Moisés nem Jesus alguma vez tiveram em vista ordenar uma atitude ou prática de dar e emprestar absoluta e não seletiva.

Da mesma forma, isolar os outros versículos nos impedirá de verdadeiramente os entender; antes, devemos deduzir uma posição coerente a partir das Escrituras como um todo. Por exemplo, quando Jesus é ferido na face durante o seu julgamento, ele responde: “Se eu disse algo de mal,

denuncie o mal. Mas se falei a verdade, por que me bateu?” (João 18.23). E quando o sumo sacerdote ordena que Paulo seja esbofeteado na boca, o apóstolo responde: “Deus te ferirá, parede branqueada! Estás aí sentado para me julgar conforme a lei, mas contra a lei me mandas ferir?” (Atos 23.3). Como mencionado anteriormente em outro contexto, a lei nunca proibiu a legítima defesa, nem mesmo ao ponto de matar o criminoso: “Se o ladrão que for pego arrombando for ferido e morrer, quem o feriu não será culpado de homicídio” (Êxodo 22.2). Então, em várias ocasiões, Paulo afirma seu direito enquanto cidadão romano quando foi injustamente perseguido pelas autoridades (Atos 16.36-39, 22.23-29, 25.11).

Portanto, da mesma forma que em nossa passagem Jesus está corrigindo um abuso para com as Escrituras, tomar suas considerações fora do contexto ou isolá-las do restante da Bíblia, como muitos têm feito, é apenas outra forma de abusar daquelas. Isso resulta em posições teológicas que na verdade a Escritura não pretende transmitir, destruindo assim a própria finalidade com a qual Jesus profere seus comentários.

Poderíamos entrar em maiores detalhes e produzir um entendimento mais específico, mas por ora já temos o suficiente para chegar a um resumo e conclusão básicos sobre a passagem. Isto é, Jesus está ensinando seus seguidores a manter um apego relativo à dignidade pessoal deles (v. 39), aos seus direitos pessoais (v. 40), à liberdade (v. 41) e propriedade pessoal deles (v. 42). Jesus não revoga aqui a lei do talião, mas está ensinando contra o uso que as pessoas faziam da lei para justificar a atitude vingativa que elas tinham adotado, e que seus seguidores devem adotar a atitude oposta, qual seja, a atitude de sacrifício e generosidade, que sempre foi ensinada pela lei também: “Não procurem vingança, nem guardem rancor contra alguém do seu povo, mas ame cada um o seu próximo como a si mesmo. Eu sou o SENHOR” (Levítico 19.18); “Não diga: ‘Farei com ele o que fez comigo; ele pagará pelo que fez’” (Provérbios 24.29).

Algumas vezes as pessoas involuntariamente inventam doutrinas e tradições que vão além das Escrituras, mas na direção oposta da má interpretação judaica. Por exemplo, pode-lhes ser surpresa saber que elas nunca se opõem à vingança *como tal*, mas apenas proíbe a vingança pessoal. De fato, a Escritura ensina explicitamente que a vingança é correta, que a justiça demanda ela, mas que não somos nós quem a deve executar; antes, devemos deixar tudo nas mãos de Deus, que toma vingança por nós: “É justo da parte de Deus retribuir com tribulação aos que lhes causam tribulação” (2 Tessalonicenses 1.6). Assim, o ensino bíblico é resumido da seguinte forma:

Não retribuam a ninguém mal por mal. Procurem fazer o que é correto aos olhos de todos. Façam todo o possível para viver em paz com todos. Amados, nunca procurem se vingar, mas deixem com Deus a ira, pois está escrito: “Minha é a vingança; eu retribuirei”, diz o Senhor. Ao contrário: “Se o seu inimigo tiver fome, dê-lhe de comer; se tiver sede, dê-lhe de beber. Fazendo isso, você amontoará brasas vivas sobre a cabeça dele”. Não se deixem vencer pelo mal, mas vençam o mal com o bem. (Romanos 12.17-21)

Vocês ouviram o que foi dito: “Ame o seu próximo e odeie o seu inimigo”. Mas eu lhes digo: Amem os seus inimigos e orem por aqueles que os perseguem, para que vocês venham a ser filhos de seu Pai que está nos céus. Porque ele faz raiar o seu sol sobre maus e bons e derrama chuva sobre justos e injustos. Se vocês amarem aqueles que os amam, que recompensa vocês receberão? Até os publicanos fazem isso! E se saudarem apenas os seus irmãos, o que estarão fazendo de mais? Até os pagãos fazem isso!

O mandamento para amar não é uma ideia revolucionária, uma vez que esse tem sido o ensino da lei desde o começo, embora se trate de um ensino que muitos distorcem e desobedecem. Jesus veio para reafirmar tal mandamento importantíssimo, e para chamar o seu povo a verdadeiramente obedecer àquele.

Especificamente, Jesus está aludindo à interpretação e à aplicação judaica de Levítico 19.18, onde é dito: “Não procurem vingança, nem guardem rancor contra alguém do seu povo, mas ame cada um o seu próximo como a si mesmo”. O versículo realmente se refere a “alguém do seu povo”, porém, não institui o mandamento “odeie seu inimigo”, ainda que isso possa ter sido, legitimamente ou não, inferido a partir de várias passagens veterotestamentárias.

No espírito da exegese subversiva dos fariseus e escribas, a questão que se coloca é descobrir quem é o “próximo”. Isso é feito, decerto, não com a intenção de obedecer completamente ao mandamento, mas para restringir sua aplicação.

Numa certa ocasião, “um perito na lei” (Lucas 10.27), que estava preocupado em “justificar-se” (v. 29), testa Jesus com essa pergunta. Jesus responde com o que chamamos hoje de a Parábola do Bom Samaritano, revelando que o próximo não é somente alguém que está dentro do nosso pequeno e exclusivo grupo, mas que ele pode ser alguém que nunca na vida encontramos e que precisa da nossa assistência e compaixão, incluindo alguém a quem normalmente consideramos nosso inimigo (v. 33). Com efeito, parece que Jesus reverte a pergunta, efetivamente dizendo: “Ao invés de enfocar tanta atenção sobre a definição do seu ‘próximo’, com a intenção perversa de limitar o escopo do seu amor, por que você *não é um próximo* para alguém que está em necessidade?” (v. 36).

Contra o mau uso prevalecente dessa lei, Jesus declara: “Mas eu lhes digo: Amem os seus inimigos” (Mateus 5.44). Hoje em dia, tanto cristãos como não cristãos têm um conceito tão deturpado e antibíblico de amor que, para esse mandamento ser inteligível, devemos especificar o significado bíblico de amor.

Muitos teólogos e comentaristas concordam que o amor prescrito pelas Escrituras é uma benevolência volitiva, mas não emocional, a qual resulta em palavras edificantes e ações auxiliadoras para com os outros. No entanto, não pouca gente deseja incluir um elemento emocional ao conceito bíblico de amor.

Por exemplo, ao se referir à definição acima, D. A. Carson escreve: “Se isso fosse assim, 1 Coríntios 13.3 não poderia desaproveitar o ‘amor’ que dá tudo aos pobres e sofre até mesmo o martírio; pois essas são ‘ações concretas’”.^[82] Porém, tal é um argumento inválido, e envolve uma inferência surpreendentemente amadora desse experto erudito do Novo Testamento. Paulo está enfaticamente argumentando que alguém pode exibir ações “amorosas” sem ter realmente amor, e partindo daí Carson infere que o elemento faltoso deve ser, ou pelo menos deve incluir, a emoção. Por quê? Ele

não dá nenhuma justificação real para essa afirmação.

Então ele menciona 2 Samuel 13.1, 2 Timóteo 4.10 e Mateus 5.46 para presumivelmente apontar que, segundo a Bíblia emprega a palavra, o amor inclui emoção. Todavia, como ele explicitamente reconhece, o primeiro exemplo se refere a incesto, o segundo a mundanismo e o terceiro ao próprio tipo de amor restritivo contra o qual Jesus está falando.

Porquanto a maioria das palavras em *qualquer idioma* transmite mais de um significado possível, e o significado real da palavra enquanto usado deve ser discernido a partir de uma observação do contexto, o fato de a palavra “amor” algumas vezes incluir um elemento emocional, quando empregada na Bíblia, é em si mesmo irrelevante. O que precisamos descobrir é se *o que a Bíblia nos ordena a ter* contém tal elemento emocional. Carson falha em demonstrar que o tenha, e, ao invés disso, comete alguns dos mesmos erros que denuncia em seu livro *Exegetical Fallacies*^[83] [Falácias Exegéticas],^[84] onde ele corretamente indica que a palavra pode significar diferentes coisas, dependendo do contexto, de maneira que as origens, as definições de dicionários e o emprego da palavra em contextos não similares não podem ser definitivos. Não obstante, tais são as estratégias que ele utiliza ao tentar demonstrar que o amor bíblico inclui emoção.

Quando Carson alega que concorda que o amor deve incluir ações, ele inclui várias referências bíblicas, tais como Lucas 6.32-33 e Mateus 5.44. Porém, quando ele assevera que o amor deve incluir a emoção, ele não cita nenhuma referência bíblica. A definição bíblica real de amor, isto é, o amor que a Bíblia nos ordena a ter, é definido pela obediência à lei em todos os nossos relacionamentos (Romanos 13.9-10) – e isso inclui os mandamentos dela tanto à mente quanto ao corpo.

Assim, embora a lei possa *proibir* certas emoções negativas, tal como ao nos ordenar a dominar nossa ira (Mateus 5.22), o amor que ela prescreve não é primariamente uma emoção positiva ou um sentimento romântico; antes de tudo, trata-se de uma volição benevolente que resulta em uma ação prática. Logo, o amor bíblico pode ser sincero e benevolente sem necessariamente ser emocional.

Na própria passagem que estamos considerando agora, Jesus parece aceitar esse entendimento de amor quando cita o exemplo do Pai para ilustrar seu argumento, dizendo: “Ele faz raiar o seu sol sobre maus e bons e derrama chuva sobre justos e injustos” (Mateus 5.45). Isto é, o Pai não tem que sentir necessariamente certa emoção para com os injustos, mas o tipo específico de “amor” sobre o qual Jesus está falando é demonstrado pela benevolência prática do Pai tanto para com os maus como para com os bons, tal como prover-lhes sol e chuva.

Eis outro exemplo no qual o contexto determina o significado da palavra. Jesus não está falando de um amor que salva, mas está se referindo aqui a um amor que de forma nenhuma inclui necessariamente algum benefício espiritual; antes, trata-se de um amor que resulta em benefícios puramente práticos. Portanto, ele está se referindo a uma benevolência geral que Deus mostra para com todas as suas criaturas – tanto más quanto boas – e não ao amor especial que resulta em salvação, o qual ele demonstra apenas para com os seus escolhidos, ou eleitos. Quando se trata desse segundo tipo de amor – um tipo de amor salvífico – Deus diz: “Amei Jacó, mas odiei Esaú” (Romanos 9.13, NIV).^[85]

É esse tipo de amor prático que devemos mostrar para com os todos os seres humanos, de modo que, numa passagem paralela, Jesus diz: “Amem os seus inimigos, *façam o bem* aos que os

odeiam, *abençoem* os que os amaldiçoam, *orem* por aqueles que os maltratam” (Lucas 6.27-28). Esse tipo de amor é oferecido aos maus e bons, mas, ao dizer isso, estamos também dizendo que tal amor não obscurece as distinções teológicas entre cristãos e não cristãos, maus e bons, justos e injustos (v. 45). Esse amor absolutamente não exige que pensemos que os não cristãos sejam melhores do que realmente o são, pois eles de fato são injustos e maus, só que devemos lhes oferecer o mesmo tipo de benevolência prática que oferecemos aos justos e bons. Todavia, parece que ainda devemos preferir deliberadamente os cristãos, sobretudo quando tivermos que escolher entre os dois: “Portanto, enquanto temos oportunidade, *façamos o bem a todos, especialmente* aos da família da fé” (Gálatas 6.10).

Além disto, o que Jesus ensina aqui não é inteiramente novo. É errado pensar que o Antigo Testamento exige que amemos somente nosso círculo íntimo, e que Jesus está agora desenvolvendo esse mandamento para incluir os de fora. Antes, Jesus está reafirmando o que a lei ensinara desde o começo. O Antigo Testamento nunca limita o amor prático apenas ao círculo íntimo de alguém, mas, no mesmo capítulo onde diz: “Ame cada um o seu próximo como a si mesmo” (Levítico 19.18), ele também diz: “Quando um estrangeiro viver na terra de vocês, não o maltratem. O estrangeiro residente que viver com vocês deverá ser tratado como o natural da terra. *Amem-no como a si mesmos*, pois vocês foram estrangeiros no Egito” (v. 33-34).

Fora isso, o Antigo Testamento explicitamente ordena o amor, ou a benevolência prática, até mesmo para com o próprio inimigo: “Se você encontrar perdido o boi ou o jumento que pertence ao seu inimigo, leve-o de volta a ele. Se você vir o jumento de alguém que o odeia caído sob o peso de sua carga, não o abandone, procure ajudá-lo” (Êxodo 23.4-5); “Se o seu inimigo tiver fome, dê-lhe de comer; se tiver sede, dê-lhe de beber” (Provérbios 25.21).

Paulo reflete esse ensino em Romanos 12.20, e escreve: “Se o seu inimigo tiver fome, dê-lhe de comer; se tiver sede, dê-lhe de beber”. Porém, quando se trata das coisas espirituais, Paulo não transige com o incrédulo em nome do “amor”, e até mesmo o amaldiçoa, dizendo: “Se alguém não ama o Senhor, seja amaldiçoado” (1 Coríntios 16.22). Ter um claro entendimento do que significa amar nossos inimigos promoverá uma obediência precisa, e evitará igualmente que os incrédulos nos manipulem, fazendo apelos ilegítimos a esse mandamento bíblico, como frequentemente o fazem.

Portanto, sejam perfeitos como perfeito é o Pai celestial de vocês.

Nas traduções da Bíblia que agrupam os versículos em parágrafos, Mateus 5.48 é frequentemente unido à seção sobre o amor. Contudo, parece que o versículo é na verdade um sumário e conclusão para as várias antíteses que acabamos de estudar, de sorte que ele se aplica aos versículos 17-47, não apenas aos versículos 43-47.[\[86\]](#)

Em outras palavras, o versículo 48 completa o pensamento que Jesus começou no versículo 20, onde ele diz: “Pois eu lhes digo que se a justiça de vocês não for muito superior à dos fariseus e mestres da lei, de modo nenhum entrarão no Reino dos céus.” Depois de chamar a atenção para as interpretações errôneas da lei feitas pelos fariseus e escribas, fornecendo em seguida as interpretações corretas dadas por ele mesmo, ele agora explica o que quis dizer por uma justiça que seja muito superior à dos fariseus e escribas. Em resumo, ao invés da falsa justiça dos fariseus e escribas, Jesus requer uma perfeita obediência à lei.

Alguns destacam que com frequência a palavra traduzida por “perfeito” significa “maduro”; entretanto, mesmo que essa tese seja relevante, não podemos deixar que ela domine nosso entendimento do versículo 48, já que esse diz para sermos perfeitos *como Deus* é perfeito. Parece um tanto complicado pensar que o versículo significa: “Sejam *maduros*, assim como Deus é *maduro*.” Antes, por perfeição, Jesus está deveras se referindo a uma condição inculpável e imaculado. Como a própria lei diz: “Permaneçam inculpáveis perante o SENHOR, o seu Deus” (Deuteronômio 18.13).

Ora, Jesus não está obrigatoriamente dizendo que podemos alcançar uma obediência perfeita nesta vida – pois, na realidade, ele parte do princípio que pecaremos (6.12) – mas, em harmonia com o versículo 20, ele está se referindo a uma espécie de justiça que é perfeita e imaculada. Assim como os mandamentos de Deus refletem a perfeição dele, Jesus também exige o tipo de justiça que de verdade obedeça a tais mandamentos, não o tipo de justiça falsa que alega obedecê-los, quando na verdade os distorce e subverte.

Este entendimento parece ser consistente com os versículos correspondentes na lei. Por exemplo, Levítico 19.2 diz: “Sejam santos porque eu, o SENHOR, o Deus de vocês, sou santo.” Isso é dito no contexto de ordenar ao povo que observe a lei e, assim, Deus e Cristo têm em mente que, conforme seguimos os mandamentos de Deus, estamos em essência imitando e refletindo a santidade e perfeição de Deus. Qualquer coisa aquém disso é indigna do reino dos céus.

Tenham o cuidado de não praticar suas “obras de justiça” diante dos outros para serem vistos por eles. Se fizerem isso, vocês não terão nenhuma recompensa do Pai celestial.

Portanto, quando você der esmola, não anuncie isso com trombetas, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, a fim de serem honrados pelos outros. Eu lhes garanto que eles já receberam sua plena recompensa. Mas quando você der esmola, que a sua mão esquerda não saiba o que está fazendo a direita, de forma que você preste a sua ajuda em segredo. E seu Pai, que vê o que é feito em segredo, o recompensará.

E quando vocês orarem, não sejam como os hipócritas. Eles gostam de ficar orando em pé nas sinagogas e nas esquinas, a fim de serem vistos pelos outros. Eu lhes asseguro que eles já receberam sua plena recompensa. Mas quando você orar, vá para seu quarto, feche a porta e ore a seu Pai, que está em secreto. Então seu Pai, que vê em secreto, o recompensará. E quando orarem, não fiquem sempre repetindo a mesma coisa, como fazem os pagãos. Eles pensam que por muito falarem serão ouvidos. Não sejam iguais a eles, porque o seu Pai sabe do que vocês precisam, antes mesmo de o pedirem.

Vocês, orem assim:

*Pai nosso, que estás nos céus! Santificado seja o teu nome.
Venha o teu Reino; seja feita a tua vontade,
assim na terra como no céu.
Dá-nos hoje o nosso pão de cada dia.
Perdoa as nossas dívidas,
assim como perdoamos aos nossos devedores.
E não nos deixes cair em tentação,
mas livra-nos do mal,
porque teu é o Reino, o poder e a glória para sempre. Amém.*

Pois se perdoarem as ofensas uns dos outros, o Pai celestial também lhes perdoará. Mas se não perdoarem uns aos outros, o Pai celestial não lhes perdoará as ofensas.

Quando jejuarem, não mostrem uma aparência triste como os hipócritas, pois eles mudam a aparência do rosto a fim de que os outros vejam que eles estão jejuando. Eu lhes digo verdadeiramente que eles já receberam sua plena recompensa. Ao jejuar, arrume o cabelo e lave o rosto, para que não pareça aos outros que você está jejuando, mas apenas a seu Pai, que vê em secreto. E seu Pai, que vê em secreto, o recompensará.

Jesus vinha contrastando a verdadeira justiça que ele exige dos seus seguidores com a falsa justiça dos fariseus e escribas (5.20). Ele tinha oferecido vários exemplos de como eles

interpretavam e aplicavam incorretamente a lei, para rebaixar suas exigências, possibilitando-lhes mostrar uma aparência de obediência e justiça (5.21-48). Agora Jesus se volta para outro aspecto da falsa justiça deles, e continua a contrastar isso com o que ele exige dos seus seguidores (6.1-18).

Desde o princípio do Sermão Jesus vinha chamando seus seguidores a viver uma vida contracultural – afirmar crenças e exibir ações que sejam diferentes e mesmo em contradição com aquelas dos incrédulos e falsos crentes. Dessa forma, eles devem ser sal e luz não somente para os fariseus e escribas, mas para a “terra” e o “mundo” (5.13-14). Os incrédulos obviamente não são o povo de Deus, de maneira que seguramente serão condenados ao inferno. Entretanto, os falsos crentes, à semelhança dos fariseus e dos escribas, não são melhores, pois eles também não podem entrar no reino dos céus (5.20). Por conseguinte, Jesus exige uma justiça que sobrepuje aquela dos fariseus e dos escribas. Especificamente, isso equivale a um verdadeiro entendimento e obediência à lei de Deus (5.21-48).

Embora Jesus pareça agora mudar o foco, ele não se move para uma direção inteiramente nova. Ele ainda está requerendo de seus discípulos que exibam a verdadeira justiça do coração (6.33), especialmente em contraste aos hipócritas[87] (6.2, 5, 16) e aos pagãos (6.7, 32). Que 6.1-34 permanece dentro do “inclusio” da “Lei e os Profetas” (5.17, 7.12) nos diz que o tema principal e global dessa grande seção continua o mesmo. Apesar de Jesus vir lidando com a justiça verdadeira e falsa da perspectiva da lei moral, agora ele lida com o assunto partindo da perspectiva das ações expressamente religiosas e piedosas.

Como exemplos, Jesus usa o que eram considerados os três atos mais centrais da piedade religiosa – dar, orar e jejuar. Dado que Jesus diz aos seguidores para não serem como os “hipócritas” (v. 2, 5, 16), e dado que as palavras “hipócritas” e “hipocrisia” são amiudadas vezes empregadas nas discussões contemporâneas sobre religião, é importante para nós entender precisamente o que é ser um hipócrita.

A palavra traduzida como “hipócrita” originalmente se referia a um ator; ou seja, ele assume a personalidade de um personagem do roteiro, e faz de conta que é esse no palco. O dicionário define “hipocrisia” como “um fingimento de ser o que não é ou crer no que não é”. [88] Em outras palavras, um hipócrita é uma pessoa que se apresenta como algo ou alguém que ele não é, ou que se apresenta como crendo em algo em que ele realmente não crê. O hipócrita pode alegar possuir certa virtude ou aceitar certa doutrina, podendo até mesmo tomar certos passos para convencer a você de que ele efetivamente possui essa virtude ou afirma solenemente tal doutrina, mas na realidade, está apenas fazendo um *show* – ele está apenas atuando.

Essa definição é consistente com o modo com que Jesus utiliza o termo. Por exemplo, mais adiante em Mateus, ele diz:

Ai de vocês, mestres da lei e fariseus, hipócritas! Vocês limpam o exterior do copo e do prato, mas por dentro eles estão cheios de ganância e cobiça. Fariseu cego! Limpe primeiro o interior do copo e do prato, para que o exterior também fique limpo.

Ai de vocês, mestres da lei e fariseus, hipócritas! Vocês são como sepulcros caiados: bonitos por fora, mas por dentro estão cheios de ossos e de todo

tipo de imundície. Assim são vocês: por fora parecem justos ao povo, mas por dentro estão cheios de hipocrisia e maldade. (23.25-28)

Jesus acusa os fariseus e os escribas pela hipocrisia, pois eles se faziam parecer puros por fora, quando eram na verdade impuros por dentro. Ele diz: “Por fora parecem justos ao povo, mas por dentro estão cheios de hipocrisia e maldade”. Os fariseus e os escribas são hipócritas porque são meros atores no que diz respeito à sua fé e religião.

Com isso em mente, consideraremos os exemplos de hipocrisia religiosa que Jesus dá em Mateus 6.

O primeiro exemplo tem a ver com o dar (v. 2-4). De acordo com a Escritura, o doar de caridade é um dever religioso (Deuteronômio 15.7-11); entretanto, é possível para uma pessoa demonstrar uma ação exterior de doação caridosa sem ter um coração verdadeiramente caridoso.

Quando os hipócritas dão, eles descobrem formas de assegurar que o povo preste atenção (v. 2). São hipócritas porque se apresentam como espirituais e generosos, que sinceramente desejam a aprovação de Deus e o bem-estar das pessoas, porém, na realidade eles de forma alguma estão buscando agradar a Deus ou ajudá-las. Antes, sua doação é calculada para impressionar os outros e estabelecer uma reputação, e esse é o provável motivo de atraírem para si a atenção ao doarem.

Em essência, eles estão meramente tentando comprar com seu dinheiro a aprovação e admiração dos outros. Dessa maneira, Jesus diz que isso é exatamente o que conseguem. Eles conseguiram aquilo pelo que pagaram, e nada mais (v. 2); não receberão nada de Deus.

Hoje, muita gente exhibe a mesma hipocrisia quando dá. Ela pode dar uma grande quantia de dinheiro para caridades, mas sempre que deixa uma grande doação faz toda sorte de coisas para chamar a atenção para isso. No mínimo, mandará um comunicado à imprensa para que publique a doação. Depois, pode desejar que um salão ou mesmo um edifício inteiro tenha o seu nome. Corporações fazem doações principalmente por causa de relações públicas ou como uma estratégia de marketing, de forma que seus nomes sejam exibidos em lugares proeminentes nos eventos de caridade que elas patrocinam.

Cristãos professos frequentemente não são melhores que os não cristãos. Eles fazem doações às suas igrejas para terem seus nomes aparecendo nos bancos, ou placas na parede para reconhecer suas contribuições. Algumas pessoas fazem grandes doações para que possam reivindicar seu lugar na igreja e influenciar as decisões dela.

Igrejas e ministérios cristãos, muitas vezes, em vez de denunciar tal atitude abominável, incentivam-na. Eles oferecem aos grandes doadores um “tratamento VIP”, por assim dizer, tais como os melhores assentos em suas reuniões, e realização de jantares e conferências especiais para aqueles que dão mais dinheiro. Mesmo com as Escrituras denunciando essas práticas perversas (Tiago 2.1-9), elas são mui amplamente difundidas nas igrejas e ministérios atuais.

Em vez de estimular e até honrar os doadores hipócritas, os ministros cristãos deveriam desmascarar os tais e repreendê-los. Sem dúvida, as igrejas e ministérios estão sob tremenda pressão para contemporizar nessa área porque os cristãos, em sua maioria, são despidorados parasitas, que prontamente participam de todos os benefícios dados a eles pelas igrejas e ministérios sem

levantarem um dedo sequer para ajudar, e menos ainda para pensarem na possibilidade de fazer doações sacrificiais. Preferem que seus ministros morram de fome a abrirem mão de ir aos seus restaurantes preferidos ou comprar uma televisão melhor.

Visto que essa atitude egoísta predomina entre os cristãos, quando aqueles que desejam a admiração e aprovação do povo praticam a doação hipócrita, as igrejas e os ministérios ficam pressionados a permitirem e mesmo incentivarem tal coisa. Que Deus dê aos nossos ministros o vigor para fazerem o que é certo, e dessa forma desmascararem e repreenderem os doadores hipócritas, bem como os aproveitadores descarados em nosso meio.

É dever do rico dar às igrejas e ministérios cristãos. Em vez de terem jantares e conferências especiais para honrá-los, que eles deem em privado, e deixem sua recompensa vir de Deus (v. 4). Quanto aos relativamente pobres ou mesmo os necessitados, ao invés de usarem sua pobreza como escusa, que aprendam a dar com sacrifício. E, se os próprios ministros não praticam e ensinam o dever e o sacrifício, que admitam que são indignos do ministério e resignem o ofício.

Quando os ministros ensinam sobre o dar, eles são amiúde acusados de querer apenas *apanhar* o dinheiro do povo por ambição; no entanto, com a mesma presteza podemos dizer que essas pessoas fazem tal acusação porque querem somente *reter* o seu dinheiro, também por ambição. Com efeito, para cada ministro ambicioso, há milhares de não ministros ambiciosos, e por nenhuma outra razão que não pelo simples fato de haver muito mais não ministros do que ministros. Admitamos, pois, que tanto ministros como não ministros podem ser culpados de ambição, e que ambos estão errados quando isso acontece; todavia, esse fato não nega os ensinamentos escriturísticos sobre o dever e o sacrifício quando se fala de dinheiro.

Uma mulher anunciou no noticiário da noite que a família dela vem frequentando sua igreja por várias gerações, e tinha doado bancos e outras coisas àquela. Como a igreja estava ora fechando, a despeito da sua objeção, ela estava exigindo um reembolso para as coisas que a família dela havia doado, e estava até considerando mover uma ação legal contra a igreja. Esse é apenas um exemplo de como os cristãos professos podem ser malignos. Primeiramente, é inquestionável que os que agem desse jeito provavelmente jamais foram verdadeiramente convertidos, e que apenas estão agindo como os não cristãos poderiam agir. No final, eis tudo com o que a mulher termina – bancos e outras coisas –, mas com certeza perdeu ela a aprovação de Deus, e provavelmente até a sua alma.

Jesus manda seus seguidores serem diferentes dos hipócritas. Quando damos, não devemos fazer exibição disso – não devemos tratar nossos atos de caridade como transações de negócios para comprar a admiração e louvor do povo.

Guardar alguns registros é inevitável, e não há nada de errado em discutir com seu marido ou esposa acerca de como gastar o dinheiro da família. Um contador que trate dos impostos de você certamente vai saber sobre suas doações de caridade. A ideia é não ser que nem os hipócritas. Seus pensamentos devem ser consistentes com suas ações, de forma que você aja generosamente porque você é de fato generoso, e você age espiritualmente porque é de fato espiritual. Você não está apenas tentando impressionar os outros. Portanto, tanto quanto possível, correto é realizar seus atos de caridade em privado. Se você está apenas tentando obedecer a Deus e ajudar as pessoas, não há realmente necessidade de publicar a doação.

A mente pecaminosa ou não regenerada descobrirá, sob todas as circunstâncias, maneiras de

pecar e, para justificar suas ações e intenções perversas, distorcerá qualquer mandamento divino. Desta sorte, assim como evitamos uma forma de hipocrisia, devemos nos guardar contra outras manifestações dessa. Por exemplo, dizer que você deve deliberadamente manter a discrição não significa que você tem que fazer um alarde tal sobre ser discreto que todo mundo fique sabendo!

Uma pessoa pode, pois, pelo menos superficialmente, ter êxito em obedecer ao ensino de Cristo, de modo que ela deveras se mantém discreta quando realizar seus atos de caridade, sem anunciar abertamente sua doação. Mas, tendo feito sua doação em privado, ela poderia então em privado louvar e parabenizar a si próprio por sua generosidade e obediência “sincera”. Tornar-se-ia arrogante exatamente por causa de sua aparente humildade.

Portanto, não basta mantermos a discrição, mas devemos igualmente nos refrear do autoelogio e da justiça própria – constantemente ocultando nossa doação e a maneira com que temos conseguido mantê-la em privado (v. 3). Antes, o único foco apropriado é agradar a Deus e obedecer ao seu mandamento de ajudar as pessoas. Você dá porque ele lhe diz para ser generoso, e porque você é grato por sua generosidade para com você. Você deseja a aprovação de Deus, não a aprovação das pessoas, ou mesmo sua autoaprovação.

O segundo exemplo de Jesus é sobre orar (v. 5-15). Aqui ele contrasta a devida abordagem da oração com aquela dos hipócritas e pagãos.

Assim como os hipócritas chamam atenção para si mesmos quando efetuam seus atos de caridade, eles também acham formas de ser notados quando oram (v. 5). Por exemplo, eles podem deliberadamente orar em locais públicos, não porque são subitamente vencidos por um senso de urgência espiritual, mas porque querem que os outros os vejam e aí os admirem por sua aparente piedade. Isso é hipócrita, pois se apresentam como pessoas que pensam em coisas espirituais e que constantemente adoram e oram a Deus, quando na realidade eles oram somente para se mostrar, para deixar uma impressão nas outras pessoas. Isto é, quando oram, eles transmitem uma impressão sobre si mesmos que é o exato oposto do que eles são realmente. São ímpios e carnais, mas desejam que as pessoas pensem outra coisa.

Por outro lado, tais hipócritas fazem de suas orações transações de negócio, de forma que com seus esforços comprem a admiração alheia. Jesus diz que os que oram assim podem muito bem conseguir o que desejam, mas nada mais; isto é, eles podem enganar os observadores, fazendo com que estes pensem que eles são deveras espirituais, porém, a Deus não se engana, e ele não aceita suas orações hipócritas. Espiritualmente falando, suas orações são completamente fúteis.

Jesus diz que seus seguidores devem ser diferentes. Ao invés de fazer até suas orações regulares diante de outros para impressioná-los, você deve deliberadamente orar ao seu Pai em privado. Sem dúvida, isso quer dizer que você deve realmente orar ao Pai como resultado de uma reverência sincera e um desejo genuíno de adorá-lo e suplicar a ele; você não mais está meramente se mostrando na frente de outras pessoas para conquistar o aplauso delas.

Então, Jesus diz que não somente temos que ser diferentes dos hipócritas religiosos, mas devemos também ser diferentes dos pagãos. Definitivamente os pagãos têm muitas falhas, mas aqui Jesus está se referindo especificamente a como eles ficam “sempre repetindo a mesma coisa” na oração, por pensarem que “por muito falarem serão ouvidos” (v. 7). O erro deles procede de uma visão de Deus a qual está muito longe da verdade, de modo que, no contexto da prática de suas

religiões, oram a um deus errado de uma forma errada. Isso é verdade no que diz respeito a cada membro de todas as religiões não cristãs.

Contra isso, Jesus repete uma admoestação comum no Sermão, e diz: “Não sejam iguais a eles”; antes, as orações cristãs devem ser baseadas em uma visão bíblica de Deus, sabendo que “o seu Pai sabe do que vocês precisam, antes mesmo de o pedirem” (v. 8). Esse é apenas um exemplo de como o estudo de teologia sistemática é absolutamente necessário para a autêntica piedade cristã. Contrariamente ao que muitos acreditam, menosprezar a teologia não é resgatar a espiritualidade, mas sim destruí-la por completo.

Ao invés de orar como os pagãos, Jesus nos dá um modelo ou esboço para a oração que passamos a chamar de a Oração do Senhor (v. 9-13), chamando seus seguidores a orar de maneira tal que seja coerente com o que as Escrituras revelam sobre Deus, seu reino e providência, e ainda a condição do homem. A Oração do Senhor ensina reverência para com o nome de Deus, preocupação para com o reino dele, dependência de sua provisão, perdão ao nosso próximo e livramento do mal. [89] Como Jesus diz mais adiante no Sermão, devemos buscar “em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua justiça” (6.33); a forma e o conteúdo das nossas orações com frequência revelam nossos reais interesses e prioridades.

Por vezes o povo quer incentivar a oração e tenta colocar de lado as coisas que consideram como irrelevantes ou não importantes, e assim, em vez de estudar cuidadosamente teologia sistemática e daí desenvolver uma teologia de oração, ele diz: “É só orar!”. No entanto, Jesus enfatiza que há um jeito errado de orar, e há um jeito certo de orar. A primeira é hipócrita e repetitiva; a última é sincera e sucinta. A primeira resulta de uma teologia falsa; a última, de uma teologia bíblica.

Em oposição ao que muita gente pensa e ensina, você não pode melhorar sua oração simplesmente orando; antes, você só pode melhorar sua oração lendo e pensando sobre o que as Escrituras ensinam – não apenas sobre oração, mas sobre todo o escopo da revelação divina, tais como a natureza de Deus, a expiação de Cristo, a condição do homem e a obra do Espírito.

Os discípulos pediram a Jesus: “Senhor, *ensina-nos* a orar, como João ensinou aos discípulos dele” (Lucas 11.1). Muitas pessoas pensam que as coisas espirituais devem ser “apanhadas, não ensinadas”, contudo, as Escrituras ensinam o oposto – as coisas espirituais são ensinadas, não apanhadas. Ambos Jesus e João *ensinaram* aos seus discípulos a maneira própria de orar. Eles não ensinaram por “osmose”, e os discípulos não praticaram o “aprender fazendo”. Hoje em dia muitos cristãos estão fazendo muita coisa errada e inútil hoje, quando deveriam sentar-se, *ler* um livro ou *ouvir* alguma instrução.

Cristãos professos são frequentemente hipócritas quando oram. Eles podem deliberadamente orar em público para serem vistos por outras pessoas, ou podem fazer orações longas – muito longas – para que as pessoas ouçam e admirem sua aparente dedicação espiritual, e possivelmente até mesmo sua capacidade de formar belas frases na oração. Entretanto, a maioria é tão teologicamente inepta que, quanto mais se alonga no orar, menos provavelmente ludibriarão os bíblicamente informados. Fico mais impressionado com a paciência daqueles que suportam tais orações longas e estúpidas – mas não muito, visto que eles deveriam corrigir essa pessoa hipócrita, em vez de tolerá-la.

Alguns abaixam suas cabeças em oração diante de sua refeição em lugares públicos, o que é algo legal se for realmente seu costume, se estiverem oferecendo gratidão sincera a Deus. Mas alguns deles fazem isso para serem vistos pelos outros. Quando provocam admiração nos outros, sentem-se espirituais; quando provocam desdém e ira, sentem-se heroicos. Em ambos os casos, eles estão orando em público somente para gerar uma reação nos outros, não por um ato sincero de adoração e gratidão. Quando essa é a situação, é melhor não orar de jeito nenhum. Em vez disso, deveriam retornar à privacidade dos seus lares, e ver se ainda estão interessados na oração. Então, algumas pessoas podem dizer: “Louvado seja o Senhor” ou “Obrigado, Jesus”, quando não estão na verdade louvando ao Senhor ou agradecendo a Jesus em absoluto; no lugar disso, estão dizendo isso apenas para impressionar. Tal coisa é igualmente hipócrita.

Por extensão, é possível cometer o mesmo tipo de hipocrisia quando o povo realiza outros atos de adoração, tais como ao cantarem na igreja. Em muitas igrejas, sobretudo naquelas que enfatizam cânticos mais emotivos e músicas exuberantes, podemos encontrar gente cantando com lágrimas nos olhos, ajoelhada ou prostrada no chão. Nada disso é errado em si mesmo, mas os muitos que fazem essas coisas pelo desejo de parecerem espirituais, ou parecer como se tivessem recebido um toque especial da parte de Deus, são todos hipócritas. Não são pessoas espirituais, mas apenas atores, e algumas vezes atores muito ruins. A próxima vez que você vir alguém que se força para irromper em lágrimas na igreja, ou simular uma postura piedosa bastante artificial, saberá quem *não* é espiritual.

O terceiro exemplo de hipocrisia religiosa está no jejum (v. 16-18). Mantendo o seu padrão, quando os hipócritas jejuam, certificam-se de que todos saibam disso. Eles deliberadamente se fazem aparentar tristes e abatidos. Os judeus lambuzavam seus rostos com cinzas, deixando óbvio que estavam “humilhando” a si mesmos. Tudo o que queriam era a admiração alheia, e Jesus diz que eles receberiam exatamente o que buscavam, e nada mais (v. 16).

Em contraste com esses hipócritas, Jesus convoca seus seguidores a serem diferentes. Ao invés de anunciar seu jejum a todo mundo, ele diz para tomarmos certas medidas práticas “para que não pareça aos outros que você está jejuando”. Ao invés de você deliberadamente parecer transtornado e desarrumado, faça com que pareça em ordem e disposto, de sorte a poder praticar a autonegação e autodisciplina sinceras, dedicar seu tempo à adoração e à oração, bem como demonstrar misericórdia para com o pobre e faminto (Isaías 58.6-9).

A descrição de Jesus do jejuar hipócrita pode parecer quase cômica para certas pessoas, porém, ele não está exagerando, pois o povo de fato pratica o jejum para se mostrar, tanto na época dele como na nossa. Há vários anos, conheci uma pessoa que jejuava ocasionalmente. Algumas vezes ele anunciava isso um pouco antes de começar a jejuar. Então, quando alguém lhe perguntava sobre o almoço ou jantar, ele franzia as sobrancelhas e esfregava a barriga, queixando-se de que estava faminto, mas que não poderia comer por estar de jejum. Por vezes dizia isso mesmo sem ser questionado. Ele era um hipócrita, e seu jejum não tinha nenhum valor espiritual. Se não vigiarmos a nós próprios, podemos nos descobrir também praticando o mesmo tipo de hipocrisia religiosa, possivelmente em alguma outra área de piedade, mesmo que não no jejum.

Amiúde os cristãos são acusados de serem hipócritas. Você pode ouvir as pessoas dizerem: “A igreja está cheia de hipócritas!” ou “Os cristãos são hipócritas, e não quero ter nada a ver com

eles!”. Isso é geralmente dito, não somente como crítica contra cristãos individuais, mas contra a maioria ou mesmo todos os cristãos, e com frequência tem a intenção de criticar o próprio cristianismo. O raciocínio parece ser o de que esse não merece ser crido, pois os cristãos são hipócritas.

Ao avaliarmos tal acusação, é importante lembrarmo-nos do que significa ser um hipócrita. Dissemos que o hipócrita é um ator – é uma pessoa que se apresenta como algo ou alguém que ele não é, ou que se apresenta como crendo em algo no qual na verdade não crê. Não se trata apenas de minha definição particular, mas ela concorda com a definição dada num dicionário comum, e ainda com o uso bíblico do termo.

Devemos especificar também o que significa ser um cristão. Eu insistiria que devemos encontrar nossa definição de um cristão pela Bíblia. Se nossa definição for inteiramente pessoal, então não há nada que a impeça de ser inteiramente arbitrária. Ou seja, se “cristão” quer dizer tudo o que quisermos que isso signifique, logo você pode chamar um budista ou mesmo um ateu de “cristão”, mas então qualquer uma das suas críticas contra os “cristãos” não mais se aplicará aos seguidores da religião bíblica; antes, será aplicável somente ao tipo de gente que você designa como cristão, a saber, os budistas ou os ateus. Quando isso ocorre não há mais qualquer necessidade de defender o cristianismo da acusação de hipocrisia, posto que a acusação passou a ser irrelevante.

Para o nosso propósito, definiremos o cristão de uma maneira ampla, mas correta, como sendo uma pessoa que foi soberanamente escolhida e genuinamente transformada por Deus, e que exibe sua fé verdadeira em Cristo tanto no credo como na conduta. Essa não é uma tentativa de restringir a definição, todavia, é assim que a própria Bíblia define um cristão. Sem fornecer uma explicação bíblica minuciosa para essa definição, vou apelar ao que já escrevi até aqui sobre o Sermão da Montanha, no qual Jesus especifica que seus discípulos devem ter uma justiça que exceda em muito a dos fariseus e escribas, devendo afirmar e seguir verdadeiramente as exigências da lei. [\[90\]](#)

Como isso em mente, podemos agora perguntar: o que torna um *cristão* um *hipócrita*? No mínimo, podemos dizer o seguinte. Primeiro, ele deve ser realmente um cristão como definido pela Bíblia. Segundo, para esse cristão ser um hipócrita, ele deve se apresentar como algo ou alguém que ele não é, ou se apresentar como crendo em algo no qual na realidade não crê.

Ora, quando as pessoas acusam os cristãos de serem hipócritas, o que elas têm em mente? O que os cristãos alegam ser, mas que não são? E o que eles alegam crer, que na verdade não creem? Em outras palavras, o que os cristãos fingem ser? E o que eles fingem crer?

Suponha que alguém diga a você que ele é um cristão, e suponha que você conheça e afirme solenemente pelo menos todas as doutrinas básicas na Bíblia. Nesse caso, se ele peca, pode você chamá-lo agora de hipócrita? Exceto num sentido muito estreito, você não pode fazer isso, visto que uma pessoa que verdadeiramente declare todas aquelas doutrinas será a primeira a lhe dizer que as Escrituras não dizem que os cristãos são perfeitos e sem pecado, e por causa disso, os cristãos mesmos não alegam ser perfeitos e sem pecado.

Portanto, quando o cristão peca, ele está fazendo exatamente o que ele lhe disse que faria ao menos ocasionalmente. Por sua vez, isso significa que ele não se apresenta como algo ou alguém que não é, ou que creia em algo que não crê. Ele se apresenta como alguém que foi transformado por

Deus, mas que ainda luta com o pecado em sua busca contínua por santidade. O pecado ocasional que você observa na vida dele é exatamente o que ele lhe disse para esperar dele. Onde, pois, está a hipocrisia?

Por outro lado, se uma pessoa alega ser um cristão e, entretanto, também alega ser perfeito e sem pecado, então de modo nenhum ele está guardando o ensino bíblico. Qualquer que seja a crítica que você levante contra ele depois disso será irrelevante para a religião bíblica – aquela somente se lhe aplica enquanto indivíduo, não a todos os cristãos ou ao próprio cristianismo. O ensino cristão não diz que os cristãos não têm pecado; por conseguinte, um cristão professo não é um hipócrita, a menos que alegue não ter pecado quando na realidade tem.

De igual maneira, alguém que alegue ser um cristão, mas que negue até mesmo as doutrinas básicas da Bíblia, tais como a inerrância bíblica, não pode ser corretamente descrito como um representante da religião bíblica. De outra forma, posso refutar o ateísmo simplesmente afirmando ser um ateu e em seguida assassinar várias pessoas. Provavelmente ninguém aceitaria isso como uma prova legítima contra o ateísmo, porém, quando se trata de atacar o cristianismo, o povo de repente considera legítima e convincente essa forma de argumentar.

Se você usa ou aceita esses tipos de argumentos, você é um completo idiota. O argumento de hipocrisia pode desacreditar a pessoa, mas não necessariamente a cosmovisão que ela *alega* aceitar, a menos que haja algo inerente na cosmovisão que forçosamente produza crenças ou ações autocontraditórias. No entanto, quando este é o caso – isto é, caso a cosmovisão em si seja autocontraditória – então a abordagem adequada é lidar com o conteúdo da própria cosmovisão. Destarte, o argumento de hipocrisia é quase sempre irrelevante quando estamos discutindo sobre uma cosmovisão e não sobre uma pessoa.

Ora, se alguém alega ser justo, mas habitualmente cometa assassinato, roubo, adultério, perjúrio e outras coisas semelhantes, então ele não é efetivamente um cristão. A Bíblia não admite que ele seja um cristão, e eu também não admito que ele o seja. Naturalmente, tal pessoa tem a capacidade de *dizer* que é um cristão, ou qualquer outra coisa, aliás, assim como eu tenho a capacidade de *dizer* que sou um cão, uma árvore ou mesmo um ateu, mas a capacidade de dizer que sou essas coisas não faz de mim tais coisas. Logo, um “cristão” que mata, furtar e mente é realmente um *não cristão* que está matando, furtando e mentindo. O fato de ele fingir ser um cristão não o torna um deles.

Se eu digo que sou um professor de matemática, mas, ao me questionarem e observarem não demonstro nenhum sinal de ensinar ou mesmo entender matemática, então a conclusão lógica é que eu na verdade não sou um professor de matemática, mesmo que alegue ser um. Você não pode, pois, sair na rua e dizer ao povo que os professores de matemática são hipócritas, uma vez que é precisamente alguém que *não* é professor de matemática que está fingindo ser algo que não é. Do mesmo modo, uma pessoa essencialmente hipócrita, isto é, alguém que seja genuína e consistentemente hipócrita, não é um cristão, mas sim um não cristão.

Portanto, a não ser que aqueles que acusam os cristãos de hipocrisia consigam realmente provar que eles estão se referindo a cristãos verdadeiros, e não impostores, esses hipócritas deveriam ser contados entre os não cristãos. Dessa forma, respondemos:

Não cristãos, seus hipócritas! Vocês não são cristãos, mas muitos de vocês se apresentam como tais. Então, quando alguns de vocês inevitavelmente revelam o seu caráter verdadeiramente mau, acusam os cristãos de serem hipócritas, quando vocês são aqueles que fingem ser algo que não são.

Não cristãos, seus hipócritas! Quando vocês acusam os outros de serem hipócritas simplesmente para desculparem sua própria incredulidade e desobediência, então são vocês os hipócritas, não tendo nenhum direito de julgar outras pessoas por serem hipócritas. Vocês são provavelmente como o povo que julgam, e provavelmente muito pior.

Não cristãos, seus hipócritas! Quando vocês acusam alguém que alega ser um cristão, mas não crê ou segue os ensinamentos da Escritura, vocês estão de fato acusando um não cristão que meramente finge ser um cristão. Com efeito, estão acusando um dos seus mesmo, desmascarando-o como sendo hipócrita. Ao acusar esses muitos “cristãos” de hipocrisia, vocês estão acusando muitos *não cristãos* de hipocrisia.

Não cristãos, seus hipócritas! Vocês frequentemente dizem coisas como: “A História é cheia de atrocidades cometidas por cristãos em nome de Cristo”. Mas, a menos que provem que esses eram realmente cristãos de uma forma que devemos aceitar, ou seja, de acordo com a própria definição bíblica, vocês estão apenas pressupondo falsamente que qualquer um que declare ser cristão o é realmente. Antes, o ensino bíblico nega que os tais fossem cristãos, de maneira que podemos dizer com igual facilidade: “A História é cheia de atrocidades cometidas por *não cristãos* usando indevidamente o nome de Cristo”.

Tal como se dá com o assim chamado “problema do mal”, a acusação de hipocrisia é um dos argumentos anticristianismo mais comuns e ao qual se dá exagerada importância. E como ocorre com o problema do mal, ele é também um dos argumentos mais obviamente irracionais e mais cabalmente idiotas. Por conseguinte, que os cristãos deixem de se intimidar com os argumentos tolos e sofismas intelectuais dos não cristãos, e passem a devastar a incredulidade pela sabedoria e poder de Deus.

Não acumulem para vocês tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem destroem, e onde os ladrões arrombam e furtam. Mas acumulem para vocês tesouros nos céus, onde a traça e a ferrugem não destroem, e onde os ladrões não arrombam nem furtam. Pois onde estiver o seu tesouro, aí também estará o seu coração.

Os olhos são a candeia do corpo. Se os seus olhos forem bons, todo o seu corpo será cheio de luz. Mas se os seus olhos forem maus, todo o seu corpo será cheio de trevas. Portanto, se a luz que está dentro de você são trevas, que tremendas trevas são!

Ninguém pode servir a dois senhores; pois odiará um e amará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro.

Portanto eu lhes digo: Não se preocupem com sua própria vida, quanto ao que comer ou beber; nem com seu próprio corpo, quanto ao que vestir. Não é a vida mais importante que a comida, e o corpo mais importante que a roupa? Observem as aves do céu: não semeiam nem colhem nem armazenam em celeiros; contudo, o Pai celestial as alimenta. Não têm vocês muito mais valor do que elas? Quem de vocês, por mais que se preocupe, pode acrescentar uma hora que seja à sua vida?

Por que vocês se preocupam com roupas? Vejam como crescem os lírios do campo. Eles não trabalham nem tecem. Contudo, eu lhes digo que nem Salomão, em todo o seu esplendor, vestiu-se como um deles. Se Deus veste assim a erva do campo, que hoje existe e amanhã é lançada ao fogo, não vestirá muito mais a vocês, homens de pequena fé? Portanto, não se preocupem, dizendo: “Que vamos comer?” ou “Que vamos beber?” ou “Que vamos vestir?”. Pois os pagãos é que correm atrás dessas coisas; mas o Pai celestial sabe que vocês precisam delas. Busquem, pois, em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua justiça, e todas essas coisas lhes serão acrescentadas. Portanto, não se preocupem com o amanhã, pois o amanhã trará as suas próprias preocupações. Basta a cada dia o seu próprio mal.

Jesus está comentando a justiça superior que ele requer dos seus discípulos, e a passagem que agora começamos a estudar ainda está dentro da ampla seção abrangida pela designação “A Lei e os Profetas” (5.17, 7.12). Por isso, não devemos supor que Jesus alterou totalmente a direção do seu Sermão; antes, devemos ler nossa passagem no contexto do mesmo tema dominante.

Desde o princípio do Sermão Jesus está chamando seus discípulos a serem diferentes do mundo e a serem uma força contracultural. Isso envolve inevitavelmente adotar crenças e práticas que sejam radicalmente diferentes daquelas dos hipócritas e pagãos.

Os hipócritas são os que alegam obedecer à lei de Deus, mas na realidade fazem tudo que podem para miná-la e subvertê-la (5.21-48). Eles afirmam honrar e adorar a Deus, mas na realidade estão buscando somente a admiração de homens (6.1-18). Os hipócritas religiosos em essência não são diferentes dos pagãos, só que estes são mais explicitamente não cristãos. Jesus segue agora discutindo algo com o qual os pagãos estão mais obviamente preocupados, mas já sabemos que a ganância também enche os corações dos hipócritas religiosos (Mateus 23.25). O ponto mais importante não é fazer distinção clara entre os pecados característicos de cada grupo, mas sim saber que Jesus nos chama para sermos diferentes de ambos. Em outras palavras, Jesus exige que os fieis sejam diferentes de todos os tipos de incrédulos, tendo um tipo diferente de religião e um diferente

conjunto de prioridades.

Assim como os hipócritas religiosos estão interessados em criar uma reputação de piedade para o povo, com relativamente pouca consideração para como Deus os vê, os pagãos – religiosos ou não – estão obcecados em acumular tesouros sobre a terra, e não no céu. Essa perspectiva é ignorante e míope (6.19-20), contudo, caracteriza o coração dos não cristãos. Eles focalizam os tesouros terrenos porque seus corações estão presos à terra. Porém, Jesus nos ensina a voltarmos nossos corações para o céu, e a acumular nossos tesouros ali (v. 21).

Em seguida, Jesus oferece uma metáfora que pode parecer obscura para alguns (v. 22-23), mas ela não é muito difícil de ser entendida quando a lemos em seu contexto. O olho é uma metáfora para o coração, que conduz todo o ser. Jesus contrasta os olhos “bons” com os olhos “maus”. A palavra traduzida como “bons” é *haplous*, em oposição a *diplous*, que significa duplo (1 Timóteo 5.17). Em seu presente contexto, bem como no uso bíblico em outros lugares, a palavra também implica generosidade e liberalidade (Romanos 12.8; Tiago 1.5).

Portanto, um olho “bom” ou “simples” refere-se tanto a uma atitude desapegada em relação às riquezas quanto a uma lealdade integral para com Deus. De fato, Jesus tinha acabado de falar sobre o primeiro (v. 19-21), e está a ponto de falar sobre o último (v. 24). O olho “mau”, naturalmente, alude ao oposto do que é representado pelo olho bom, e Jesus diz que aquele arruína todo o ser, fazendo com que fique “cheio de trevas”.

Apesar de ser possível trabalhar para dois patrões, é impossível servir a dois senhores, visto que, por definição, um senhor é dono do seu escravo. Jesus descreve uma pessoa como sendo, ou escrava de Deus, ou escrava do Dinheiro. A palavra traduzida como “Dinheiro” é *mammon*, que se refere à riqueza e propriedade, e é aqui personificada como dono de escravo. Você, ou será um escravo de Deus, ou o será do Dinheiro, e servir a esse ao invés de servir àquele é mais do que ganância – é também idolatria. Como Paulo escreve: “Assim, façam morrer tudo o que pertence à natureza terrena de vocês: imoralidade sexual, impureza, paixão, desejos maus e a *ganância, que é idolatria*” (Colossenses 3.5). Assim como um cristão não deve adorar a ídolos pagãos, um cristão deve servir a Deus e não ao Dinheiro.

O versículo 25 começa com a palavra “portanto”, conectando o que se segue (v. 25-34) com o que Jesus tinha acabado de dizer (v. 19-24). Assim, o mandamento “não se preocupem” procede dos versículos anteriores. Isto é, como você não pode servir a dois senhores, como você vai servir, ou a Deus, ou ao Dinheiro, e como servir ao segundo é idolatria, *portanto* “não se preocupem com sua própria vida”.

Em outras palavras, a idolatria está arraigada na mente. Ezequiel refere-se a alguns que “ergueram ídolos em seus corações” (Ezequiel 14.3), e cujos “corações estavam voltados para os seus ídolos” (20.16). A preocupação com as coisas materiais é um sintoma de adoração a Mamom. Logo, a adoração bíblica, o oposto da idolatria, enraíza-se também na mente, de forma que, em nossa passagem, a preocupação é mais adiante contrastada com a fé (v. 30).

A implicação necessária é a de que, na conversão das pessoas dos ídolos para Deus, e no auxílio do progresso delas na santificação, a abordagem correta é aplicar à mente a palavra de Deus mediante argumentação bíblica. Isso é o que Jesus faz nos versículos seguintes. Como argumentei extensamente em outra parte, Paulo também emprega tal abordagem no evangelismo e no ensino, e

escreve que a adoração e transformação verdadeiras advêm da renovação da mente (Romanos 12.1-2).

Jesus usa uma pergunta retórica para declarar que a vida e o corpo são mais importantes que as meras comida e vestimenta. Em outro lugar, ainda no contexto da oposição a “todo tipo de ganância”, ele declara: “a vida de um homem não consiste na quantidade dos seus bens” (Lucas 12.15). Posto que a vida é mais importante do que a comida, a vestimenta e os bens, não deveríamos nos preocupar com essas coisas.

Você pode dizer: “Embora a vida seja mais que o comer e o vestir, com certeza ela não é menos do que ambos. Assim, ainda carecemos dessas coisas, não é? Mas, se elas são difíceis de serem obtidas, então é natural que nos preocupemos com elas”. Jesus responde a partir das doutrinas bíblicas da providência (v. 26-30) e onisciência divinas (v. 31-32), e isso novamente nos lembra que a teologia é o fundamento da espiritualidade.

Sua resposta inclui dois argumentos *a fortiori*. Parafraseando, o primeiro diz: “Deus alimenta as aves; vocês são mais importantes que as aves; portanto, Deus alimentará vocês também” (veja v. 26). E o segundo diz: “Deus veste os lírios do campo; vocês são mais importantes que os lírios do campo; portanto, Deus vestirá vocês também” (veja v. 28-30).

Ele também nos lembra que não podemos mudar nossas vidas com a preocupação (v. 27). Verdadeiramente ele está dizendo: “Vocês se preocupam com suas vidas, sobre comer e vestir, como se a preocupação fizesse diferença; mas a preocupação não mudará as suas vidas, e ela é incapaz de obter alimento e vestimenta para vocês; portanto, não se preocupem”. Finalmente, Jesus argumenta contra a preocupação, fazendo lembrar a seus ouvintes o conhecimento e benevolência de Deus (v. 32). Enquanto cristãos, não precisamos “correr atrás dessas coisas” como fazem os pagãos, como se a obtenção delas dependesse completamente de nós por Deus não saber ou não se importar com o que precisamos.

Jesus chama seus ouvintes para serem diferentes dos incrédulos, e reforça esse ponto fazendo inúmeros contrastes. Sem repetir tudo o que tem dito desde o começo do Sermão, a partir de 6.19 ele contrasta os tesouros terrenos com os celestiais, os olhos bons com os maus, Deus com o Dinheiro, e agora contrasta fé com preocupação. Os pagãos caracterizam-se por sua preocupação pelas coisas materiais, e ao invés de imitá-los, os cristãos devem ser caracterizados pela fé na provisão do Pai. Desta sorte, ao invés de fazerem suas vidas girar em torno da busca por coisas materiais, os cristãos devem “buscar em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua justiça” – isto é, promover ativamente seu governo e obedecer à sua vontade.

Quando desafiado com esse versículo, alguém disse que, porquanto uma grande riqueza ajuda a promover o reino de Deus, buscar primeiro o reino de Deus significa esforçar-se primeiramente para se tornar rico, de maneira que se possa dar grandes quantias de dinheiro para as igrejas e ministérios. Não obstante, isso é promover a própria atitude à qual Jesus vinha se opondo desde o versículo 19! Ele nos ordena a “buscar em primeiro lugar o Reino de Deus” (v. 33), precisamente nos proibindo de buscar em primeiro lugar as riquezas. Buscar o reino em primeiro lugar *não* é buscar a riqueza primeiro; servir a Deus *não* é servir ao Dinheiro. Para justificar sua cobiça e ganância, tal pessoa praticou a mesma “exegese” subversiva dos fariseus e escribas, sujeitando-se assim à mesma condenação.

Jesus nos ensina a ter fé em Deus, pois Deus conhece nossas necessidades e se importa com elas. Só que ter fé não significa que nunca experimentaremos problemas. Em sua última declaração Jesus incorpora esse argumento contrário à preocupação, dizendo: “Portanto, não se preocupem com o amanhã, pois o amanhã trará as suas próprias preocupações. Basta a cada dia o seu próprio mal” (v. 34). Ele não diz: “não se preocupem com o futuro, pois nenhum problema virá”, mas antes, “não se preocupem com o futuro, pois vocês têm problemas suficientes hoje!”. A fé não nos isenta de situações difíceis, mas nos manterá cientes do poder, conhecimento e benevolência de Deus para conosco à medida que nos deparmos com elas.

JULGAMENTO (Mateus 7.1-6)

Não julguem, para que vocês não sejam julgados. Pois da mesma forma que julgarem, vocês serão julgados; e a medida que usarem também será usada para medir vocês.

Por que você repara no cisco que está no olho do seu irmão, e não se dá conta da viga que está em seu próprio olho? Como você pode dizer ao seu irmão: “Deixe-me tirar o cisco do seu olho”, quando há uma viga no seu? Hipócrita, tire primeiro a viga do seu olho, e então você verá claramente para tirar o cisco do olho do seu irmão.

Não deem o que é sagrado aos cães, nem atirem suas pérolas aos porcos; caso contrário, estes as pisarão e, aqueles, voltando-se contra vocês, os despedaçarão.

Jesus estava explicando as rígidas exigências da lei, e decerto nenhum de nós saiu incólume ou inocentado até aqui. Pelo contrário, provavelmente todos nós somos culpados de todos os pecados que Jesus mencionou. Pela mesma razão – ou seja, precisamente porque o padrão de justiça divino é tão alto e rígido – se desejamos atacar maliciosamente outras pessoas, acharemos ampla munição no Sermão do Monte. No entanto, fazer isso é desconsiderar a própria ética que Jesus está nos ensinando; seria se tornar semelhante aos escribas e fariseus, exatamente as pessoas que não devemos imitar, segundo ele.

Assim, Jesus agora prossegue, como que para responder a pergunta: “À luz do que estou ensinando, qual deveria ser a atitude de vocês para com os outros?”. Sua resposta é: “Não julgueis.” À medida que o Sermão se aproxima de sua conclusão, esta é uma lição sobremodo importante, a qual nos ensina como devemos nos relacionar uns com os outros à luz do seu ensino. Todavia, ao invés de ser corretamente ensinada e seguida, essa é uma das passagens mais abusadas em toda a Bíblia.

Os não cristãos, e mesmo alguns cristãos professos, muitas vezes utilizam nossa passagem para asseverar que em hipótese nenhuma devemos fazer quaisquer julgamentos ou avaliações morais de outrem, e eles não hesitam em *julgar* aqueles que fazem tais julgamentos e avaliações como julgadores, desobedecendo ao mandamento de Jesus nessa passagem. Um homem disse: “Jesus ensina que nunca deveríamos dizer que alguém está errado”. Mas certamente tal pessoa de pronto acusou quem ele considera julgador como sendo totalmente ímpio e não espiritual.

Em todo caso, a interpretação de que Jesus proíbe julgamentos morais é impossível. Ela não somente contradiz o ensino explícito ou implícito de outras passagens bíblicas (Mateus 18.15-17; João 7.24; 1 Coríntios 5.1-13, 6.1-4), mas também o que Jesus diz nos vários versículos a seguir, pois ele não para nos versículos 1-2, mas segue explicando o que quer dizer.

Quando continuamos a leitura, de imediato percebemos que Jesus está falando sobre julgamento *hipócrita*, e nesse contexto, *somente* julgamento hipócrita. Já definimos o que significa ser um hipócrita – é um ator, apresentando-se como algo ou alguém que não é, ou como crendo em algo em que não crê.

Jesus diz: “Por que você repara no cisco que está no olho do seu irmão, e não se dá conta da

viga que está em seu próprio olho... *Hipócrita...*” (v. 3, 5). Tal pessoa aponta para a falta de outrem, mas desconsidera a falta ainda maior em si mesma. Um exemplo útil, sem dúvida, é o do não cristão que julga o cristão por ser julgador. Porém, o contexto nos versículos 3-5 parece abordar principalmente os relacionamentos entre os seguidores de Cristo, malgrado o princípio poder se aplicar a outros relacionamentos igualmente. Em todo caso, chegaremos aos incrédulos muito em breve (v. 6).

Precisamos deixar claro que Jesus não está de forma alguma proibindo que se façam julgamentos morais, mas, novamente, o que ele proíbe é o julgamento *hipócrita*. Ele diz: “tire *primeiro* a viga do seu olho, e *então* você verá claramente para tirar o cisco do olho do seu irmão.” *Primeiro* examine a si mesmo, e *então* (não “nunca”) você terá a visão espiritual pela qual ajudará o seu irmão. Em outras palavras, não use o Sermão do Monte para criticar alguém exceto você; antes, *primeiro* examine-se à luz do seu ensino, e *então* proceda para ajudar outras pessoas, contudo, jamais com malícia e atitude destrutiva.

Indo para o versículo 6, “cães” e “porcos” são termos depreciativos aplicados aos incrédulos. Os cães aqui não são animais domésticos amigáveis, mas cães cruéis e saprófagos. E, como se sabe, porcos eram reputados animais impuros. Jesus nos adverte contra dar coisas sagradas e valiosas àqueles semelhantes a cães e porcos. Embora em princípio isso possa se aplicar a toda gente espiritualmente obstinada, a aplicação primária é provavelmente aos incrédulos que resistem ao evangelho com teimosia e por repetidas vezes. Como Jesus diz aqui, ao invés de apreciar a mensagem do evangelho e seu mensageiro, esses incrédulos “voltando-se contra vocês, os despedaçarão” – talvez citando Mateus 7.1 para denunciá-los como intolerantes julgadores e de mente fechada! Mas Jesus nos permite vê-los como são – cães cruéis e porcos asquerosos.

Se você é cristão, antes de eu alertá-lo ou mesmo repreendê-lo acerca de certo pecado que percebi em sua vida, devo primeiro me examinar, para que meus defeitos morais (talvez até maiores que os seus) não obscureçam a minha visão espiritual, fazendo-me emitir julgamentos falsos ou hipócritas a seu respeito. Após ter cuidadosamente me examinado, eu posso, e em muitas ocasiões devo, advertir ou repreendê-lo sobre o seu pecado. As Escrituras têm essa prática por boa e nobre, não por áspera ou crítica: “Meus irmãos, se algum de vocês se desviar da verdade e alguém o trouxer de volta, lembrem-se disso: Quem converte um pecador do erro do seu caminho salvará a vida dessa pessoa e fará que muitíssimos pecados sejam perdoados” (Tiago 5.19-20). Entretanto, sempre que o fizer, não devo nem sequer por um momento sugerir que eu seja perfeito ou sem pecado.

Por outro lado, se você for um não cristão, eu, um cristão verdadeiro, embora ainda precise constantemente me examinar diante de Deus, nunca serei hipócrita quando falar do seu pecado e da sua necessidade de salvação. Isso porque, como cristão, eu já tenho por definição reconhecido o mesmo tipo de coisa em mim que estou agora tentando fazer com que você reconheça.

Além disso, se você teimosa e repetidamente resiste ao evangelho, eu não sou hipócrita por vê-lo como sendo um cão ou porco, pois sinceramente reconheço que teria sido qual um cão ou porco antes da minha conversão, se tivesse resistido ao evangelho da forma como você está ora fazendo.

Isto é, se você persiste em sua incredulidade a despeito dos meus repetidos esforços para dissuadi-lo, devo tratá-lo como o cão ou porco que você é. Ao invés de desprezar as coisas sagradas oferecendo-as a cães como você, e ao invés de continuar a criar ocasiões para porcos como você

blasfemar, eu partirei para outras pessoas (Mateus 10.14; Lucas 10.10-12; Atos 13.44-46, 18.5-6). É claro que eu sei que as pessoas ficam ofendidas com tais expressões, e é estranho que até mesmo cristãos professos fiquem ofendidos, uma vez que essas são expressões bíblicas. Você acha que o Sermão do Monte agrada a todo o mundo? E você acha que os pagãos gostam de ser chamados de cães e porcos mesmo por Cristo?

Os não cristãos gostam de usar Mateus 7.1 quando tentam silenciar nosso protesto contra as suas condutas depravadas e perversões grosseiras. No entanto, como temos visto, eles só conseguem fazê-lo distorcendo severamente o significado expresso da passagem, e ainda suprimindo totalmente o versículo 6. Assim, eles se voltam contra nós e nos julgam por sermos julgadores. Ao invés de sermos intimidados e manipulados, deveríamos responder:

Seus hipócritas! Distorcem as palavras de Cristo para evitar todos os julgamentos morais contra vocês, quando na verdade julgam cruelmente os cristãos por julgarem. Ao fazer isso, vocês se desmascaram e se condenam.

Seus covardes! Vocês alegam serem os líderes intelectuais deste mundo, mas nada mais são que cães estúpidos e porcos imundos! Em vez de se esconder atrás de um entendimento distorcido das palavras de Cristo, por que vocês não confrontam as alegações do evangelho e nos refutam, se o puderem? Ou é porque em seu coração sabem que o evangelho é verdadeiro e, ao invés de derrotar os nossos argumentos, só conseguem evitar o convincente poder deles fugindo?[\[91\]](#)

Muitos não cristãos aprendem fragmentos de passagens bíblicas daqui e dali, muitas vezes citadas ou entendidas incorretamente, e com frequência as usam contra os cristãos. Alguns deles até já leram a Bíblia, e tentarão intimidá-lo e manipulá-lo com um flagrante mau uso das Escrituras.

Ao invés de ser reduzido ao silêncio ou intimidado à submissão, você deve ousadamente desafiar o emprego que eles fazem daquelas. Exija que eles apontem a referência exata onde se encontra a passagem. Requeira que forneçam pelo menos uma exegese elementar para apoiar a forma com que utilizam tal passagem. Peça que eles definam com clareza os termos importantes na passagem e como justificam as definições. Depois, exija que eles demonstrem a relevância entre a passagem, corretamente entendida, e sua situação ou tópico de discussão.

Se eles não podem cumprir as supracitadas exigências racionais e deveras necessárias, você pode simplesmente desvelar a desonestidade e incompetência intelectual deles. Em vez de deixar que lhe ataquem enquanto abusam das Escrituras e distorcem os seus ensinamentos, deixe-os saber que, se continuarem a usar incorretamente a Bíblia para o intimidar ou manipular, seguramente serão desmascarados e envergonhados.

Algumas das interpretações errôneas que fazem das Escrituras vêm há tanto tempo sendo usadas pelos não cristãos que até cristãos professos as têm adotado. Uma covardia pecaminosa e uma falsa compreensão do amor e da mansidão (também reforçada por não cristãos) têm imobilizado os cristãos, de modo que esses quase nada fazem para confrontar e desafiar o desenfreado mau uso da Bíblia pelos incrédulos.

Devemos dar um fim a tal tolice. Se os não cristãos ousam sequestrar a Bíblia para nos manipular, deixemos então que eles argumentem competente e coerentemente a partir dela. Quando malograrem, tragamos o erro deles à tona para todos verem, dizendo em alta voz: “Vejam vocês todos! Esses incrédulos não conseguem vencer debatendo os próprios assuntos e, assim, tentam nos manipular e silenciar distorcendo as Escrituras, mas mesmo aí não podem fornecer um argumento exegético sequer para escaparem. Agora eles caíram na armadilha, e a sua desonestidade e incompetência estão expostas para que todos a vejam”.

BUSCANDO (Mateus 7.7-11)

Peçam, e lhes será dado; busquem, e encontrarão; batam, e a porta lhes será aberta. Pois todo o que pede, recebe; o que busca, encontra; e àquele que bate, a porta será aberta.

Qual de vocês, se seu filho pedir pão, lhe dará uma pedra? Ou se pedir peixe, lhe dará uma cobra? Se vocês, apesar de serem maus, sabem dar boas coisas aos seus filhos, quanto mais o Pai de vocês, que está nos céus, dará coisas boas aos que lhe pedirem!

Visto como ninguém parece perfeito e sem pecado à luz do Sermão do Monte, se tentarmos usá-lo para achar falhas em outras pessoas, então certamente seremos bem-sucedidos. Porém, se isso é tudo o que fazemos, então não percebemos o seu propósito, já que Jesus está falando a nós como seus discípulos individuais, de sorte a podermos captar as exigências estritas da lei e procurar uma justiça verdadeira que é superior à justiça falsa e hipócrita dos fariseus e escribas.

Portanto, devemos primeiro examinar a nós mesmos à luz do Sermão, e então ajudar nossos condiscípulos. Naturalmente, não é que devemos ser inteiramente perfeitos antes de dizer algo sobre os pecados alheios, mas a ideia é que não devemos ser hipócritas, desconsiderando nossos próprios pecados e fingindo sermos perfeitos.

Todavia, quando examinamos a nós mesmos pelo Sermão do Monte, invariavelmente descobrimos que o padrão de justiça divino é impossível de ser alcançado pelo nosso próprio poder, mas esse é o padrão pelo qual Deus julga a todos. Se deixados sem mudanças e sem um modo de escape, todos os pecadores serão condenados ao sofrimento sem fim no inferno. Porém, Deus providenciou uma forma de nos justificar à parte das obras de lei, isto é, pela fé na obra de Cristo.

Na regeneração, Deus introduz em nós o seu Espírito, dando-nos o poder de obedecer. Como ele havia dito pelo profeta Ezequiel: “Porei o meu Espírito em vocês e os levarei a agirem segundo os meus decretos e a obedecerem fielmente às minhas leis” (Ezequiel 36.27). Então, Paulo escreve: “Assim, meus amados, como sempre vocês obedeceram, não apenas na minha presença, porém muito mais agora na minha ausência, ponham em ação a salvação de vocês com temor e tremor, pois é Deus quem efetua em vocês tanto o querer quanto o realizar, de acordo com a boa vontade dele” (Filipenses 2.12-13). A obediência cristã começa na conversão – não começa posteriormente, conforme se amadurece, e aquela com certeza não é opcional.

Tal obediência deve continuar em nós, mas, se entendemos corretamente o que Jesus disse até aqui no Sermão, saberemos que nenhum de nós desenvolveu em alto grau a justiça que ele exige. Aqueles dentre nós que foram verdadeiramente convertidos, conquanto tenham sido totalmente justificados pela justiça imputada de Cristo, sempre ficarão insatisfeitos enquanto continuarem aquém do padrão de Deus. Dessa maneira, o Sermão, ao invés de nos encorajar a hipocritamente procurar defeitos, leva-nos a procurar e pedir a Deus de modo persistente a graça e socorro dele.

Consequentemente, Jesus literalmente nos diz para “continuar pedindo”, “continuar buscando” e “continuar batendo” (v. 7). Ainda que muitos comentaristas relacionem essa passagem somente à oração, não estou certo de que Jesus pretendia limitar dessa forma o que ele diz aqui. Tanto a ação quanto o resultado em “peçam, e lhes será dado”, aplicam-se obviamente à oração. Não obstante, Jesus não para aqui, mas continua, dizendo: “Busquem, e encontrarão” e “batam, e a porta lhes será

aberta”. As duas ações não parecem necessariamente limitadas à oração, e os dois resultados decerto parecem aplicáveis a outras coisas além da oração.[\[92\]](#)

Embora não insista, Carson parece concordar com isso, posto que ele pensa que “buscar” refere-se a uma “perseguição ativa e diligente do caminho de Deus”.[\[93\]](#) Desta sorte, mesmo se a ideia predominante aqui for a oração persistente, o ensino não se limita à oração, mas pode incluir também todas as formas biblicamente aprovadas de se buscar a Deus, tais como o estudo e a comunhão.

Logo, mesmo que o padrão de justiça de Deus seja altíssimo, isso não deve levar os filhos de Deus ao desespero absoluto; antes, deve incitá-los a pedir, buscar e bater ativa e persistentemente. Seus esforços não serão em vão, pois Jesus promete que aqueles que persistentemente pedirem e buscarem receberão e encontrarão (v. 8).

Depois, nos versículos 9-11, Jesus reforça esse ensino com um argumento *a fortiori*. Aqui, de fato, ele está dizendo: “Se vocês que têm pecado mostram, todavia, benevolência geral para com os filhos, ao invés de zombar deles quando pedem algo, quanto mais Deus Pai, que é totalmente justo e perfeito: ele não zombará, mas sim concederá coisas boas aos que lhe pedirem!”

Os versículos 9-11 fazem uma importante ressalva aos versículos 7-8. Jesus não está prometendo que qualquer ser humano que pedir seja o que for receberá o que pede, contanto que peça com persistência. Em vez disso, ele está se dirigindo aos filhos de Deus, isto é, aqueles que chamam a Deus de “Pai”. Portanto, a aplicação primária desta passagem exclui os não cristãos.

Em seguida Jesus diz que tanto um pai humano como o Pai celestial estão dispostos a dar “coisas boas” aos seus filhos. Assim como você nunca dará ao seu filho uma cobra quando ele pede peixe, nem lhe dará uma arma de fogo mesmo que a peça com persistência, ou um frasco de veneno ainda que de forma pertinaz o busque. Na ilustração, o filho pede por “pão” e “peixe” — coisas boas e direitas para si. Similarmente, o Pai dará “coisas boas” aos seus filhos — e as qualidades descritas nas Beatitudes não são as menores delas —, bem como o poder de se conformar cada vez mais à vontade dele obedecendo aos seus mandamentos.

Assim, em tudo, façam aos outros o que vocês querem que eles lhes façam; pois esta é a Lei e os Profetas.

Jesus agora conclui o corpo principal do Sermão declarando o que alguns têm denominado a Regra Áurea. Em traduções da Bíblia que agrupam os versículos em parágrafos, esse versículo é geralmente unido aos versículos 9-11; entretanto, fica muito claro que Jesus está aplicando a declaração à seção inteira, começando desde 5.17 até o presente versículo. Primeiro, a mensagem do versículo “façam aos outros o que vocês querem que eles lhes façam” ecoa um ponto recorrente que Jesus fez ao longo de todo o Sermão. Segundo, o versículo serve obviamente como um parêntese de fechamento da *inclusio* sobre “a Lei e os Profetas” (5.17, 7.12).

Jesus diz que a declaração “resume” (NIV) a Lei e os Profetas. Em outras palavras, ela é um *sumário* dos ensinamentos éticos do Antigo Testamento. Ora, um sumário é um *sumário*. As pessoas geralmente entendem o que isso significa e sugere em outros contextos, contudo, quando se trata de coisas espirituais, elas frequentemente se tornam tolas e confusas.

Assim, eu já ouvi um pregador dizer que, porquanto esse mandamento resume todos os mandamentos éticos, isso significa que “se você conhece e guarda tal mandamento, não precisa conhecer todos os outros mandamentos”. Se isso é verdade, então Jesus precisava falar sobre esse único mandamento sempre que tocasse em questões éticas, mas, ao contrário disso, ele expôs vários outros mandamentos em profundidade e detalhe consideráveis.

Para ilustrar, se eu fosse escrever uma série de diretrizes seguras para operar uma poderosa e perigosa peça de um maquinário, e concluo o manual dizendo “*Resumindo*, tome as precauções necessárias para proteger a si mesmo e outros de ferimentos”. A maioria das pessoas provavelmente não concluiria a partir daí que devem descartar todas as diretrizes que escrevi, julgando ser o sumário sozinho suficiente. Quais são as “precauções necessárias”? Que tipos de ferimentos podem acontecer se tais precauções não forem tomadas? Do que tenho que me proteger? As precauções necessárias são definidas pelo dano que o equipamento pode potencialmente causar. Assim, há a possibilidade de essa peça do maquinário sofrer explosão, liberar gases tóxicos, mutilar membros do corpo ou acontecerem outras coisas? O sumário é bom para o propósito que foi intencionado, qual seja, dar a você uma forma simples de, com coerência, aprender e por em prática os *detalhes*.

Além disso, isolar o versículo 12 do restante dos ensinamentos éticos das Escrituras é expô-lo a todo tipo de distorções das quais seria de outra forma imune. Por exemplo, suponha que você seja um alcoólatra, de modo que deseja álcool quase o tempo todo. Se isolarmos completamente as palavras “façam aos outros o que vocês querem que eles lhes façam”, então isso poderia significar que é sua obrigação moral servir álcool a todos os que você encontrar, inclusive bebês e crianças. Não obstante, tal seria torcer o versículo da maneira contra a qual Jesus vem se opondo ao longo de todo o Sermão do Monte.

Outro exemplo seria o de uma pessoa que deseja morrer. Ele considera a morte um alívio, e espera que alguém dê cabo de sua vida. Ora, se isolarmos completamente as palavras “façam aos outros o que vocês querem que eles lhes façam”, isso se traduziria numa obrigação moral da parte dele em matar tantas pessoas quanto puder. Entretanto, Jesus já comentou o mandamento contra o

assassinato (5.21-26), de modo que 7.12 de forma alguma deve ser sujeitado a tal emprego perverso.

Um sumário é um *sumário*, não um *substituto*. Por definição, um sumário deixa de fora a *maioria* dos detalhes, de sorte que, para corretamente se por em prática o que o sumário aponta, deve-se aprender e aplicar em cada caso os detalhes relevantes. Portanto, só porque 7.12 é um sumário da Lei e dos Profetas, isso não significa que podemos descartar tudo o que Jesus disse no Sermão até o momento, nem podemos desconsiderar os ensinamentos éticos no restante da Escritura. Com efeito, para obedecermos corretamente 7.12, devemos diligentemente aprender e aplicar todos os detalhes que o versículo sumariza. Isolar o sumário e descartar os detalhes é tornar o próprio sumário inútil.

Com o exposto acima em mente, o versículo 12 reforça algo que Jesus já havia enfatizado nas passagens anteriores. Isto é, embora a lei moral nos proíba fazer mal a outrem, ela vai mais além, ordenando que haja a consideração deliberada e ativa e mesmo o sacrifício pelo bem-estar delas. Não basta ser inofensivo às pessoas, não lhes dar problemas e deixá-las em paz; antes, devemos ajudá-las ativamente e sacrificialmente. Fazer ativamente aos outros o que é bom para você. Isto é um *sumário*, mas não um *substituto*, dos mandamentos morais de Deus.

3. CONCLUSÃO

À medida que leva seu Sermão a uma conclusão, Jesus especifica o impacto e a diferença que aquele deve fazer na vida dos ouvintes. As suas palavras devem ser meramente ouvidas e admiradas, e depois esquecidas? Pode ser um verdadeiro discípulo alguém que as ouve, mas não obedece? Os braços do Pai estão escancaradamente abertos, prontos para abraçar e receber alguém que vagueie relaxadamente? Ou o caminho para o reino é restritivo e difícil de ser encontrado? Para ilustrar sua resposta e concluir o Sermão, Jesus se vale de alguns pares de contrastes: os dois caminhos (v. 13-14), as duas árvores (v. 15-20) e os dois construtores (v. 21-27).[\[94\]](#)

Entrem pela porta estreita, pois larga é a porta e amplo o caminho que leva à perdição, e são muitos os que entram por ela. Como é estreita a porta, e apertado o caminho que leva à vida! São poucos os que a encontram.

Muitos cristãos professos são impostores – você provavelmente é um deles. Além do rótulo “cristão”, quase nada em suas vidas lembra alguma coisa que seja remotamente cristã. Visto que tais impostores são na realidade não cristãos posando de cristãos, eles não podem evitar o contrabando de crenças e práticas antibíblicas em suas falsas versões de cristianismo. Destarte, uma das coisas que esses impostores fazem em cada geração é adotar todo padrão ético ou norma popular no mundo não cristão, trazendo-o para a igreja e alegando que na verdade se trata de um padrão ético ou norma cristã.

Uma das ideias que os não cristãos têm contrabandeado para dentro da igreja, quase sem resistência perceptível vindo da comunidade cristã, é o ensino de que o cristianismo é na verdade a mais aberta, tolerante e inclusiva religião de todas as que existem. Ou seja, o cristianismo fornece o maior número de opções, abraça todas as diversas espécies diferentes de gente sem exigir delas mudanças fundamentais, e torna o caminho da salvação fácil, amplo e sem restrições.

Todavia, até muitos não cristãos não se deixam enganar por esse absurdo; antes, está óbvio para eles que o cristianismo é a religião mais exclusiva, restritiva e estreita que existe. Mas, quando criticam o cristianismo por ser muito estreito e intolerante, mesmo alguns apologistas cristãos lutam para dizer que o cristianismo pode não ser tão limitado e intolerante quanto parece.

De fato, a verdade é que o cristianismo é muito mais estreito e intolerante do que muitos cristãos e não cristãos sabem. Quando as pessoas trazem isso à baila para atacar a nossa fé, a primeira resposta dos apologistas cristãos não deve ser diluir ou rejeitar essa verdade, mas antes dizer: “Essa é uma declaração, não um argumento. Assim, e daí se o cristianismo é estreito? Você pode não gostar disso, mas tal não o torna errado. E daí se o cristianismo é exclusivo? O que você vai fazer a respeito disso? O que você pode fazer?”.

Alguns cristãos se precipitam em defender certa doutrina quando os não cristãos nem mesmo começaram seu ataque — simplesmente apontar para algo que ensinamos é diferente de dar um argumento bem fundamentado contra ele. Eles dizem: “Vocês cristãos creem que Deus envia as pessoas para o inferno!”. E os cristãos se apressam em responder: “Sim, mas...”, e aí começam a inventar alguns disparates antibíblicos para defendê-la, como se devêssemos ficar constrangidos com a doutrina.

Antes, deveríamos dizer: “Sim, mas e daí? Você não me deu um argumento contra isso. É óbvio que você não gosta da doutrina, só que isso não a torna errada. Eu detesto ainda mais as suas crenças: isso significa, pois, que ganhei o debate? O que, precisamente, está errado com o inferno? Ele é injusto? De acordo com o quê? Ele é cruel? De acordo com o quê? Por que você não me fornece um argumento real, partindo das premissas que consiga provar serem verdadeiras, e que inevitavelmente levem à conclusão que você tirou?”. O inferno não é uma doutrina sobre a qual deveríamos ficar tímidos, ou escondê-la das pessoas — ela demonstra a glória da justiça e ira de

Deus!

Jesus explica que o caminho para a destruição é amplo e largo – é um caminho grande e aberto. É fácil e confortável. Fornece muitas opções, enfatiza a diversidade e tolerância, e aceita muitas crenças, mesmo que elas fundamentalmente contradigam uma a outra. Ele é inclusivo e pluralista, e não ofende. Nesse caminho, você encontrará muitos colegas dispostos a aceitá-lo do jeito que é, sem exigir que você mude suas crenças e se arrependa dos seus pecados. O quê, pecados? Essa é uma palavra feia que eles não usam. Afinal, tudo é relativo, e quem são eles para julgar a você? O povo gosta de viajar nesse caminho. Melhor de tudo, é muito fácil encontrá-lo – é provável que você já está nele.

E aí há este outro caminho. Ele é pequeno e estreito, e amiúde difícil de nele se viajar. Ele permite apenas um corpo, um Espírito, uma esperança, um Senhor, uma fé, um batismo e um Deus (Efésios 4.4-6). Ele não tem tolerância alguma para com crenças diversas. Ele é exclusivo e ofensivo, e reivindica o controle total de todos os aspectos de sua vida. E não há espaço para você contrabandear seus pensamentos privados e pecados secretos – você deve deixar tudo para trás. Na verdade, você deve renunciar a todas suas crenças e ações anteriores como fúteis e ímpias. Apesar de haver outros viajantes neste caminho, muitas vezes terá a impressão de estar sozinho, andando na direção oposta à dos outros. As pessoas odeiam a própria ideia de tal caminho, e somente uns poucos chegam a achá-lo.

Entretanto, um caminho leva à destruição e o outro leva à vida; àqueles a quem Deus escolheu, a escolha é clara — eles entrarão “pela porta estreita” e perseverarão até alcançarem seu destino. Quanto a todos os outros — idólatras, adúlteros, homossexuais, ladrões, bêbados, caluniadores, mentirosos, feiticeiros, incrédulos e assassinos — eles de forma alguma entrarão no reino dos céus, mas sofrerão tormento sem fim no lago de fogo e enxofre, onde para todo o sempre inexistirão opções e perdão (1 Coríntios 6.9-10; Apocalipse 21.8).

Jesus deixou claras as verdadeiras exigências da lei e o verdadeiro sentido da justiça. Agora ele nos diz o que seu ensino implica obrigatoriamente o discipulado verdadeiro. Os réprobos dizem que há muitos caminhos para Deus, mas, em vez disso, Jesus diz que há muitos caminhos para o inferno, mas apenas um caminho estreito para a vida. Aos que querem ser discípulos autênticos dele, ainda que o caminho possa ser difícil e impopular, ele ensina: “Entrem pela porta estreita”.

Cuidado com os falsos profetas. Eles vêm a vocês vestidos de peles de ovelhas, mas por dentro são lobos devoradores. Vocês os reconhecerão por seus frutos. Pode alguém colher uvas de um espinheiro ou figos de ervas daninhas? Semelhantemente, toda árvore boa dá frutos bons, mas a árvore ruim dá frutos ruins. A árvore boa não pode dar frutos ruins, nem a árvore ruim pode dar frutos bons. Toda árvore que não produz bons frutos é cortada e lançada ao fogo. Assim, pelos seus frutos vocês os reconhecerão!

Cuidado! Cuidado com os falsos profetas. Advertências acerca dos falsos profetas são amplamente aplicáveis, e essa não é uma exceção. No entanto, uma vez que esta é situada dentro do contexto do Sermão e imediatamente depois do ensino sobre o caminho estreito, isso significa que devemos observar sua relação com o Sermão em geral, e com o ensino do caminho estreito em particular. Contudo, antes disso, vejamos primeiro o que Jesus e várias outras passagens bíblicas dizem a respeito dos falsos profetas.

Os falsos profetas virão até vocês em “peles de ovelhas”. Ovelha é uma metáfora para o povo de Deus. Entre outras coisas, elas em geral são gentis e seguidoras confiantes do seu pastor, e precisam dele para as guiar e proteger, além de levá-las aos verdes pastos para se alimentarem. E, por causa de sua natureza amistosa, algumas ovelhas podem ser um pouco ingênuas.

Ao se vestirem com pele de ovelha, os falsos profetas fazem se parecer como se fossem cristãos. De muitas maneiras, eles aparentam ser exatamente reais. Eles parecem gente de entendimento e compaixão. De fato, eles podem ser tão adaptáveis que até mesmo modificarão as doutrinas e práticas da igreja para evitar que você se sinta inferior, e redefinirão o discipulado bíblico para que você possa chamar a si próprio discípulo, mas sem sequer fazer a menor das mudanças em sua vida.

No entanto, na realidade, tais pessoas são “lobos devoradores” — inimigos e predadores das ovelhas. Eles não estão ali para promover o culto correto e a conduta santa, mas seu objetivo é devorar sua fé e corroer a igreja por dentro. Eles são o oposto do que se apresentam ser.

Precisamos estar prevenidos e preparados. Jesus diz que nós reconheceremos esses falsos profetas “por seus frutos”. Essa é uma metáfora para o resultado natural e necessário da vida interior de alguém. Uma macieira produz maçãs, não laranjas ou algum outro tipo de fruto, de maneira que, quando você vê maçãs numa árvore, isso quer dizer que se trata de uma macieira, não de algum outro tipo de árvore.

Da mesma forma, não importa o que uma pessoa afirme sobre si, o tipo de fruto espiritual que ela produz denuncia sua verdadeira condição espiritual. Conquanto os falsos profetas cheguem em pele de ovelha, na realidade eles são lobos devoradores. Essa pele superficial não altera a natureza deles, de sorte que o que está no interior se manifestará no exterior de muitas formas. Como são lobos, exibirão certo comportamento de lobos, mesmo que tentem se passar por ovelhas.

Muitos comentaristas corretamente salientam que essa instrução para observar o fruto daqueles equivale a um teste ético, e eu prontamente admito que ela no mínimo inclui isso. Então, não poucos sugerem que Jesus está se referindo principalmente ou mesmo somente a um teste ético, mas

acho que a evidência bíblica é contrária a isso.

Em outro lugar Jesus emprega a metáfora da árvore quando responde a algo que os fariseus diziam falsamente a respeito dele:

Considerem: Uma árvore boa dá fruto bom, e uma árvore ruim dá fruto ruim, pois uma árvore é conhecida por seu fruto. Raça de víboras, como podem vocês, que são maus, dizer coisas boas? Pois a boca fala do que está cheio o coração. O homem bom do seu bom tesouro tira coisas boas, e o homem mau do seu mau tesouro tira coisas más. Mas eu lhes digo que, no dia do juízo, os homens haverão de dar conta de toda palavra inútil que tiverem falado. Pois por suas palavras vocês serão absolvidos, e por suas palavras serão condenados”. (Mateus 12.33-37; veja ainda Lucas 6.45)

Então, quando ele fala sobre a relação entre o que há no coração e o que sai dele, diz:

Não percebem que o que entra pela boca vai para o estômago e mais tarde é expelido? Mas as coisas que saem da boca vêm do coração, e são essas que tornam o homem “impuro”. Pois do coração saem os maus pensamentos, os homicídios, os adultérios, as imoralidades sexuais, os roubos, os falsos testemunhos e as calúnias. Essas coisas tornam o homem “impuro”; mas o comer sem lavar as mãos não o torna “impuro”. (Mateus 15.17-20)

Em outras palavras, de um coração mau (uma árvore má) sai *tanto* discurso *quanto* comportamento mau, não apenas comportamento mau. Tal significa que, quando examinamos o “fruto” na vida de alguém, devemos examinar tanto suas palavras como suas ações, tanto seu credo como sua conduta.

Quando Paulo retoma a metáfora dos lobos, aludindo aos falsos profetas e mestres, ele diz: “Sei que, depois da minha partida, lobos ferozes penetrarão no meio de vocês e não pouparão o rebanho. E dentre vocês mesmos se levantarão homens que torcerão a verdade, a fim de atrair os discípulos. Por isso, vigiem!” (Atos 20.29-31). Paulo usa uma das mesmas metáforas ao dar à igreja a mesma advertência dada por Jesus em nossa passagem, e ele diz aqui que os lobos são os que “se levantarão... e *torcerão a verdade*”. Os lobos espirituais são predadores *doutrinários*, não apenas éticos. Eles estão interessados em destruir tanto a sã doutrina quanto a sublime ética que lhes tem sido ensinada a partir da Escritura por ministros de Deus fiéis e genuínos.

Desde o princípio, as Escrituras têm avisado o povo de Deus acerca dos falsos profetas. Sem desmerecer de maneira nenhuma o teste ético, elas parecem ensinar a primazia do teste doutrinário. Para dizer a verdade, mesmo que todas as indicações deem a impressão de validar o ministério de uma pessoa, só o fracasso no teste doutrinário já é suficiente para derrubar todos os outros sinais e desmascará-lo como um falso profeta.

Se aparecer entre vocês um profeta ou alguém que faz predições por meio de sonhos e lhes anunciar um sinal miraculoso ou um prodígio, e se o sinal ou prodígio de que ele falou acontecer, e ele disser: “Vamos seguir outros deuses que vocês não conhecem e vamos adorá-los”, não deem ouvidos às

palavras daquele profeta ou sonhador. O SENHOR, o seu Deus, está pondo vocês à prova para ver se o amam de todo o coração e de toda a alma. Sigam somente o SENHOR, o seu Deus, e temam a ele somente. Cumpram os seus mandamentos e obedeçam-lhe; sirvam-no e apeguem-se a ele. Aquele profeta ou sonhador terá que ser morto, pois pregou rebelião contra o SENHOR, o seu Deus, que os tirou do Egito e os redimiou da terra da escravidão; ele tentou afastá-los do caminho que o SENHOR, o seu Deus, lhes ordenou que seguissem. Eliminam o mal do meio de vocês. (Deuteronômio 13.1-5)

Mesmo que alguém anuncie um “sinal miraculoso ou um prodígio” que deveras aconteceu, deve ser tornado público que ele é um falso profeta que “*pregou rebelião*” (v. 5). Mas por que uma pessoa que prega heresia seria aparentemente validada por outros sinais? É porque “o SENHOR, o seu Deus, está pondo vocês à prova para ver se o amam de todo o coração e de toda a alma”.

A fé dos eleitos de Deus permanece segura e firme, ainda que alguns deles possam se extraviar por um período. De fato, por toda a história da igreja, os ensinamentos heréticos têm gerado várias ocasiões nas quais os eleitos renovaram seus compromissos doutrinários e aprimoraram suas formulações teológicas. Por outro lado, tais heresias quase sempre são eficazes em tirar os falsos convertidos da igreja. É quando as heresias estão sendo em toda parte pregadas dos púlpitos que os réprobos continuam na igreja, pois a igreja está então pregando a mesma coisa que o mundo afirma.

Como mencionado no início desta seção do livro, posto que a advertência de Jesus é colocada no contexto do Sermão e logo após seu ensino sobre o caminho estreito, isso significa que devemos observar sua relação com o Sermão em geral e com o ensino do caminho estreito em particular.

Por todo o Sermão Jesus ensina sobre as verdadeiras exigências da lei e as características dos verdadeiros seguidores dele. Então, imediatamente precedendo sua advertência acerca dos falsos profetas, ele diz aos seus ouvintes para entrarem pela porta estreita. Portanto, parece que, em nosso contexto, sua advertência diz respeito particularmente àqueles que contradizem seu ensino sobre as exigências da lei e a estreiteza do caminho.

Falsos profetas promovem a fraqueza moral e desestimulam a vigilância espiritual. Jeremias se refere àqueles falsos profetas que pregavam paz, quando não havia paz (Jeremias 6.14), e aos escribas que alegavam ser sábios pela lei do Senhor, mas na realidade a “transformavam em mentira” (8.8). Ezequiel enfrentou o mesmo problema (Ezequiel 13.1-16).

Os falsos profetas de nossos dias incluem aqueles que afirmam e ensinam o pluralismo religioso e o relativismo moral. Eles podem ensinar que há mais de um caminho para Deus, ou que o caminho para a salvação é fácil e amplo. Eles podem ensinar que pelo menos alguns não cristãos irão para o céu, ou ainda que Deus não enviará ninguém para o inferno. Muitos deles são arminianos, e ensinam que o homem é salvo por sua própria escolha, não pela soberana decisão de Deus somente. Alguns deles são hereges que ensinam que você pode aceitar a Cristo como Salvador, mas não como Senhor, e ainda ser considerado um real cristão. Alguns deles reputam ser o aborto um direito da mulher. Outros julgam que os homossexuais podem ser cristãos verdadeiros, ou mesmo ministros ordenados para liderarem a igreja. E alguns deles ensinam que você pode ser salvo, sem que em

seguida tenha que obedecer à lei de Deus.

Paulo escreve que os coríntios tinham sido desviados de uma “sincera e pura devoção a Cristo” porque “se alguém lhes vem pregando um Jesus que não é aquele que pregamos, ou se vocês acolhem um espírito diferente do que acolheram ou um evangelho diferente do que aceitaram, *vocês o toleram com facilidade*” (2 Coríntios 11.3-4). Em Apocalipse, Jesus repreende a igreja de Tiatira por tolerar uma falsa profetisa, a qual, entre outras coisas, conduzia o povo à imoralidade sexual “com os seus ensinos” (2.20). Por outro lado, ele elogia os que “não pode[m] tolerar homens maus”, e que tinham desmascarado os que falsamente alegavam ser apóstolos (2.2).

Resumindo, entre outras coisas, se uma pessoa lhe diz que você pode ser um cristão sem ser pela fé no evangelho bíblico, ou se tal fé não produz necessariamente obediência à lei de Deus, então ela é um falso profeta. Você não deve aceitá-la ou tolerá-la, mas deve denunciá-la e repudiá-la, e até expeli-la de seu meio.

Muita gente com certeza resistirá a esse ensino, julgando que ele é muito duro e áspero. Porém, se você pensa dessa forma, então está confundindo o cão pastor com o lobo. O cão pastor pode parecer feroz algumas vezes, mas é precisamente por causa disso que ele é o servo do pastor, além de seu amigo e protetor. Por outro lado, um lobo que coloca a pele de ovelha ainda é um lobo – ele é mau e cruel, e não há nada que ele queira mais do que enganar e devorar você.

Nem todo aquele que me diz “Senhor, Senhor” entrará no Reino dos céus, mas apenas aquele que faz a vontade de meu Pai que está nos céus. Muitos me dirão naquele dia: “Senhor, Senhor, não profetizamos em teu nome? Em teu nome não expulsamos demônios e não realizamos muitos milagres?”. Então eu lhes direi claramente: Nunca os conheci. Afastem-se de mim vocês, que praticam o mal!

Portanto, quem ouve estas minhas palavras e as pratica é como um homem prudente que construiu a sua casa sobre a rocha. Caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram contra aquela casa, e ela não caiu, porque tinha seus alicerces na rocha. Mas quem ouve estas minhas palavras e não as pratica é como um insensato que construiu a sua casa sobre a areia. Caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram contra aquela casa, e ela caiu. E foi grande a sua queda.

Após sua exortação para entrar no caminho estreito e sua advertência contra os falsos profetas que ensinariam outra coisa, Jesus agora conclui toda a discussão enuncia qual a reação correta ao seu Sermão.

Ora, em sua carta aos Romanos, Paulo escreve o seguinte:

Mas o que ela diz? “A palavra está perto de você; está em sua boca e em seu coração”, isto é, a palavra da fé que estamos proclamando: Se você confessar com a sua boca que Jesus é Senhor e crer em seu coração que Deus o ressuscitou dentre os mortos, será salvo. Pois com o coração se crê para justiça, e com a boca se confessa para salvação. (Romanos 10.8-10)

Do que Paulo diz, parece que tudo o que se precisa para receber a salvação é alguém crer e professar a Jesus como Senhor. Não obstante, Jesus diz que nem todos os que o chamam de Senhor entrarão no reino dos céus, o que, em nosso contexto, claramente se refere a entrar na vida (Mateus 7.13-14), oposta à destruição ou condenação. Contudo, como demonstraremos logo abaixo, não há contradição entre Jesus e Paulo.

Ora, dizer que “nem todo aquele” que professa a Cristo entrará na vida certamente não significa que *ninguém* que professa a Cristo entrará na vida. Antes, apenas significa que alguns, mas não todos os que professam a Cristo, receberão a salvação.

É verdade que, se você crê *e* professa a Jesus como Senhor, então de fato você receberá a salvação. No entanto, é possível que sua profissão seja uma mentira — isto é, você pode não crer, mas de algum jeito fazer a profissão. Se esse é o caso, então sua profissão é uma mentira; é fútil e ineficaz, e não resulta em salvação.

A forma de sabermos se sua profissão é uma mentira é se subsequentemente você começará a obedecer ou não aos mandamentos de Deus. Como João escreve: “Aquele que diz: ‘Eu o conheço’, mas não obedece aos seus mandamentos, é mentiroso, e a verdade não está nele” (1 João 2.4).

Em outras palavras, se você diz: “eu tenho fé em Cristo”, então só por essa simples confissão você deveria obter salvação – isto é, se você *efetivamente* tem fé em Cristo. Mas, como Tiago escreve: “Assim como o corpo sem espírito está morto, também a fé sem obras está morta” (Tiago 2.26). A salvação é de fato pela fé, não pelas obras – isto não está em questão de forma alguma. Antes, a questão é se a fé que você alega ter é real ou não.

Visto que a fé é o resultado da obra soberana de regeneração de Deus no coração, uma pessoa que tem fé real é igualmente alguém que foi transformado por Deus. Por conseguinte, a fé real leva à transformação e obediência real na vida de uma pessoa. Se não há nenhuma transformação e nenhuma obediência, então, antes de tudo, jamais houve fé real nessa pessoa. E, porquanto nunca houve fé real nessa pessoa, isso significa que, a despeito de ela professar a Cristo, sua profissão é uma mentira, e ela não tem salvação.

Desse modo, Paulo e Jesus estão abordando questões diferentes dentro do mesmo assunto. Paulo nos está dizendo o caminho correto para a salvação – crer e confessar a Jesus Cristo; por outro lado, Jesus está enfatizando que nossa profissão deve proceder de uma fé real. Para colocar isso ainda de outra maneira, Paulo está dizendo que, se você se tornar um cristão, você será salvo; Jesus certamente concorda, porém, adverte que você pode alegar ser um cristão, sem realmente sê-lo. Você se torna um cristão pela fé, não pelas obras; entretanto, se você alega ser um cristão, mas não exhibe obras consistentes com tal afirmação, então sua alegação é falsa, e você de fato não é um cristão. Como 2 Timóteo 2.19 diz: “Afasto-me da iniquidade todo aquele que confessa o nome do Senhor”.

Muitos podem considerar certas qualidades que possam ter ou certas obras que tenham feito como sendo provas irrefutáveis de que são reais cristãos. No versículo 22, o povo invoca algumas dos mais espetaculares feitos que se pode fazer em nome de Cristo: profetizar em seu nome, expulsar demônios e mesmo realizar “muitos milagres”.

Mas Cristo diz que ele os rejeitará totalmente, pois que essa gente na verdade é constituída de malfeitores, ou, literalmente, aqueles que praticam a iniquidade (ACF). Novamente, como Paulo diz: “É evidente que diante de Deus ninguém é justificado pela Lei, pois ‘o justo viverá pela fé’” (Gálatas 3.11). A justificação pela fé não é o assunto aqui; antes, a ideia é que, uma vez que alguém tenha sido justificado pela fé, não mais será uma pessoa “iníqua”.

Como lemos várias vezes, Deus disse: “Porei o meu Espírito em vocês e os levarei a agirem segundo os meus decretos e a obedecerem fielmente às minhas leis” (Ezequiel 36.27). Isto é, você não obedece à lei de Deus para que ele o salve; antes, Deus o salva a fim de que você obedeça a suas leis. Todavia, se você continuar sendo um iníquo, então isso só pode significar que Deus nunca o salvou, nem lhe deu o desejo e a capacidade de obedecer às suas leis. Portanto, você não é um cristão.

Jesus está dizendo que os poderes e atividades carismáticas não podem tomar o lugar da verdadeira obediência. E ele garante que quem for um antinomiano (ou iníquo) em fé e prática será rejeitado. Hoje em dia, nossas igrejas estão transbordando de *carismáticos antinomianos*; eles equivalem a uma grande percentagem de todos aqueles contados como “cristãos”. Contrário à perigosa percepção de que os tais sejam cristãos, Jesus está dizendo que *nenhum* dos verdadeiros iníquos, carismáticos ou não, são cristãos – *nenhum* deles é salvo.[\[95\]](#)

A pessoa sem lei é contrastada com “aquele que faz a vontade do meu Pai que está nos céus”.

Fazer a vontade do Pai, então, é o oposto do desrespeito à lei; antes, aquela vontade consiste de uma verdadeira obediência aos mandamentos de Deus, como corretamente interpretados e aplicados por Cristo do começo ao fim de seu Sermão.

“Portanto” (v. 24) – porque somente aquele que faz a vontade do Pai entrará no reino e na vida – “quem ouve estas minhas palavras e as pratica é como um homem prudente que construiu a sua casa sobre a rocha” (v. 24), mas “quem ouve estas minhas palavras e não as pratica é como um insensato que construiu a sua casa sobre a areia” (v. 26).

Cristo vinha dizendo que o seu destino eterno depende de como você responde ao ensino dele. Portanto, se for sábio, então você ouvirá e obedecerá às palavras dele, e construirá toda a sua vida sobre o ensino dele. Porém, se construir sua vida sobre algo que não o ensino de Cristo, então você é um insensato.

Eis o Jesus real que os hereges vêm ocultando do povo. Quando Jesus pregava, dizia às pessoas para que o seguissem de todo o coração, dizendo ele coisas como “qualquer de vocês que não renunciar a tudo o que possui não pode ser meu discípulo” (Lucas 14.33). É verdade que Deus nos justifica pela graça por meio da fé, mas essa é uma fé que produz obediência, dada aos eleitos dele por sua vontade soberana. Dessa forma, Jesus se recusa a afrouxar o menor dos mandamentos de Deus. Ele exige atenção e obediência completas, chamando-o de tolo se você não o ouvir e obedecer. [96]

Evidentemente, a maioria das pessoas é insensata. Elas constroem suas vidas sobre os ensinamentos de cientistas, filósofos e líderes religiosos não cristãos como Joseph Smith e Maomé, o Papa, tradições e costumes, ou mesmo suas próprias opiniões e filosofias particulares. Contudo, Jesus diz que, se você edificar sua vida sobre algo outro que não o ensino bíblico, então tudo o que tiver alcançado e realizado, e todo o bem que você achar que tiver feito, de nada valerá. Quando as tempestades do julgamento divino vierem, tudo o que você tiver construído desabarará sobre você. Mas aí não haverá mais nenhuma esperança, nenhum escape e nenhuma segunda chance para você.

[1] Sinclair B. Ferguson, *Sermon on the Mount: Kingdom Life in a Fallen World*; Banner of Truth, 1987; p. 2.

[2] John MacArthur, *MacArthur's New Testament Commentary: Matthew 1-7*; Moody Publishers, 1985.

[3] John R. W. Stott, *A Mensagem do Sermão do Monte*; ABU, 2001; p. ix.

[4] Veja os demais livros do autor publicados pela Editora Monergismo.

[5] John Piper, famoso teólogo calvinista e pastor batista, que já possui diversos livros traduzidos para o português (Editora Fiel, Cultura Cristã, Vida Nova, Templo de Colheita, etc.), defende uma posição essencialmente similar. Outros teólogos que poderíamos incluir, às vezes com pequenas divergências, seriam Agostinho, Herman Hoeksema e David Engelsma.

[6] Não obstante isso, o Sermão apresenta a regra perfeita da vida cristã, como diz Agostinho. “Quem quer que considere de modo piedoso e simples o Sermão que Nosso Senhor Jesus pronunciou na Montanha, segundo o lemos no Evangelho de São Mateus, julgo que encontrará nele, no tocante à retidão moral, a regra perfeita da vida cristã, o que não ouse afirmar temerariamente, mas deduzindo-o das mesmas palavras do Senhor.” (Santo Agostinho, *Sobre o Sermão do Senhor na Montanha*; Edições São Tomás, 2003 ;p. 51).

[7] Como se isso fosse possível. A Escritura nos diz que não há ninguém que busque a Deus, e que *verdadeiramente* deseje seguir os seus caminhos (Rm 3.10-18). Dessa forma, se alguém tem um desejo *real* de ser bem-aventurado no sentido *bíblico*, com certeza tal pessoa já foi regenerada, e Deus já começou a sua boa obra nela, a qual ele completará (Fp 1.6). Assim, tal pessoa estaria entre aqueles que são *descritos* no Sermão. Afinal, bem-aventurados são “os que têm fome e sede de justiça” (Mt 5.6).

[8] R. J. Rushdoony, *The Sermon on the Mount*; Ross House Books, 2009; p. 3. Ênfase minha.

[9] D. A. Carson, *Jesus' Sermon on the Mount And His Confrontation with the World: An Exposition of Matthew 5-10*; Baker,

2004; p. 9.

[10] Eles veem o sermão como utópico, pois sua a teologia arminiana faz com que pensem ser as bem-aventuranças virtudes a serem alcançadas por nosso mérito e esforço próprio, e não concedidas gratuitamente pelo poder e graça soberana de Deus àqueles a quem ele escolheu antes da fundação do mundo.

[11] Jesus provavelmente estava passando pelos passos finais para se tornar um sacerdote de Deus, como definido pela lei. Sob esta, parece que um sacerdote começava seu ministério aos trinta anos de idade (Números 4.3, 47), de maneira que Jesus começa seu ministério com essa idade (Lucas 3.23). Entre outras coisas, a lei também exigia que um sacerdote fosse aspergido com água por alguém que já fosse um sacerdote (Números 8.6,7), e assim, quando Jesus começa seu ministério, ele vem até João (que tinha herdado seu sacerdócio do pai) para ser batizado. Jesus não era um levita, e seu sacerdócio não era da ordem de Aarão, mas da ordem de Melquisedeque; isto é, ele é um sacerdote por nomeação divina, não por herança humana (Veja Jay E. Adams, *The Meaning and Mode of Baptism*; Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1975; p. 16-20.)

[12] Contrário à distinção absurda realizada pelos dispensacionalistas, afirmando que o Reino de Deus (que pode incluir a Igreja) não é a mesma coisa que o Reino dos céus. Para eles, o milênio (algo totalmente futuro, segundo a sua interpretação) será o cumprimento do Reino dos céus, que é davídico em sua natureza [N. do T.].

[13] Outros exemplos incluem: Mateus 13.11 e Marcos 4.11; Mateus 13.31 e Marcos 4.30; Mateus 13.33 e Lucas 13.20; Mateus 18.3 e Marcos 10.15; Mateus 19.14 e Marcos 10.14.

[14] Parece que o Reino também tem uma íntima relação com a comunidade do pacto, de forma que quando Jesus fala sobre edificar sua “igreja”, ele também se refere às “chaves do Reino” (Mateus 16.18,19). Isso explica como alguns dos “súditos do Reino serão lançados para fora” (Mateus 8.12); isto é, embora os judeus fossem os membros naturais do Reino, tendo nascido na comunidade do pacto de Deus, por causa da incredulidade deles, foram lançados fora, e Deus tirou o Reino deles e deu aos gentios (Mateus 21.43).

[15] “E, abrindo a boca, os ensinava, dizendo...” (ARC) [N. do T.].

[16] John R. W. Stott, *A Mensagem do Sermão do Monte*; ABU, 2001; p. 22.

[17] R. T. France, *Matthew* (Tyndale New Testament Commentaries); William B. Eerdmans Publishing Company, 1985; p. 108.

[18] Ibid., p. 109.

[19] D. A. Carson, *Jesus' Sermon on the Mount*; Global Christian Publishers, 1999; p. 18.

[20] Stott, p. 5.

[21] Ibid., p. 1-5.

[22] Como na NVI: “Bem-aventurados os humildes” [N. do T.].

[23] Na NVI: “Mas os humildes receberão a terra por herança e desfrutarão pleno bem-estar” [N. do T.].

[24] *Thayer's Greek-English Lexicon of the New Testament*; Hendrickson Publishers.

[25] Veja também minha exposição de Filipenses 2.5-11 em *Comentário sobre Filipenses* (Editora Monergismo).

[26] France, p. 110.

[27] Keith A. Mathison, *Postmillennialism: An Eschatology of Hope*; P & R Publishing Company, 1999.

[28] Ou “sois bem-aventurados”, como na ACF [N. do T.].

[29] Jonathan Edwards, *Treatise on Grace*; James Clarke and Co., 1971, p. 49.

[30] Henry Scougal, *The Words of Henry Scougal*; Soli Deo Gloria, 2002; p. 12. Ver W. Gary Crampton, *What the Puritans Taught*; Soli Deo Gloria, 2003; p. 23-24.

[31] A pré-ordenação é mais evidente em outras versões, tais como a ARA: “Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas” [N. do T.].

[32] Terry L. Johnson, *When Grace Transforms*; Christian Focus Publications, 2002; p. 85.

[33] Carson, *Jesus' Sermon*; p. 24.

[34] O povo fica chocado quando notícias de crianças cometendo atos extremos de violência como assassinato e estupro são reportados. Talvez eles suponham que as pessoas nasçam boas e inocentes, só que as Escrituras ensinam outra coisa, dizendo: “A insensatez está ligada ao coração da criança, mas a vara da disciplina a livrará dela” (Provérbios 22.15). Crianças podem ser impiedosas e manipuladoras no mesmo grau dos adultos.

[35] Veja uma exposição mais detalhada sobre o assunto no livro *Religião Pura*, de Vincent Cheung, publicado pela Editora Monergismo. [N. do T.]

[36] Para ilustrar, é estranho dizer que o estômago (ou alguma outra palavra) consiste do estômago e da digestão – o estômago é o estômago; a digestão é apenas uma de suas funções. Não se trata de duas partes diferentes no corpo humano.

[37] A HCSB declara que ele “não coloca sua mente no que é falso”, mostrando que pureza de coração refere-se à condição da mente

de uma pessoa.

[38] Johnson, p. 100.

[39] Ibid., p. 96.

[40] *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Nova Edição Revista e Ampliada, 1986.

[41] Carson, *Jesus' Sermon*; p. 26.

[42] Observe que aqui a palavra “ver” mais uma vez significa algo diferente de percepção empírica, mas corresponde com “conhecer”, e refere-se à compreensão intelectual da pessoa.

[43] Veja meu *Comentário sobre Filipenses* (Editora Monergismo), onde abordo esse tópico.

[44] Johnson, p. 125.

[45] France, p. 112.

[46] *Life Application Bible Commentary: Matthew*; Tyndale House Publishers, Inc., 1996; p. 76.

[47] Em primeiro lugar, a ideia não cristã de “divertimento” não deveria ser um teste para a verdade. Mesmo que alguém perdesse todo o seu “divertimento” como um cristão, e daí? Isso não significa que a fé cristã seja falsa.

[48] Sinclair B. Ferguson, *The Sermon on the Mount*; The Banner of Truth Trust, 1987; p. 61.

[49] *Life Application*, p. 84.

[50] Walter L. Wilson, *A Dictionary of Bible Type*; Hendrickson Publishers, 1999; p. 259.

[51] John MacArthur, *The MacArthur Study Bible*; Thomas Nelson, Inc., 1997; p. 1400.

[52] Ferguson, p. 74.

[53] France, p. 115.

[54] R. C. Sproul, *Explaining Inerrancy*; International Council on Biblical Inerrancy, 1980; p. 56.

[55] Robert Shaw, *An Exposition of the Westminster Confession of Faith*; Christian Focus Publications, 1998; p. 193.

[56] Gordon H. Clark, *What Do Presbyterians Believe?*; Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1965; p. 148-149.

[57] John H. Gerstner, Douglas F. Kelly e Philip Rollinson, *A Guide to The Westminster Confession of Faith*; Summertown Texts, 1992; p. 72.

[58] A. A. Hodge, *The Confession of Faith*; The Banner of Truth Trust, 1998 (original: 1869); p. 205-206.

[59] Eu não vou afirmar que sei o porquê de Sproul cometer esse erro. A julgar pelo que conheço a respeito dele, e sendo bondoso acerca da matéria, acho que isso se dá por ele não ter refletido o suficiente sobre as implicações necessárias do Artigo 19, não devido a qualquer incredulidade clamorosa ou erro doutrinário sério de sua parte.

[60] Eu já ensinei por que deixamos de observar as cerimônias e ordenanças do Antigo Testamento, e como que isso é consistente com o que ora estou dizendo.

[61] *Merriam-Webster* define o legalismo como sendo, “conformidade estrita, literal ou excessiva à lei ou a um código religioso ou moral”. Isto reflete o emprego popular, o qual, provavelmente, é o que se espera que um dicionário nos diga. No entanto, tal definição decerto é inadequada se usada no contexto das discussões teológicas. Por exemplo, ignorando por ora outros problemas com essa definição, existe algo do tipo conformidade *excessiva* à lei de Deus, algo como obediência demasiada a Deus? Eu esperaria maior precisão por parte dos eruditos que compilam um dicionário abalizado como o *Merriam-Webster*. Em todo caso, o que estamos tentando demonstrar é o que essa gente nas Escrituras, que muitas vezes chamamos de legalista (e.g. os fariseus), estava fazendo de errado. A nossa conclusão contradirá o uso popular e, assim, a definição do dicionário.

[62] Ferguson, p. 77.

[63] Stott, p. 67.

[64] Ferguson, p. 76.

[65] Stott, p. 79.

[66] A passagem sobre o divórcio (vv. 31-32) começa com “foi dito”, possivelmente porque essa seção é parte ou uma extensão da seção anterior sobre adultério (v. 27-30). Em todo caso, o que observamos sobre a maneira com que ele começa as outras seções também se aplica aqui.

[67] A versão do autor (NIV) diz: “Não façam nada que coloque em perigo a vida do seu próximo” [N. do T.].

[68] Algumas versões utilizam os termos loucos, insensatos, néscios ou tolos nas passagens citadas a seguir [N. do T.].

[69] *The Matthew Henry Study Bible*; World Bible Publishers, Inc., 1997; p. 1.

[70] D. A. Carson, *Matthew* (The Expositor's Bible Commentary); Zondervan Publishing House, 1984; p. 149.

- [71] *Life Application*, p. 93.
- [72] Também a ARC como a ARA trazem “*também* foi dito...” [N. do T.].
- [73] Na NIV, a versão usada pelo autor, lemos “exceto por infidelidade marital” [N. do T.].
- [74] A quarta proposição é a única que não é declarada diretamente nesses versículos, porém, se o homem que se divorcia e depois casa de novo comete adultério, então necessariamente é verdade que a mulher que se casa com tal homem é uma adúltera. A quarta proposição é verdadeira pela mesma razão por que a terceira proposição o é.
- [75] Paulo está provavelmente se referindo a uma separação que ocorre quando um dos dois cometeu fornicação; caso contrário, ele estaria pressupondo que se pode desobedecer ao ensino de Cristo e se separar de qualquer jeito.
- [76] A NVI traz “imoralidade sexual” [N. do T.].
- [77] Idem [N. do T.].
- [78] Alguns têm argumentado com certa habilidade que o que é traduzido por “infidelidade marital” refere-se somente à perversão extrema (tal como incesto), e que somente esse tipo de atitude é um fundamento legítimo para o divórcio. Veja J. Carl Laney, *The Divorce Myth*; Bethany House, 1981. (N. do T: Se esse for o caso, então a tradução da NVI é mais aceitável, ou seja, “imoralidade sexual”.)
- [79] Veja David J. Engelsma, *Better to Marry*; Reformed Free Publishing Association, 1993.
- [80] Embora alguns comentaristas distingam entre juramentos e votos, empregarei esses termos de maneira intercambiável no que se segue, visto que, mesmo que aqueles sejam diferentes, nossa discussão se aplicará igualmente a ambos.
- [81] As Escrituras de fato permitem que um voto seja legitimamente anulado em certas ocasiões, tais como por um pai ou um marido no momento *em que ele ouvir sobre o voto*, mas não posteriormente (Números 30.3-15). Posto que algo como o ensino católico romano de “desquite” vai além do que a Escritura permite e ensina, trata-se de uma abominação, e é cometer a mesma espécie de erro que Jesus condena em nossa passagem.
- [82] Carson, *Matthew*; p. 158.
- [83] D. A. Carson, *Exegetical Fallacies*; Baker Book House, 1996.
- [84] Publicado no Brasil, pela Editora Vida Nova, com o título “Os Perigos da Interpretação Bíblica: A Exegese e suas Falácias” [N. do T.].
- [85] Para mais sobre o que a Escritura ensina sobre amor e ódio, veja meu livro *Teologia Sistemática*.
- [86] Veja Carson, *Matthew*, p. 160; France, p. 129.
- [87] Tais como os fariseus e escribas. Veja Mateus 23.13, 15, 23, 25, 27, 29.
- [88] *Merriam-Webster Collegiate Dictionary, Tenth Edition*.
- [89] Embora seja importante, abster-me-ei de oferecer uma exposição extensa sobre a Oração do Senhor, pois desejo preservar o fluxo da nossa presente discussão sobre o Sermão, permanecer focalizado na ênfase principal dessa seção, que é o ensino de Jesus sobre a hipocrisia religiosa, evitando fazer com que este livro fique ainda maior. Para maiores informações sobre oração, por favor, veja meu livro *Oração e Revelação* (Editora Monergismo).
- [90] Jesus não diz que os fariseus são hipócritas e, não obstante, o verdadeiro povo de Deus; antes, diz que eles são hipócritas e, dessa forma, não podem escapar de serem condenados ao inferno (Mateus 23.33). Portanto, atacar os fariseus não é atacar a religião revelada por meio de Moisés, visto que os fariseus não aceitavam ou obedeciam ao que Moisés tinha escrito. Semelhantemente, atacar “cristãos” que são verdadeira e congruentemente hipócritas não é atacar o cristianismo ou os cristãos, mas atacar os *não cristãos* que estão fingindo serem cristãos.
- [91] Aqueles que têm algum interesse em literatura chinesa devem ler *The True Story of Ah Q*. Ah Q era um tolo; ele perdia uma luta, mas convencia a si próprio de que a tinha ganhado e que continuava superior à pessoa que acabara de vencê-lo. Os não cristãos frequentemente se comportam desse jeito, mesmo quando os cristãos os demolem em debates. No lugar de admitir a derrota, eles dão todos os tipos de desculpas e ainda reivindicam serem superiores. Uma solução é arrastar “Ah Q” de volta à peleja e esmurrá-lo até que ele deixe essa ilusão de superioridade, ou até que morra sustentando-a. Quando apropriado, isso é o que devemos fazer com os não cristãos – intelectualmente falando, óbvio!
- [92] Embora seja de todo possível que Jesus esteja usando o artifício retórico comum de repetição para reforçar a mesma ideia, permanece o fato de que as expressões nesta passagem não dão a impressão de restringir de maneira absoluta a aplicação apenas à oração.
- [93] Carson, *Matthew*; p. 186.
- [94] Carson divide 7.13-27 em quatro seções: dois caminhos (v. 13-14), duas árvores (v. 15-20), duas afirmações (v. 21-23) e dois construtores (v. 24-27). Veja Carson, *Matthew*; p. 188. No que se segue, uni os vv. 21-23 aos vv. 24-27, o que, a julgar pelo conteúdo desses versículos, parece ser pelo menos permissível, se não preferível.

[95] Observe que Jesus rejeita-os não por serem carismáticos, mas por serem antinomistas. Entretanto, os carismáticos antinomistas tenderão a achar segurança nas atividades carismáticas em suas vidas, e Jesus está dizendo que esse senso de segurança não tem garantia.

[96] À luz do Sermão do Monte, e à luz de suas exortações finais, a necessidade urgente na atualidade é que os cristãos preguem ousadamente, à igreja e ao mundo, todo o escopo da revelação bíblica – *todo ele*, sem embaraço ou transigência. Em consequência, Cristo nos manda fazer “discípulos de todas as nações... ensinando-os a *obedecer a tudo* o que eu lhes ordenei” (Mateus 28.19-20). Em outras palavras, o que chamamos de Grande Comissão envolve proclamar “toda a vontade de Deus” (Atos 20.27).